

ANTÓNIO JOSÉ LOPES FERREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA GRANDE
NO 18 DE JANEIRO DE 1934**

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Lisboa

2011/2012

ANTÓNIO JOSÉ LOPES FERREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA GRANDE
NO 18 DE JANEIRO DE 1934**

Dissertação a apresentar para a obtenção do grau de Mestre
em Ciência Política: Cidadania e Governação no Curso de
Mestrado em Ciência Política: Cidadania e Governação
conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Lisboa

2012

Epígrafe

“A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.”

Karl Marx

Dedicatória

- À minha filha, Catarina;
- Às pessoas que me admiram pelo que sou e não pelo que tenho.

Agradecimentos

- Ao meu orientador, Professor Doutor José Filipe Pinto, que muito admiro;
- Aos colegas de trabalho, pelo apoio e incentivo;
- Aos amigos verdadeiros que estão sempre lá quando é necessário.

Resumo

Portugal viveu um dos períodos mais sombrios da sua História no Século XX, com o regime autoritário liderado por António de Oliveira Salazar, que governou o país com «mão de ferro» durante mais de três décadas, concretamente entre 1933 e 1968, uma vez que se considera que há alteração de regime sempre que muda o referencial e a Constituição do Estado Novo é de 1933.

Para além da ausência de democracia e liberdade, o povo português conviveu com a fome e a ignorância durante décadas, foi perseguido e torturado nas prisões continentais e ultramarinas, nomeadamente no Tarrafal, que se localiza no arquipélago de Cabo Verde.

Em 18 de janeiro de 1934, o movimento operário português saiu à rua em várias cidades e vilas de Portugal, entre as quais a Marinha Grande. Na origem do movimento revolucionário esteve a decisão do Presidente do Conselho, através da Constituição de 1933, de impedir o funcionamento de sindicatos livres.

Contudo, aquela que se previa ser unicamente uma greve geral contra a decisão do regime acabou por ir mais além, sobretudo na cidade vidreira, onde o quartel da GNR foi tomado, tal como a estação dos Correios, existindo ainda hoje dúvidas sobre a constituição de um soviete.

Mais de sete décadas após o ato insurrecional continua muito por esclarecer. Esta Dissertação visa, precisamente, obter respostas a questões tão diversas como quem esteve realmente por detrás do 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande, que consequências teve para a política do Estado Novo e, finalmente, que importância teve na conjuntura.

Importa ainda esclarecer por que razão esta derrota do movimento operário português é hoje recordada, com pompa e circunstância, na Marinha Grande, como se tivesse sido uma vitória.

De facto, na atualidade, fala-se de uma jornada heroica, mas o Partido Comunista Português praticamente ignorou esse movimento até abril de 1974 e o seu líder à época, Bento Gonçalves (1971, p. 138), apelidou-o de “anarqueirada”.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Estado Novo, Movimento operário

Abstract

Portugal lived one of the darkest periods of its history in the twentieth century, under the authoritarian regime led by António de Oliveira Salazar, who ruled the country with "iron hand" for more than three decades, particularly between 1933 and 1968, once it's considered to exist a change of regime only when there is a change of its referential and the Constitution of Estado Novo is from 1933.

In addition to the absence of democracy and freedom, Portuguese people dealt with hunger and ignorance for decades and they were persecuted and tortured in continental and overseas prisons, particularly in Tarrafal, which is located in the archipelago of Cape Verde.

On January 18th 1934, the Portuguese labour movement came to the streets in several cities and towns in Portugal, including Marinha Grande. The origin of the revolutionary movement was the decision of the President of the Council to forbid the functioning of free trade unions, according to the new Constitution.

However, that demonstration which was expected to be only a general strike against the regime's decision turned out to go further, especially in the «glass city» where the GNR headquarter, as well as the Post Office, were taken, in spite of some doubts concerning the establishment of a soviet still persist.

After more than seven decades, the insurrection act still remains very unclear. This dissertation intends to get answers to different questions, for instance, who was really behind the January 18th, 1934 in Marinha Grande, which were its consequences to the policy of Estado Novo and finally, its real importance in the conjuncture.

It should also explain why this defeat of the Portuguese labour movement is now remembered, with pomp and circumstance, in Marinha Grande as if it had been a victory.

In fact, nowadays, it's considered a heroic journey, but the Portuguese Communist Party almost ignored this movement until April 1974 and its leader at the time, Bento Gonçalves (1971, p. 138), dubbed it as "anarqueirada".

Keywords: Social Movements, New State, the workers' movement

Resumen

Portugal vivió uno de los períodos más oscuros de su historia en el siglo XX, con el régimen autoritario dirigido por António de Oliveira Salazar, quien gobernó el país con mano de hierro, durante más de tres décadas, más concretamente entre 1933 y 1968, una vez que uno considera que siempre que hay cambio de régimen se cambia el marco y la Constitución del nuevo estado es de 1933. Además de la ausencia de democracia y libertad, los portugueses vivieron con hambre y ignorancia durante décadas, fueron perseguidos y torturados en las cárceles nacionales y en el ultramar, en particular en Tarrafal, en el archipiélago de Cabo Verde.

El 18 de enero de 1934, el movimiento obrero portugués salió a la calle en varias ciudades y pueblos en Portugal, incluyendo Marinha Grande. La decisión del Presidente del Consejo, a través de la Constitución de 1933, de impedir el funcionamiento de los sindicatos libres, fue el origen del movimiento revolucionario.

Sin embargo, lo que se previó ser solamente una huelga general contra la decisión del régimen acabó por ir más allá sobre todo en la ciudad del cristal, en donde el cuartel de la GNR fue tomado, bien como la estación de correos, todavía existiendo hoy duda en la constitución de un soviet.

Más de siete décadas después del acto insurreccional hay mucho por clarificar. La presente disertación tiene como objetivo, obtener respuestas a preguntas tan diversas como quién estaba realmente detrás del 18 de enero de 1934 en Marinha Grande, qué consecuencias tuvo para la política del nuevo estado y, finalmente, que importancia tuvo en la coyuntura. Importa, todavía, aclarar la razón por la cual esta derrota del movimiento portugués de la clase obrera se recuerda hoy, con pompa y circunstancia, en Marinha Grande, como si hubiera sido una victoria.

De hecho, en el presente tiempo, se habla de un día heroico, pero el Partido Comunista Portugués prácticamente no hizo caso de este movimiento hasta abril de 1974 y su líder a la época, Bento Gonçalves (1971, p. 138), lo ha apodado de “anarqueirada”.

Palabras clave: Movimientos sociales, estado nuevo, movimiento de la clase obrera

Lista de Siglas

AC - Associação de Classe
AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores
ANTT - Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
APA - American Psychological Association
CGT - Confederação Geral do Trabalho
CIS - Comissão Inter-Sindical
COSA - Comité das Organizações Sindicais Autónomas
ETN - Estatuto do Trabalho Nacional
FA - Forças Armadas
FAO - Federação das Associações Operárias
FO - Fraternidade Operária
FUS - Frente Única Sindical
GNR - Guarda Nacional Republicana
ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
INE - Instituto Nacional de Estatística
ISDOM - Instituto Superior D. Dinis
ONG - Organização Não Governamental
PCP - Partido Comunista Português
PIB - Produto Interno Bruto
PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado
PSP - Polícia de Segurança Pública
PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SNTIV - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vidro
SPN - Secretariado de Propaganda Nacional
STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira
TME - Tribunal Militar Especial
UN - União Nacional

Índice Geral

Epígrafe	2
Lista de Siglas.....	8
Índice Geral	9
Introdução	11
CAPÍTULO 1 - Contextualização Teórica	15
1. Movimentos Sociais	15
1.1 Evolução do Conceito	15
1.2. Os Grupos de Interesses	20
1.3. O Movimento Operário Português	23
CAPÍTULO 2 – Da Ditadura Militar ao Estado Novo.....	28
2.1. A Ditadura Militar	28
2.2. A Constituição de 1933	35
2.3. O Estado Novo	39
CAPÍTULO 3 - O 18 de janeiro de 1934	47
3.1. Antecedentes Sociais e Económicos	47
3.1.1. Em Portugal	47
3.1.2. Na Marinha Grande	50
3.2. Preparação da Greve Geral	55
3.3. Relato dos Acontecimentos na Marinha Grande.....	60
3.3.1. A Repressão Policial	65
3.3.2. Um Relato «quase» Anónimo	67
3.3.4. O Relato de Pedro “Amarante” Mendes - 1936	68
3.3.5. A Visão de José Gregório - 1955	70
3.3.6. A Imprensa e o 18 de janeiro de 1934.....	71

3.3.4.1. A Imprensa e os Acontecimentos da Marinha Grande.....	75
3.3.5. A Reação de Salazar.....	77
3.3.6. Balanço do Movimento Insurrecional	79
CAPÍTULO 4 - Consequências Nacionais e Locais do 18 de janeiro de 1934	82
4.1 Consequências a Nível do País	82
4.1.1. Derrota do Movimento Operário	83
4.1.2. As Acusações entre Comunistas e Anarquistas.....	84
4.1.3. O Reforço dos Mecanismos de Repressão	87
4.2. A Marinha Grande pós-18 de janeiro.....	88
4.2.1. Consequências Políticas	89
4.2.2. Consequências Económicas e Sociais	90
4.3. O Envolvimento da Igreja	92
4.4. O Fim de um Mito?	94
Conclusão	96
Bibliografia.....	103
Webgrafia	108
Anexo 1	109
Anexo 2	112
Índice Onomástico.....	117

Introdução

O fim dos 771 anos do regime monárquico em Portugal ocorreu em 5 de outubro 1910, com o triunfo dos republicanos, que deu origem a uma alteração de regime com a aprovação da Constituição de 1911 - a denominada I República, que se estendeu até 1926.

Nessa data, o fim da I República levou a que nascesse em Portugal uma nova ordem, uma ditadura militar, que não durou muito tempo e conduzirá o país ao Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar e assente numa constituição «à medida», aprovada por plebiscito em 1933.

Portugal acabara de entrar, desta forma, num ciclo que durará décadas, até abril de 1974, altura em que os militares restituíram a democracia e a liberdade aos portugueses.

Na madrugada do dia 18 de janeiro de 1934, ainda o Estado Novo dava os «primeiros passos», algumas centenas de cidadãos saíram à rua, na sequência da decisão do ditador em aniquilar os sindicatos e a sua ação, uma conduta que acabaria por merecer um grande repúdio não só de sindicalistas mas da generalidade do operariado nacional.

A Marinha Grande foi uma das cidades portuguesas que aderiu ao movimento e, pela espetacularidade das ações ali verificadas, acabou por transformar a capital vidreira num baluarte da luta operária.

E aquela que se previa vir a ser uma greve geral nacional contra a decisão de Salazar em abater o movimento sindical, acabou por ir mais além, com a ocupação de edifícios públicos, corte de linhas férreas, explosão de bombas e tiros.

Setenta e oito anos após o movimento insurrecional, subsistem dúvidas relativamente aos autores do acontecimento histórico, que há muito ganhou contornos de mito, tantas são as contradições sobre o que realmente se passou naquela madrugada e manhã.

Não é igualmente consensual a verdadeira importância do 18 de janeiro de 1934, tanto mais que foi precisamente por esta altura que o Estado Novo começou a implementar medidas repressivas para todos quantos se lhe opusessem.

Ora, o 18 de janeiro de 1934 é assinalado na Marinha Grande, ano após ano, embora, como é evidente, a visibilidade das comemorações seja maior desde o 25 de abril de 1974. Aliás, esta passou a ser uma das datas históricas a que o PCP tem dado maior importância num município que já foi um dos seus principais bastiões, de tal forma que Álvaro Cunhal, líder histórico do PCP, participou nas primeiras comemorações na Marinha Grande após a queda do Estado Novo, em 18 de janeiro de 1975.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV)¹, apesar de já não ter a força de outros tempos, tem tentado manter viva a tradição de festejar o movimento, associando a Câmara Municipal - liderada ora pelo PCP ora pelo PS² - nas diversas iniciativas que têm como palco principal a Praça do Vidreiro, local onde se encontra implantado um monumento que exulta o feito dos participantes no 18 de janeiro de 1934.

Muitos políticos e sindicalistas locais, mesmo não tendo vivido o acontecimento, têm falado insistentemente sobre esta temática, sempre em tom elogioso, não parecendo abusivo concluir que pretendem extrair do movimento dividendos políticos.

A «história» já foi contada várias vezes mas os factos podem conduzir hoje a outras leituras, pois o tempo é uma espécie de bom conselheiro, que leva a colocar de parte os enviesamentos e a natureza panfletária com que são apresentados determinados acontecimentos históricos.

Este é o tempo para se perceber se os objetivos do 18 de janeiro de 1934 foram alcançados ou se, pelo contrário, o Estado Novo venceu em toda a linha.

Este é o tempo para se perceber se o país em geral e a Marinha Grande em particular ganharam ou perderam com a participação no movimento revolucionário.

Este é o tempo para verificar se o que é anunciado não é, simplesmente, um mito à medida, com fins meramente políticos.

Este é, finalmente, o tempo para expurgar toda a espuma que foi lançada para o movimento e constatar se, a esta distância, é possível dar alguma importância política, ainda que ligeira, à luta dos operários contra o Estado Novo ou se, pelo contrário, este foi apenas um movimento mal organizado que, feitas as contas com o tempo, não passou de uma ação insurrecional que levou dezenas de homens às prisões portuguesas, deixando órfãs muitas famílias, nomeadamente na Marinha Grande.

É provável que, no final deste trabalho académico, as conclusões não vão ao encontro daquilo que é designado como politicamente correto.

¹ “O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira tem as suas raízes em finais do século XIX, através do aparecimento das Associações de Classe. A primeira destas Associações a ser criada foi a Associação de Classe dos Operários Vidreiros em 1894. A classe operária vidreira evoluiu na sua organização durante e após a 1.ª Guerra Mundial, havendo notícias do surgimento da Associação de Classe dos Manipuladores de Vidraça em 1917, em 1919 a dos Garrafeiros e em 1924 uma dos Cristaleiros e outra dos Lapidários. A constituição de um sindicato único veio a ter lugar na Marinha Grande em 17 de Dezembro de 1931, tendo os seus estatutos sido aprovados oficialmente em 21 de Janeiro de 1932, com o nome de Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vidro. [...] Logo a seguir a 25 de Abril de 1974, o Sindicato Nacional foi reagregado com o nome de Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, nome esse que hoje continua a manter” (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira [STIV], 2012).

² Na Marinha Grande tem existido alternância democrática, com PCP e PS a dividirem o poder.

O objetivo é precisamente lançar «uma pedrada no charco», despartidarizar definitivamente o 18 de janeiro de 1934, atribuindo-lhe a importância que realmente teve, sem que a ideologia inquie a investigação, que se pretende necessariamente impoluta.

Neste sentido, há um conjunto de questões a que importa dar resposta:

- Quem efetivamente esteve por detrás do 18 de janeiro de 1934?
- O que sucedeu naquela madrugada na Marinha Grande traduziu um ato isolado ou uma ação concertada a nível nacional?
- Que impacto teve o 18 de janeiro de 1934 na política do Estado Novo?
- Quais as consequências do movimento revolucionário nas condições de trabalho nas indústrias transformadoras?

Para encontrar resposta a estas questões, a Dissertação recorreu a uma metodologia qualitativa que envolveu pesquisas de natureza documental e bibliográfica, sendo que nesta dicotomia se segue a regra de Oliveira (2007), segundo a qual a pesquisa documental incide sobre documentos que não foram ainda objeto de trabalho, ou seja, validados cientificamente.

Os documentos foram consultados na Torre do Tombo, no final do ano 2011, e a bibliografia foi parcialmente adquirida pelo autor e encontra-se devidamente identificada no final deste trabalho académico.

Recorreu-se, ainda, à Biblioteca Victor de Sá da Universidade Lusófona, em Lisboa, Biblioteca do Instituto Superior D. Dinis (ISDOM), Biblioteca Municipal da Marinha Grande e à biblioteca pessoal do historiador marinhense Hermínio de Freitas Nunes.

Relativamente à estrutura, a presente Dissertação, depois da Introdução, apresenta quatro capítulos, que se encadeiam e complementam.

No primeiro capítulo - Contextualização Teórica - será feito o estudo evolutivo do conceito de movimentos sociais.

É verdade que a origem destes movimentos já é antiga, mas também não é menos verdade que evoluíram ao longo dos séculos, com um enfoque mais evidente a partir do momento em que as novas tecnologias aceleraram o processo de globalização.

No que respeita aos denominados novos movimentos sociais, os mesmos iniciaram o seu trajeto histórico no século XIX, deixando para trás a perspetiva meramente classista que Karl Marx definiu. Por isso, importa proceder à sua caracterização.

No segundo capítulo será estudada a queda da I República e o período da Ditadura Militar que se seguiu.

Será, igualmente, feita uma análise à Constituição de 1933 - aprovada por plebiscito em 19 de março e que entrou em vigor em 11 de abril -, o documento que pôs fim ao sindicalismo livre em Portugal, decisão que esteve na origem do 18 de janeiro de 1934.

Interessa, também, perceber a capacidade de mobilização que o Partido Comunista Português e os sindicatos tinham na altura e que relações mantinham com os movimentos sociais.

No terceiro capítulo abordar-se-á o 18 de janeiro de 1934 na então vila operária da Marinha Grande. No entanto, antes da narração dos acontecimentos a nível local, a Dissertação terá em conta todo o processo que, a nível nacional, conduziu ao movimento.

Além disso, serão apresentadas várias visões sobre os acontecimentos, de forma a garantir o direito ao contraditório.

No quarto e último capítulo serão apresentadas as consequências do movimento insurrecional, designadamente ao nível do relacionamento entre as forças opositoras ao Estado Novo, a identificação dos mecanismos repressivos que Salazar introduziu no país, bem como tudo aquilo que mudou a partir de então nas fábricas da Marinha Grande.

Neste capítulo, importa, ainda, perceber a intervenção da Igreja junto do Poder Central em favor dos revoltosos e, finalmente, destrinçar a realidade do mito.

No final da Dissertação, ou seja, na conclusão, espera-se que, tendo em conta os suportes documentais e bibliográficos, seja possível compreender aquilo que se passou no país no dia 18 de janeiro de 1934 e qual a participação e a importância da Marinha Grande nesse movimento.

Esta Dissertação, tanto no que diz respeito à estrutura, como às citações e referências bibliográficas, seguirá as normas aprovadas pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, através do Despacho Reitoral nº 101/2009 de 2009 que revogou o Despacho 52/2008, de 12 de Maio.

CAPÍTULO 1 - Contextualização Teórica

1. Movimentos Sociais

Antes de iniciar o estudo específico do 18 de janeiro de 1934, importa compreender o que são movimentos sociais e como evoluíram para contextualizar a temática deste trabalho académico porque, como afirma Fonseca (1976, p. 31), “os movimentos sociais ocupam um lugar privilegiado, digamos fulcral, na historiografia contemporânea”.

Sendo uma questão que engloba diversos comportamentos coletivos, em sociedade, onde com frequência ocorrem conflitos - designadamente políticos, sociais, económicos e religiosos - existem várias opiniões ou posições sobre esta temática que, dada a sua heterogeneidade, deram origem a um acervo bibliográfico que será objeto de levantamento e confrontação nesta Dissertação.

Ainda no âmbito dos movimentos sociais, destacam-se os grupos de interesses em geral e o movimento operário em particular que esteve na origem do movimento insurrecional no país e, claro, na Marinha Grande, cidade industrial que historicamente tem na sua matriz um considerável número de trabalhadores fabris.

1.1 Evolução do Conceito

Os movimentos sociais tiveram origem nos primórdios da própria civilização, acompanhando-a na sua evolução. Embora só entre os séculos XVIII e XIX tenham sido identificados enquanto tal, não faltam exemplos de movimentações sociais ao longo da História da Humanidade. Os conflitos religiosos em Roma são apenas um exemplo, já para não falar nas lutas contra a escravatura ou pela abolição da pena de morte em muitos países. No entanto, Tilly e Wood (2009, p. 3) têm uma visão diferente, pois defendem que “durante o século XVIII, pessoas na Europa Ocidental e na América do Norte deram início à decisiva criação de um novo fenómeno político. Elas começaram a criar movimentos sociais”.

Para estes autores da denominada «Teoria do Confronto Político», apenas nesta altura foram criadas as condições para que os movimentos sociais comesçassem a operar nas sociedades, criando assim novos atores políticos. Porém, foi apenas no século do triunfo do liberalismo que os movimentos sociais assumiram um papel determinante nas sociedades, na

sequência do declínio das monarquias absolutas, da formação de organizações populares, da vontade das elites em governar em nome do povo e no surgimento de novos meios de comunicação, embora tenha sido somente a partir da década de 60/70 do século passado que esta temática passou a ser denominada pelo nome que hoje se lhe atribui - movimentos sociais -, deixando de ser conotada simplesmente como movimentos de trabalhadores sindicalizados. Aliás, convém não esquecer que os movimentos sociais estão associados a diversos paradigmas, pois a sua criação e atuação têm sido distintas nas diferentes latitudes, seja na Europa ou nos Estados Unidos.

A referência aos movimentos sociais foi feita de forma indireta nas abordagens clássicas³. A ação social ou o comportamento coletivo, assim se designavam os movimentos sociais, eram vistos em duas perspetivas: por um lado através da irracionalidade das motivações das massas, por outro um questionamento da ordem social (Pasquino, 1992, p. 787).

Uma perspetiva diferente aponta para os coletivos sociais como um modo específico de ação social que, segundo Émile Durkheim, dariam lugar a vários tipos de solidariedades complexas. Já Max Weber fala em mudanças sociais do tradicionalismo para o racional-legal e Karl Marx aponta para o início de um processo revolucionário, pois, segundo este, “o estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador” (Marx, 1979, p. 307).

Nesta linha de pensamento, Tarrow, McAdam e Tilly (1996, p. 21) definem um movimento social como “uma interacção sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população”.

Os movimentos sociais surgem, assim, para organizar uma força social, que emana da sociedade, que tem como objetivo central alterar a relação de poder estabelecida.

Apesar da complexidade dos movimentos sociais, considerados por Tarrow (1983, p. 5) como um dos campos “mais indefiníveis que existem”, Castells (2000, p. 20) simplifica o conceito ao falar em “acções colectivas que, dependendo do seu êxito ou fracasso, transformaram valores e instituições”.

Por sua vez, Boudon (1995, p. 284) fala em “conjunto de opiniões e de crenças comuns a uma população que manifesta preferência pela mudança de alguns elementos da estrutura

³ Visão europeia que privilegia as interpretações históricas das revoluções.

social e/ou da distribuição de recompensas numa sociedade”, definição que não se afasta muito daquela que é proposta por Gohn (1995, p. 44) que caracteriza os movimentos sociais como sendo “acções colectivas de carácter sociopolítico, constituídas por actores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais”.

Um dos teóricos desta temática, Alain Touraine (1984, p. 97), afirma que “não é possível definir um objecto chamado movimentos sociais sem escolher desde logo um modo geral de análise da vida social, a partir do qual poderá ser constituída uma certa categoria de factos chamados movimentos sociais”.

Para o autor, um movimento social é “uma acção conflitual pela qual certas orientações culturais, um campo da historicidade, são transformadas em formas de organização social, definidas tanto por normas culturais gerais como por relações de dominação social” (Touraine, 1984, p. 102).

Relativamente aos conflitos associados aos movimentos sociais, podem ser resolvidos, segundo Bobbio (1987, p. 35), pelas instituições - governos, por exemplo – “através de duas formas: mediação e repressão”.

Ilse Scherer-Warren (2005, p. 18) sustenta que “toda a acção coletiva com carácter reivindicativo ou de protesto é movimento social, independentemente do alcance ou significado político ou cultural da luta”.

Voltando a Touraine (1984, p. 103), considera que a noção de movimento social “não é separável da de classe. Mas o que opõe o movimento social à classe é que esta pode ser definida como uma situação, enquanto o movimento social é uma acção, a acção de um sujeito, isto é, do actor que põe em causa a formação social a historicidade”.

Ainda segundo Touraine (2007, p. 33), “o movimento operário foi um dos movimentos sociais mais reivindicativos do século passado ao combater a dominação e procurando dar aos trabalhadores, ou ao conjunto da colectividade, o controlo da organização do trabalho e dos recursos criados pela actividade industrial”.

Porém, os movimentos sociais nunca estão isolados dos outros tipos de conflito. Touraine (1984, p. 104) explica que “o movimento operário, que põe em causa o poder social dos senhores da indústria, não é separável das reivindicações e das pressões com vista a aumentar a influência dos sindicatos nas decisões económicas, sociais e políticas”.

Camino (1988) defende que os estudos sobre os movimentos sociais, que se iniciaram no princípio do Séc. XIX e nos primeiros anos do Séc. XX, “acompanham a história desses

conflitos e fazem parte dessa história”⁴. Contudo, segundo o mesmo autor, o interesse dos cientistas sociais “era menos o de entender os fenómenos sociais que estavam acontecendo” mas, sobretudo, “desacreditar os movimentos de massas e criar as condições de uma «solução científica» do problema”, sendo que as aspas baixas mostram que não era a verdade científica que se procurava.

Camino associa autores a explicações e a eventos de massas e conclui que os movimentos são os sintomas de uma difusão social, que tem de ser de algum modo superada para que o sistema continue a subsistir.

Estas definições levam à ideia de que um movimento social representa uma forma de organização que tem por base um conjunto de valores e interesses comuns aos seus membros e visa alterar a ordem social - ou parte dela -, através de ações não institucionais. As mais visíveis são os protestos de rua contra as decisões dos governos. Aliás, esses protestos de rua constituem prova de que os movimentos sociais estiveram associados, durante décadas, a grupos revolucionários que desenvolviam ações de carácter muitas vezes radical.

Só a partir da década de 1960 é que este paradigma mudou, pois até então os movimentos sociais confundiam-se com a luta de classes nas sociedades capitalistas, numa lógica de ações contra as contradições do capitalismo. Mas não, os movimentos sociais são, afinal, muito mais que isso. Surgiram, assim, os «novos» movimentos sociais, de características urbanas, algo distantes das lutas entre classes e mais virados para as questões ambientais e para aquelas que se prendem com os direitos humanos e a paz entre os povos.

Gohn (1995, p. 44) considera novos “os movimentos que se afastam do carácter classista”, que não pretendem criar um novo tipo de sociedade, mas aperfeiçoar a vida e apelar a valores tão diversos como o direito à vida, à livre expressão ou à liberdade.

Estes novos movimentos sociais, segundo Ilse Scherer-Warren (1996, p. 49) atuam no sentido de estabelecer um equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil, bem como no interior da própria sociedade civil, nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Os movimentos sociais passaram, assim, a desempenhar funções muito importantes nas sociedades contemporâneas, assumindo o papel de catalisadores das causas sociais muitas vezes ignoradas ou não reconhecidas pelo(s) Estado(s), o que levou Pasquino (1994, p. 791) a afirmar que “não podem ser mais definidos como não-institucionais”.

⁴ Cf. <http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An02T81.pdf> (p. 420), consultado em 28.04.2012.

Os movimentos sociais nem sempre têm como fim a obtenção de dividendos imediatos, como o fim de medidas impopulares, ou seja, nem sempre existe um «adversário», pois podem ter como fim simplesmente a preservação cultural ou a promoção de um ideal religioso, entre outros exemplos, numa lógica de diversificação multicultural que as sociedades contemporâneas atravessam com cada vez maior mobilidade.

A democracia tem tido, segundo Touraine (1995, p. 263), uma grande importância para os movimentos sociais à escala global porque “o principal objectivo da democracia deve ser permitir que indivíduos, grupos e colectividades se tornem sujeitos livres, produtores da sua história, capazes de reunir na sua acção o universalismo da razão e as particularidades de identidade pessoal e colectiva”.

Os movimentos sociais, enquanto catalisadores das tensões e conflitos sociais, podem - e devem - contribuir para um aperfeiçoamento das democracias, assumindo-se como atores políticos em Estados democráticos.

Porém, a relação entre os Estados e os movimentos sociais nem sempre é pacífica, sobretudo quando os interesses são divergentes, situação que acontece com frequência. O processo de globalização e a consequente queda de fronteiras tornou a Internet um palco privilegiado para a troca de ideias entre a sociedade civil. É a partir daqui que se têm organizado muitos movimentos, nas mais variadas partes do mundo. Olhe-se, por exemplo, para a «Primavera Árabe»⁵.

Voltando, mais uma vez, a Touraine (1995, p. 88), o mesmo defende que “só existe movimento social quando a acção colectiva é dotada de objectivos sociais [...], reconhece a existência de valores e interesses sociais gerais e, em consequência, não reduz a vida política a um confronto entre campos ou classes, ainda que organize e acirre conflitos”.

O autor acrescenta que “somente nas sociedades democráticas é que os movimentos sociais se formam sozinhos, pois a livre escolha política obriga cada actor social a lutar simultaneamente pelo bem comum e pela defesa de interesses particulares” e finaliza concluindo que “por essa razão, os movimentos sociais mais expressivos recorreram a temas universalistas: liberdade, igualdade, direitos do homem, justiça, solidariedade, temas que estabelecem um nexo directo entre o actor social e o programa político”.

⁵ Onda revolucionária de manifestações e protestos que vêm ocorrendo no Médio Oriente e no Norte de África desde dezembro de 2010.

1.2. Os Grupos de Interesses

Os atores sociais estão normalmente associados a grupos de interesses, sejam eles sindicatos, associações representativas dos trabalhadores ou entidades patronais, entre outros.

No âmbito do estudo dos movimentos sociais, não se poderá deixar de refletir sobre este domínio importante na tomada de decisões em sociedades democráticas.

Os grupos de interesses têm um papel importante, talvez determinante, em democracias que obedeçam a lógicas participativas, deliberativas ou associativas, alavancadas por transformações sociais e políticas induzidas pelo processo de globalização, que tendem a transformar as formas de poder, exigindo uma intervenção de atores sociais especializados.

Este é, de resto, um tema atual quando se constata que nalguns países - como foi o caso recente da Itália - os líderes eleitos pelo povo estão a ser substituídos pelos denominados tecnocratas, cujas competências técnicas se sobrepõem às competências políticas.

Importa aqui esclarecer a diferença entre grupo de interesse, grupo de pressão e *lobby*. Fernandes (1995, p. 179) defende que “os grupos de interesses procuram realizar os seus fins de acordo com a lei vigente, actuando apenas na esfera da vida privada [enquanto] os grupos de pressão são associações que exercem uma pressão sobre os poderes públicos, para que as decisões destes sejam favoráveis à realização dos seus interesses e aspirações”.

Para Moreira (2001, p. 154), “um grupo de pressão é sempre um *grupo de interesses*, mas um grupo de interesses não é necessariamente um *grupo de pressão*”. Isto porque, acrescenta, “ao grupo de interesses tem de acrescentar-se alguma coisa para se transformar em grupo de pressão”.

O conceito de lobby está associado à atividade de grupos organizados, com o objetivo de interferir diretamente nas decisões do poder público, em especial do poder legislativo, em favor de interesses privados. Pinto (1999, p. 86) esclarece que “quando um *lobby* procura que o Governo altere a lei em benefício dos interesses desse *lobby*, não estamos perante uma actuação de um grupo de interesses mas de um grupo de pressão ou de influência”.

Apesar de alguns autores não fazerem ainda essa distinção, Finer criou a expressão tipológica “grupos de influência”, uma forma de suavizar o termo “grupos de pressão” - que tem uma conotação pejorativa -, apesar da ação dos «lobistas» ser uma parte do processo político e, além disso, ser reconhecida e regulamentada nalguns países - designadamente nos Estados Unidos da América - e junto de organizações internacionais.

Alguns autores não seguem a definição de Finer, defendendo que os grupos de interesses, para fazerem valer a sua vontade, “terão de se transformar em grupos de pressão”. Segundo Pinto, (1999, p. 86), trata-se de uma questão “muito discutível” uma vez que nesta problemática “o que está em causa é a forma de actuação dos grupos [...] e os interesses, individuais ou colectivos, que estão em jogo”.

Os grupos de interesse fazem parte de sistemas políticos há séculos, mas as formas de participação têm vindo a mudar, sobretudo nos últimos trinta anos. Contudo, existem ainda algumas entidades demasiado viradas para o passado, que não se aperceberam do processo de globalização com uma consequente variedade de relações entre atores sociais e poder político.

Grossman e Saurugger (2006) olham para os grupos de interesses como organizações que procuram representar no espaço público os pontos de vista de agentes que atuam na esfera económica e social e, ao mesmo tempo, influenciar os poderes públicos num sentido favorável aos seus interesses.

Independentemente do país ou do continente, parece ser dificilmente questionável a ideia de que os grupos de interesses, quer tenham cariz económico, social, cultural ou religioso, têm uma intervenção importante, nalguns casos até determinante, nas decisões dos governos eleitos democraticamente, mas não só, pois exercem igualmente um papel de controlo democrático que não deixa de ser também um aspeto a ter em conta numa altura em que os recursos são cada vez mais escassos.

Os grupos de interesse, cuja origem se perde no tempo, têm como objetivo principal influenciar o poder político ou o público em geral. Assim sendo, podem ser considerados, atualmente, como atores da vida política contemporânea.

Claro que, num mundo global, é natural que alguns grupos de interesse tenham uma abrangência quase mundial, como é o caso do movimento ecologista Greenpeace. Noutros casos terá uma abrangência mais restrita, ou seja, por ordem decrescente: europeia, nacional, regional ou meramente local.

Grossman e Saurugger têm vindo a analisar as formas de participação - e os limites - dos grupos de interesses nos Estados, nomeadamente a urgência de uma governação multinível, a que chamam novos níveis de governação, em que os governos dispersam determinadas tarefas, delegando-as para níveis supranacionais, por exemplo organizações internacionais ou agências especializadas, e por outro lado, verticalmente, para níveis infra estaduais, o chamado Estado de atores sociais.

Pinto (2009, p. 85) lembra que, como Florestan Fernandes identificou no seu capitalismo dependente, no século XIX “as relações nunca chegavam a ser entre países mas entre burguesias e pressupunham mais do que simples relações comerciais”. Assim sendo, “exigiam relações de dominação tanto a nível externo como interno”. No que concerne à dominação externa, acrescenta o autor, a mesma era realizada “por meio da dominação interna” e exercia-se “sobre o trabalho e a massa da população submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalista”.

Por exemplo, no Brasil retratado por Florestan Fernandes, “a burguesia dependente, débil enquanto classe e no contexto internacional, era, contudo, poderosa nas sociedades que dominava não apenas economicamente, tal a influência que exercia ao nível das decisões do poder político”, concluiu Pinto (2009, p. 85).

Na Europa assiste-se a uma soberania de serviço dos estados-membros, através de um número crescente de novos centros de decisão, ou seja, órgãos supranacionais. A este respeito, Grossman e Saurugger (2006, p. 219) defendem que “la multiplication des niveaux de gouvernance et, notamment, de niveaux supranationaux est l’un des facteurs pour comprendre l’activités des groupes d’intérêt et leur participation dans l’élaboration des politiques”.

Os dois autores refletem sobre o papel do Estado e as condições para o exercício do poder em interação com os grupos de interesses, ou melhor, as relações entre os Estados e os grupos de interesse enquanto produtores de normas.

Os grupos de interesses reforçam, assim, a sua presença nos Estados enquanto «parceiros sociais» nos vários patamares da governação, garantindo a representatividade da sociedade nos órgãos de decisão, constituindo um veículo importante de legitimação, mas sobretudo de eficácia. Daí que seja determinante a integração dos grupos de interesse no processo de tomada de decisão.

Os Estados têm as suas competências continuamente desafiadas e têm delegado, nalguns casos, alguma da sua soberania. Mas os grupos de interesses também podem suscitar questões de legitimidade política uma vez que causam ameaças à governação democrática, pois um número crescente de atores participa na deliberação, tomada de decisões e implementação das medidas. Assiste-se a um aumento importante do número de grupos de interesses na medida em que as sociedades testemunham uma procura de participação crescente dos cidadãos e de certos setores da sociedade. Esta evolução pode ser descrita em termos de «sociedade de grupos de interesse».

As principais tendências da atuação dos grupos de interesses, segundo Grossman e Saurugger (2006, p. 219), são três: “les transformations de l’action collective, les transformations de l’État et du politique et la tendance vers un pluralisme croissant qui en résulte”. Os grupos de interesses deixaram de ser apenas económicos, passando a alastrar-se aos mais variados domínios. Associações profissionais, empresas, Organizações Não Governamentais, entre outros, são actores sociais que têm recorrido às técnicas de grupos de interesses. É o caso dos sindicatos e patronato, grupos de interesses que se têm assumido como intermediários entre o Estado e a sociedade.

Importa, ainda, frisar que Estado e grupos de interesses nem sempre têm objetivos comuns, o que pode suscitar a eclosão de conflitos. Porém, Pinto (1999, p. 86) lembra que “nas sociedades democráticas, os governantes têm o dever de ouvir e de respeitar os interesses daqueles que os elegeram. Assim, a actuação dos grupos de interesses está prevista e constitui mesmo um exemplo, necessário e desejável, para a valorização da vida democrática”.

Também não é menos verdade que a ação dos grupos de interesse pode variar fortemente, de país para país, e até mesmo no mesmo espaço nacional. No 18 de janeiro de 1934, os dois principais grupos de interesses - Confederação Geral do Trabalho (CGT) e Comissão Inter-Sindical (CIS) - tinham estratégias diferentes e pode ter sido esse pormenor que esteve na origem do fracasso do operariado português, que até ao dia do movimento insurrecional passou por um processo evolutivo conturbado.

1.3. O Movimento Operário Português

A história do movimento operário português está longe de constituir uma narrativa de sentido único. De facto, como Losurdo (2004, p. 10) afirma, essa história tem sido marcada por “vitórias exaltantes” a que se seguiram “derrotas desastrosas” porque “à experiência exaltante da emancipação, ou seja, da conquista de direitos anteriormente não desfrutados, bem pode se seguir a amargura da desemancipação”. Em suma, acrescenta o autor, assiste-se a uma “perda dos direitos tão arduamente conquistados”.

A História mostra, aliás, que se assistiram às mais variadas tentativas de neutralização das lutas de emancipação dos trabalhadores, não só por parte das classes dominantes mas também do próprio movimento operário. O 18 de janeiro de 1934 é um exemplo de resistências internas na preparação do movimento insurrecional.

Marx, que deu ao movimento operário um conteúdo ideológico, considerava que as vitórias da luta operária eram parciais, mas importantes, como, por exemplo, a redução do horário de trabalho, vista pelo pensador alemão como a primeira vitória proletária sobre a burguesia. Já Lenine (1978, p. 281) manifestava a ideia de que as restrições “excluem, eliminam os pobres da política, da participação activa da democracia”.

No que concerne ao movimento operário português, o mesmo começou a ganhar forma no século XIX, com o fim do absolutismo e o triunfo do liberalismo.

No final da década de 1830 surgiram as primeiras associações de trabalhadores em Portugal e assumiram um papel de classe, prestando apoio aos seus associados, fosse ele de cariz económico ou na área da saúde. Neste último caso é de destacar a constituição de associações de socorros mútuos, denominadas montepios, e quase todas à «sombra» de um santo protetor, que mantiveram, ainda que parcialmente⁶, o espírito das confrarias medievais, agrupamentos de artífices e mercadores fundadas na Idade Média. Em Portugal existiram várias. Eram espaços de solidariedade, na vida e na morte, pequenos hospitais e casas de recolhimento, que protegiam peregrinos e pobres. Mas, por norma, a assistência de saúde era prestada apenas aos confrades numa espécie de albergarias. As confrarias medievais estavam, assim, muito viradas para os seus membros e não tanto para o exterior.

As associações de trabalhadores, gradualmente, foram ganhando cariz sindical, apoiadas por uma imprensa operária aguerrida, onde era exposta a sua ideologia e denunciadas as injustiças sociais, bem como as reivindicações da classe operária. Na década de 1840 foram convocadas as primeiras greves na indústria, com reivindicações de vária ordem: pagamento de salários, melhores condições de trabalho e de vida.

Em 1852, o Código Penal proibiu as greves mas regulou o movimento associativo.

O movimento operário ganhou força após a Comuna de Paris⁷ e a filiação na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

⁶ Importa esclarecer que há uma distinção entre os conceitos de confraria, montepio e misericórdia. Apesar da sua vocação social, o seu modelo de organização é diferente. No reinado de D. Afonso V, entre 1432 e 1481, foram criadas em Portugal as confrarias leigas. Eram associações voluntárias de irmãos que tinham como missão o socorro mútuo aos seus membros. Caracterizaram-se, primeiramente, pelo seu carácter corporativo de associação por profissão para ajuda mútua em caso de carência social. Eram organizações de natureza material com valores espirituais. Mais tarde, surgiram as misericórdias, que tinham como base os princípios das confrarias leigas e das unidades, organizações de auxílio aos mais carenciados. A primeira Misericórdia a nascer em Portugal ocorreu nas Caldas da Rainha. Constituiu-se em 1498 sob a égide da Rainha D. Leonor. Seguiu-se a de Lisboa. Em 1578 surgiu em Portugal um outro movimento, o Celeiro de Évora. Tinha como objetivo proporcionar empréstimos em sementes em anos maus do ponto de vista meteorológico aos agricultores mais desfavorecidos, constituindo-se como uma espécie de seguro de colheitas denominado de Monte Pio.

⁷ Primeiro governo operário da história, que durou de 26 de março a 28 de maio de 1871 (40 dias), em França. Esta iniciativa foi esmagada com crueldade. Estima-se que tenham sido mortas 20.000 pessoas.

Em 1872 ocorreu um surto grevista em Portugal, com cerca de cinquenta greves em dezoito meses. Na edição nº 32 do jornal *O Pensamento Social*⁸, de 1872, podia ler-se: “entrámos finalmente no movimento moderno europeu [...], nós, trabalhadores portugueses, podíamos também constituir-nos em classe”.

O movimento operário em Portugal assumiu-se como uma luta de classe tipicamente de trabalhadores, afastando os membros daquilo que designavam como pequena burguesia, a quem consideravam «desagregadores».

Paralelamente foi crescendo o número de jornais afetos ao movimento operário, bem como o número de associações.

Porém, dentro do movimento operário existiam grandes clivagens, facto que por si só o debilitou. Estas clivagens, para além de políticas, eram também ideológicas, pois no seu seio existiam as mais variadas sensibilidades.

Claro que em função destas diferenças nem sempre foi pacífica a atividade do movimento operário. O triunfo da revolução russa de 1917 motivou a classe operária europeia e entre 1918 e 1922 assistiu-se a um período de lutas revolucionárias, que acreditavam na vitória do comunismo. As revoltas acabaram por fracassar. E a consequência da tentativa de avanço comunista foi a criação de partidos fascistas e nazis, que acabariam por chegar ao poder em Itália e na Alemanha. Aliás, na Europa de então, vigoravam vários regimes absolutistas para além dos indicados. Eram disso exemplos, o pretenso corporativismo português⁹ e o franquismo espanhol.

O surgimento destes regimes na Europa não pode ser dissociado da incapacidade dos movimentos operários que, nas lutas insurrecionais que travaram, apenas se conseguiram impor na Revolução Russa. Aliás, em Portugal, entre 1926 e 1934, o movimento operário sofreu um dos mais duros golpes com o fim do regime republicano e mais tarde com a instauração de «sindicatos corporativos» e clivagens políticas muito profundas.

As ideologias, comunista e anarquista, geraram ódios entre si e foram precisamente as duas correntes de pensamento que estiveram na origem do 18 de janeiro de 1934 em Portugal, com visões distintas das ações a levar a cabo.

⁸ *Jornal da Fraternidade Operária*, organização que se viria a fundir com a Associação do Trabalho Nacional. A Associação dos Trabalhadores chegou a reunir cerca de 3.000 sócios, assumindo largamente o papel de liderança do movimento operário que o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas havia ocupado nas décadas anteriores. O jornal seria encerrado em 1873, após uma dura repressão governamental e patronal sobre os trabalhadores.

⁹ A utilização do adjetivo justifica-se porque, como Pinto (2011, p. 21) afirma, “o Estado Novo não representou uma forma de corporativismo. [...] O Estado Novo, na sua visão monista, não revelou qualquer pressa no estabelecimento das corporações”.

Nos primeiros anos do século XX, o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo¹⁰ ganharam força em Portugal, em contraponto com o declínio da monarquia. Por esta altura a agitação social nos centros industriais era crescente, com o movimento sindical a apresentar-se organizado e muito combativo, pugnando pela luta de classes.

A monarquia constitucional portuguesa caiu em 1910, mas a luta social intensificou-se, com a burguesia republicana a assumir-se como anti-operária, uma vez que os interesses dos dirigentes republicanos não eram coincidentes com as pretensões da classe operária, gerando assim conflitos, nalguns casos profundos¹¹. As greves foram reprimidas e as reivindicações alastraram aos meios rurais.

Em 1914 surgiu a primeira central sindical operária em Portugal - a União Operária Nacional - que congregava mais de uma centena de associações.

Em 1918 transformou-se em Confederação Geral do Trabalho, de inspiração anarco-sindicalista, que participaria no 18 de janeiro de 1934, mas que acabaria por deixar de ter expressão no final da década.

Entre 1910 e 1926 Portugal viveu cerca de meio milhar de greves, a maioria das quais pelo aumento de salários¹². Neste período assistiu-se a um desenvolvimento das organizações sindicais. Em 1920 vive-se um período difícil com uma grave crise económica e social. Politicamente, o país não estava melhor, com oito governos em apenas um ano.

A criação do Partido Comunista Português, em 1921, foi um elemento importante na história do movimento operário nacional, que passou a ter uma organização política que se assumia como defensora dos seus interesses, além de que propunha uma sociedade sem classes. O novo partido assumia-se como uma organização que há muito se impunha, pois o entendimento dos seus dirigentes era de que os sindicatos não eram suficientes, pois não tinham capacidade revolucionária e administrativa para derrubar e substituir as instituições burguesas. A CGT tinha uma posição totalmente diferente, pois considerava que a ação do operariado bastava, tal como se poderá ler na edição de 17 de julho de 1921 no jornal *A Batalha*, de inspiração anarco-sindicalista.

¹⁰ Movimento social de carácter anarquista, que se desenvolveu, principalmente, no início do século XX. O anarco-sindicalismo atribuiu aos movimentos sindicais um papel importante na luta pela emancipação da classe trabalhadora. Usavam o instrumento da greve como mecanismo de pressionar os proprietários a atenderem as suas reivindicações.

¹¹ Apesar de o Partido Republicano ter uma base de apoio muito diversificada, certo é que os seus principais dirigentes pertenciam à burguesia, logo, quando assumiram o poder, fizeram prevalecer os seus interesses, que eram naturalmente opostos aos dos operários, o que suscitou conflitos.

¹² Os trabalhadores lutaram ainda pela redução do número de horas de trabalho e em solidariedade para com outros trabalhadores.

O aparecimento do PCP dividiu o movimento sindical, num país em que os tempos estavam longe de ser de unidade.

A Confederação Geral do Trabalho começou a entrar em declínio, por esta altura, com derrotas, diminuição do número de efetivos e um desfasamento relativamente ao operariado ao mesmo tempo que passava a ver o PCP como uma ameaça ao domínio libertário do movimento sindical.

Segundo Pereira (1971, p. 26), “a actividade destes ex-anarquistas ainda cheios de mitos libertários caracteriza a actuação confusa e dispersa do PCP de 1921 a 1923”.

O partido era formado, segundo o autor, “por operários dos arsenais (Marinha e Exército) e das fábricas de armas, alguns ferroviários, marinheiros, trabalhadores rurais, operários padeiros e confeitores, sectores da construção civil, etc.; e uma franja de empregados comerciais e de escritório, caixeiros e alguns intelectuais”.

O Partido Comunista Português foi criado numa altura em que Portugal vivia um clima de intensa agitação social, política, económica e financeira, que viria a desembocar na ditadura militar de 1926.

Explicados os conceitos de movimento social em geral e dos grupos de pressão e de interesse em particular, passando pela criação das primeiras associações de trabalhadores em Portugal que deram origem ao movimento operário português, importa agora conhecer o contexto político que antecedeu o 18 de janeiro de 1934.

CAPÍTULO 2 – Da Ditadura Militar ao Estado Novo

2.1. A Ditadura Militar

A monarquia constitucional portuguesa pereceu em 5 de outubro de 1910, numa altura em que o país ansiava por uma nova ordem. Este final anunciado abriu caminho à I República, que não teria muitos anos de vida - apenas 16 -, devido a uma permanente instabilidade política e económica que desembocou num clima de constante agitação social.

No período compreendido entre 1910 e 1926, a I República, “apresentada pelos seus partidários como herdeira dos ideais da Revolução Francesa” (Pinto, 2011, p. 63), mostrou grandes debilidades, com o fantasma da guerra civil a pairar no país, na sequência de confrontos graves nas principais cidades, com mortos, feridos, cidadãos presos e deportados.

Neste ponto, importa referir que muitos desses problemas encontravam justificação num problema político - a dependência constitucional do poder executivo relativamente ao poder legislativo numa conjuntura marcada pela divisão dos republicanos.

De facto, a queda da monarquia coincidiu com a divisão dos republicanos. Assim, formaram-se o Partido Republicano Português - os democráticos, partido liderado por Afonso Costa; o Partido Republicano Evolucionista - os evolucionistas, de António José de Almeida - ; e a União Republicana - os unionistas - dirigida por Manuel Brito Camacho.

De notar que enquanto o primeiro partido se manteria até ao final do regime, os restantes extinguiram-se em 1919.

De acordo com a Constituição de 1911, o poder legislativo era exercido pelo Congresso, formado por duas Câmaras (dos Deputados e Senado) - Artigo 7º - reunia quatro meses por ano - Artigo 11º. Entre as suas competências legislativas destacam-se a eleição do Presidente da República - Artigo 38º - e o controlo político do Ministério - Artigo 52º.

O poder executivo era partilhado pelo Presidente da República e pelos Ministros - Artigo 36º. Ao primeiro estava atribuído um papel menor e dependente do Congresso, que não só o elegia como o poderia destituir, através de resolução fundamentada e aprovada por dois terços dos membros do Congresso - Artigo 46º.

Entre os Ministros haveria um nomeado pelo Presidente da República, que ocuparia o cargo de Presidente do Ministério, responsável não só pelos negócios da sua pasta mas também pelos de política geral - Artigo 53º.

Segundo Rosas (1994, p. 152), Portugal viveu um período em que esteve, sem dúvida, perante “uma guerra civil mais ou menos larvar” e em que foi necessário “pôr termo à corrupção, à demagogia, à ditadura dos democráticos”, substituindo-a por “um vago regime de ordem, de excepção, que saneasse as finanças, relançasse a economia na metrópole e nas colónias e criasse as condições de uma nova ordem política”. Havia uma imperiosa necessidade de «arrumar a casa».

Em 28 de maio de 1926 a «aventura» republicana sucumbiu, dando lugar a uma ditadura militar, liderada pelo General Gomes da Costa¹³ e pelo Comandante Mendes Cabeçadas¹⁴, com o objetivo central de devolver a ordem ao país.

O governo caiu e o Presidente da República, Bernardino Machado¹⁵, renunciou, tendo sido criada uma estrutura constitucional provisória e suspensos os direitos consignados na Constituição de 1911.

Rosas (1994, p. 159) esclarece que “os partidos e o pessoal político da I República são afastados do Poder e o sistema liberal-parlamentar, com as suas instituições, vai desaparecer”.

Pinto (2011, p. 67) acrescenta que “os novos detentores do Poder não iriam pactuar com a instabilidade, que fora regra no período imediatamente anterior”.

Os militares assumiram o poder em Portugal, apoiados por monárquicos e algumas fações republicanas, sem que o movimento sindical colocasse qualquer resistência. Os reviralhistas ainda tentaram repor a República, mas sem êxito.

O PCP não teve intervenção neste processo de transição política, pois só com a chegada de Bento Gonçalves à liderança do partido, em 1929, e no ano seguinte com a criação da Comissão Inter-Sindical, houve oposição política dos comunistas.

Foi neste período que o PCP acabou por suplantear a supremacia dos anarquistas da CGT, que vinha desde o início do século, mas com maior evidência após o fim da monarquia em Portugal.

¹³ Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929), militar e político português, décimo presidente da República Portuguesa e o segundo da Ditadura Nacional. Enquanto militar, destacou-se nas campanhas de pacificação das colónias, em África e na Índia, e ainda na I Grande Guerra. Enquanto político, foi o líder da Revolução de 28 de maio de 1926. Não assumiu de início o Poder, que foi confiado a Mendes Cabeçadas. Gomes da Costa viria a alcançar o Poder após um golpe ocorrido em 17 de junho de 1926. Em 9 de julho do mesmo ano, uma nova contrarrevolução, chefiada pelo general Carmona, derrubou Gomes da Costa, incapaz de lidar com os dossiês governativos. Exilado para os Açores, viria, em setembro de 1927, a regressar ao Continente, tendo falecido em condições miseráveis, sozinho e pobre.

¹⁴ José Mendes Cabeçadas Júnior (1883-1965), Oficial de Marinha. Teve um papel importante no 5 de outubro de 1910. Foi deputado. Aquando do 28 de maio de 1926 estava ligado há vários anos à oposição ao Partido Democrático então no Governo. Chefiou a conspiração em Lisboa mas foi afastado em 17.06.1926. Desde então, passou para as fileiras da oposição.

¹⁵ Sucedeu-lhe o General Óscar Carmona, mantendo-se no cargo até 1951.

Segundo Rosas (1994, p. 151), “a I República caía sem luta nem resistência.

O pronunciamento militar não conhecera oposição significativa onde quer que fosse, e a marcha de Gomes da Costa sobre Lisboa mais parecera uma parada vitoriosa, culminante com a entrada em triunfo na capital, a 6 de Junho”.

Ainda segundo o mesmo historiador, “o carácter consensual e pacífico do 28 de Maio” explica-se pelo facto “de ele, precisamente, se limitar a apelar o Governo e o partido que o apoiava, do poder - pretensão amplamente partilhada pelo geral dos meios políticos e económicos”.

Mendes Cabeçadas, que não era um chefe militar e dirigente político particularmente brilhante, seria empossado como Presidente do Ministério em 30 de maio de 1926, mas a sua liderança duraria pouco, pois apresentaria a demissão no dia 18 de junho.

Carvalho (1957, p. 47) considera que Cabeçadas, como chefe político e militar, se revelou “literalmente, um zero”.

Derrubado Cabeçadas sucedeu-lhe Gomes da Costa, em 19 de junho¹⁶, que não teve também um mandato longo e foi derrubado em 9 de julho de 1926¹⁷ e ordenada a sua prisão no Palácio de Belém até ser conduzido ao Forte de Caxias de onde seria enviado para o exílio, nos Açores¹⁸.

Sucedeu-lhe, no próprio dia 9 de julho de 1926, como Presidente do Ministério, o General Óscar Carmona, eleito Presidente da República em novembro de 1926.

Face ao exposto, constata-se que no espaço de menos de três meses, Portugal teve três Chefes do Governo: Cabeçadas, Gomes da Costa e Carmona que, segundo Rosas (1994, p. 164), viria a ser “uma personagem essencial no processo de transição para o Estado Novo”.

Segundo Rosas (1994, p. 164), “afastado o velho republicanismo partidário da área do Poder, com Mendes Cabeçadas, esconjurada a ameaça hegemónica da direita radical, com a queda de Gomes da Costa, o Governo está, finalmente, nas mãos do bloco militar conservador”.

Os primeiros dois anos de Ditadura Militar foram extremamente despesistas¹⁹, com apoios significativos às forças vivas e às grandes empresas em dificuldades, apesar das

¹⁶ Em 26 de junho, por decreto, é nomeado Presidente da República, função que acumula com a de chefe do governo.

¹⁷ Rosas (1994, p. 162) considera que Gomes da Costa, durante o período em que teve o poder em Portugal, “recebe toda a gente, concorda com todos sem prestar atenção a ninguém, interrompe os seus atónitos interlocutores com pesadas graças [...], toma medidas e profere declarações contraditórias e desconexas, sem tratar de coisa nenhuma a sério”.

¹⁸ Dia 11 de julho de 1926.

¹⁹ Neste particular destacou-se Sinel de Cordes. Foi Ministro das Finanças. Deixou as finanças públicas do país, no período da Ditadura Militar, num estado lastimável. Sucedeu-lhe Salazar em 1928.

debilidades financeiras do Estado, situação que levou a um saneamento das contas a partir de 1928, “feitas à custa da classe operária” (Costa, 1979, pp. 7-8).

Esta foi uma das razões que levaria à revolta do movimento operário, tendo como principal alvo o homem que vai liderar a política de saneamento das Finanças - António de Oliveira Salazar.

Com a vitória dos militares, as liberdades individuais foram suspensas em nome de um regresso à ordem.

Ansiava-se por estabilidade política, mas esta só surgiria alguns anos mais tarde com a institucionalização do denominado Estado Novo, pois até então assistiu-se a uma intensa luta política e militar pelo controlo do Estado.

Esta nova ordem surgiria na sequência de divergências políticas muito profundas entre a classe política, que originaram no país 45 Governos, 8 Presidentes da República e 7 Parlamntos... em pouco mais de uma quinzena de anos. A queda da I República foi, assim, a oportunidade para as forças conservadoras imporem uma ditadura. Contudo, o movimento reviralhista²⁰ iria resistir, tal como o movimento operário, mais tarde, ou seja, já na vigência do Estado Novo.

De facto, o 18 de janeiro de 1934 viria a constituir um exemplo inequívoco de resistência após 7 anos de ditadura militar em que ocorreram dois golpes de Estado, sete rebeliões armadas com alguma gravidade nas quais morreram centenas de pessoas. Estima-se que cerca de quatro centenas... e mais de mil feridos. Um caminho que Leal (1968, p. 72) apelidaria de “solução bárbara, criminosa e arcaica” e Rosas (1994, pá. 212) “uma batalha perdida”.

Os republicanos, conscientes dos erros do passado e da consequente impopularidade, demarcaram-se da herança dos «bonzos» e preconizavam uma nova ordem constitucional, renovada, pura, assente no prestígio das Forças Armadas.

Algo que não passaria de uma desesperada tentativa de restaurar um regime que os próprios republicanos tinham tornado inviável, no período de 1910 a 1926²¹.

²⁰ Reviralhismo é a designação dada à atividade política pró-insurrecional desenvolvida a partir de 1926 pela oposição republicana, democrática e liberal contra o regime ditatorial saído do Golpe do 28 de maio em Portugal e mais tarde contra o Estado Novo. De acordo com Rosas (1994, p. 210), é a “aliança da pequena burguesia urbana com a «plebe» o operariado e as camadas mais pobres dos empregados e funcionários”. Uma frente tutelada e dirigida pela “elite político-militar”.

²¹ Os reviralhistas levaram a cabo várias ações insurrecionais tendentes a restaurar o regime republicano. Entre estas, destaque para o movimento de 3 e 4 de fevereiro de 1927, que na ótica de Rosas (1994, p. 214) foi “o primeiro, e o único, a constituir uma verdadeira ameaça para a ditadura”.

No entanto, a direita republicana optou pelo diálogo e uma aproximação ao setor mais conservador da Ditadura Militar, a chamada «tática da penetração», com o objetivo de gerar uma solução que exterminasse os velhos hábitos do passado e abrisse caminho a uma nova república liberal.

Este foi o tempo em que, segundo Ferraz (1988, p. 66), “se governava de pistola na algibeira, num alerta constante, com noites sucessivas passadas nos quartéis aguardando a anunciada revolução”.

Havia uma ampla convergência em torno da luta contra a corrupção e o compadrio, mas por outro lado o caminho a seguir não era claro e as divergências profundas.

Segundo Rosas (1994, p. 165), “o destino mostra-se incerto, sendo muito poucos os que sabiam com clareza o que queriam e para onde iam”.

Estava-se, assim, perante um regime que poderia cair a qualquer instante, sem uma clara estratégia de atuação nem capacidade para responder à grave crise que se instalara em Portugal, à beira da bancarrota, e com dificuldades em obter financiamento externo.

É neste ambiente de muita indefinição e de crise, económica e financeira, que António de Oliveira Salazar chega ao poder, ainda no período da Ditadura Militar, “na sequência da eleição do General Carmona, numa conjuntura em que os militares evidenciavam grandes dificuldades na gestão do golpe que tinham desencadeado” (Pinto, 2011, p. 70).

No entender de Rosas (1994, p. 170), “em fins de 1929 era claro que havia que escolher entre dois objetivos [...]: entre salvar a economia e as finanças, sacrificando o liberalismo, como propunha Salazar, ou manter a República liberal, apoiada nos velhos partidos ou numa versão atualizada, prescindindo de Salazar” e do seu “milagre financeiro”.

A opção acabou por recair na segurança oferecida pelo professor de Santa Comba Dão, sobretudo a partir de 26 de agosto de 1931²², quando foi afastada a ideia de uma República liberal bem como o diálogo com os políticos do passado.

Paralelamente, Salazar saiu reforçado perante a Ditadura Militar e ficou com o caminho aberto para a liderança do Ministério.

Porém, o professor de finanças não era, de todo, uma figura consensual na sociedade portuguesa.

²² Tentativa de golpe militar fracassado. Foi uma das últimas movimentações associadas do *Revirvalho*, ocorreu em Lisboa e teve como protagonistas as forças militares do Regimento de Caçadores nº 7 e um grupo de aviadores estacionados na Base Aérea de Alverca. A revolta durou cerca de 9 horas e causou 40 mortos. Os principais líderes da revolta foram deportados para Timor.

Rolão Preto (1933, p. 4) tinha a convicção de que Salazar não era “o chefe forte, cheio de fé, para quem todos olham confiados na hora da luta”²³.

Salazar, que tinha alguma notoriedade como «mago das finanças», tinha sido convidado por Carmona para a pasta das Finanças em 1928²⁴ e acabou por ganhar credibilidade nos governos da ditadura militar²⁵ de tal forma que, volvidos quatro anos, ascendeu à liderança do governo²⁶, afirmando que sabia bem o que queria e para onde ia.

Foi em 5 de julho de 1932 que assumiu o cargo de líder do governo português, posição que não mais abandonaria até ao final da década de sessenta. Foi, de resto, o regime autoritário que mais tempo perdurou no poder na Europa do Séc. XX, suportado politicamente pela União Nacional, que o próprio Salazar fundara em 1930.

Segundo documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, “os Estatutos da União Nacional foram aprovados em 1932, pelo Decreto nº 21:608, de 20 de Agosto, publicado no Diário do Governo nº 195, 1ª Série, tendo no mesmo ano sido modificados pelo Decreto nº 21:859, de 12 de Novembro”.

A União Nacional assumia-se, segundo a mesma fonte, como uma “associação sem carácter de partido e independente do Estado, destinada a assegurar, na ordem cívica, pela colaboração dos seus filiados, sem distinção de escola política ou de confissão religiosa, a realização e a defesa dos princípios consignados nestes Estatutos, com pleno acatamento das instituições vigentes”²⁷.

Segundo Parreira et al (1982, p. 219), a União Nacional “não é um partido nem o partido único que só pela violência podia ser”. Afinal, grande foi a diferença que separou o normativo da realidade.

Salazar, num período de grave crise, económica e financeira, resistiu a uma complexa teia de alianças, tendo como base um programa político comum, e congregando no aparelho de Estado as mais diversas sensibilidades. Na opinião de Rosas (1994, p. 185), o salazarismo representou “um compromisso entre as diversas correntes políticas da direita e os vários

²³ Para Rosas (1994, p. 177), “em 1934, a parte do Movimento Nacional-Sindicalista que não adere à União Nacional será banida, e Rolão Preto exilado”.

²⁴ Aceitou o cargo com a condição de supervisionar os orçamentos de todos os Ministérios e de ter direito de veto sobre possíveis aumentos de despesas. Impôs um regime de austeridade e controlo das contas públicas. Aumentou impostos e reduziu despesas, o que lhe permitiu ter um saldo orçamental favorável no primeiro ano de exercício ministerial.

²⁵ Carmona ouvia Salazar sempre que fazia uma remodelação ministerial.

²⁶ Em 1930 tinha criado a União Nacional, com a anuência do Presidente da República. Esta organização era muito semelhante aos partidos únicos dos regimes autoritários europeus e simbolizava o carácter nacionalista, antidemocrático e antipluralista do regime. Os demais partidos ou passaram à clandestinidade - o PCP, por exemplo - ou extinguiram-se.

²⁷ <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4336043>, consultado em 28 de abril de 2012.

sectores de interesses das «forças vivas». O principal inimigo desta nova ordem era o liberalismo herdado da I República, que muitos pretendiam repor, bem como os vícios que a República instalara na sociedade portuguesa.

Por outro lado, havia algum consenso de que o Estado deveria ser forte e interventor, superador das liberdades que o liberalismo trouxera à sociedade portuguesa. Só assim seria possível dar resposta à crise e aos problemas que esta transportava.

Contudo, era notório “um complexo, instável e frequentemente contraditório equilíbrio de interesses” (Rosas, 1994, p. 185).

Os militares, impotentes para encontrarem um novo rumo para o país, acabaram por não criar grandes dificuldades a Salazar, apesar de inicialmente lhe serem hostis, pois não viam com bons olhos a entrega do poder da Ditadura Militar a um civil. Aliás, eram ténues os apoios à corrente salazarista entre as altas patentes militares.

Por outro lado, Salazar defendia o regresso aos quartéis dos militares porque a estes não competia fazer política.

No entanto, a sujeição dos militares a orientações civis, exigiu um preço pois, para além de lhe ser atribuído o papel de supremo garante e penhor da revolução nacional, receberiam “meios financeiros, técnicos e materiais indispensáveis à sua modernização e plena capacitação para o cumprimento das suas missões” (Rosas, 1994, p. 187).

O Presidente da República, Óscar Carmona, desempenhou um papel importante na relação entre Salazar e os militares, enquanto mediador de conflitos, posicionamento que lhe granjeou o respeito de Salazar.

Como defende Rosas (1994, p. 243), o Salazarismo acabou por se impor no seio da Ditadura Militar através de “uma direita das várias direitas que concorreram para o derrube do liberalismo e do parlamentarismo”.

Nessa fase, os sindicatos estavam longe de se entender, nomeadamente na luta contra o desemprego, tanto assim é que em 1932 a CIS convocou uma greve geral para 28 de maio e a CGT marcou uma outra para 30 de maio.

Este exemplo mostra o afastamento das duas estruturas sindicais num momento delicado do país.

Segundo Rosas (1994, p. 233), as greves gerais convocadas por CGT e PCP, entre fevereiro de 1931 e maio de 1932, redundaram em fracasso e não passaram de uma “fuga para a frente”.

Logo que chegou à chefia do governo português, Salazar promoveu reformas económicas e financeiras, reduzindo substancialmente as despesas do Estado e criando várias taxas, equilibrando assim as Finanças²⁸. Mas foi mais longe.

Acelerou o processo de criação de uma nova Constituição, na qual assentaria o novo regime que idealizava implementar - o Estado Novo -, designação dada ao período subsequente à aprovação da Constituição de 1933, que será analisada de seguida, pois foi ela que ditou o futuro da política de Salazar.

2.2. A Constituição de 1933

O Decreto-Lei nº 20 643 de 22 de dezembro de 1931, publicado na I Série do *Diário do Governo* n.º 294, criou o Conselho Político Nacional, que tinha como missão dar parecer sobre o projeto de Constituição que consagrasse um Estado forte.

Era presidido pelo Presidente da República, Carmona, e integrava o então Ministro das Finanças, Salazar, além de outras personalidades das mais variadas sensibilidades, mas que tinham em comum o facto de apoiarem a Ditadura Militar.

Reuniu pela primeira vez em 5 de maio de 1932 para dar parecer sobre um projeto de texto constitucional proposto por Salazar, ainda enquanto líder da pasta das Finanças e, como tal, muito respeitado.

Mais tarde, assim que assumiu a presidência do Conselho de Ministros, Salazar limitou-se a dar continuidade ao trabalho de elaboração de uma nova Constituição.

O documento tinha como objetivo central a legitimação de um regime autoritário, substituindo a organização liberal da economia por uma nova ordem.

Importava reforçar o poder executivo do país, dando-lhe estabilidade e prestígio, tão mal tratado que fora durante a I República.

Ou seja, tinha chegado a hora de recuperar os poderes que perdera em 1926 para os militares.

Em 28 de maio de 1932, a imprensa portuguesa publicou o projeto para a nova Constituição, com um relatório explicativo, abrindo caminho para um debate público, que se fingia pretender ser livre. Acabou por ser morno.

²⁸ No período compreendido entre 1928 e 1932, Salazar liquidou a dívida do país, que se cifrava em 128 milhões de dólares e que tanto feria o orgulho nacional.

O próprio Salazar classificou as críticas ao texto constitucional como “poucas e pálidas” (Ferro, 1982, p. 98).

Porém, os liberais-conservadores tentaram, através do Presidente da República, fazer valer um contraprojeto que, no essencial, tinha como intuito a estabilidade, evitar a desordem, manter a democracia e as liberdades individuais e de pensamento.

Algumas das propostas dos liberais acabaram por ser integradas na versão final, designadamente a eleição da Assembleia Nacional através de sufrágio direto e a possibilidade de reeleição do Presidente da República.

O documento era ainda provisório e, segundo Caetano (1981, p. 107), terá dado o seu contributo ao projeto, ainda que marginal, “o texto constitucional manteve, quase na íntegra a Constituição de 1911 em tudo quando era possível aproveitar e que estava de acordo com o espírito ditatorial”.

Visava, segundo o autor, “acabar com os excessos e desordens parlamentares”.

Vieira (1999, p. 33) defende que o texto constitucional “dá com uma mão o que tira com a outra”. Isto porque “garante as «liberdades fundamentais» mas sujeita-as à regulamentação de «leis especiais» que competem ao Governo”.

Para além disso, “respeita a «liberdade de expressão do pensamento» mas [...] as reuniões de natureza «política e social» devem ser previamente autorizadas pelos governadores civis, podendo as autoridades enviar agentes para interromper os oradores ou suspender a sessão”.

Os catorze capítulos do texto constitucional eram os seguintes: Da Nação Portuguesa; Dos Cidadãos; Da Família, Das Corporações Morais e Económicas; Da Família, Das Corporações; Das Autarquias como Elementos Políticos; Da Opinião Pública; Da Ordem Política, Administrativa e Civil; Da Ordem Económica e Social; Da Educação, Ensino e Cultura Nacional; Das Relações do Estado com a Igreja Católica e demais Cultos; Do Domínio Público e Privado do Estado; Da Defesa Nacional; Das Administrações de Interesse Colectivo; Das Finanças do Estado.

Esta listagem torna evidentes as linhas gerais que norteariam a política de Salazar.

Esta proposta de Constituição consagrava a soberania nacional, assente no Chefe de Estado, Governo, Assembleia Nacional e Tribunais, e que tinha por base um regime corporativo subordinado aos supremos objetivos da Nação.

Foi igualmente proposta a criação de uma Câmara Corporativa²⁹, burocrática, composta, sobretudo, por membros das autarquias locais, universidades, Igreja e administração pública. A sua criação visava a emissão de pareceres sobre as propostas endereçadas à Assembleia Nacional. Contudo, Moreira (2005, p. 108) lembra que a criação de um Estado Corporativo “foi uma tese constitucional mas nunca foi uma hipótese”.

O Decreto-Lei nº 22 229 de 21 de fevereiro de 1933, constante na I Série do *Diário do Governo* n.º 42, fixou que a Constituição fosse aprovada através de plebiscito³⁰.

O então Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, através da Ata nº 1 do Conselho Político Nacional de 5 de maio de 1932, afirmou que “embora o povo não esteja, na sua grande maioria, apto para votar em perfeita consciência o texto completo da Constituição, o seu voto tem um significado político que não é lícito desprezar: é um voto de confiança nos dirigentes”.

O texto constitucional, que visava fundamentalmente o fim do liberalismo, parlamentarismo e partidarismo, foi submetido a plebiscito nacional no dia 19 de março de 1933. O voto era obrigatório. Os eleitores que não fossem às urnas e não apresentassem impedimento legal, veriam o seu voto ser considerado tacitamente concordante com o texto constitucional, que acabou por ser aprovado com 1.292.864 votos a favor e apenas 6.190 contra, segundo revela a ata da Assembleia-Geral de apuramento dos resultados do Plebiscito Nacional, transcrita no *Diário do Governo* n.º 83 de 11 de abril de 1933³¹.

Assim, a nova Constituição entrou em vigor em 11 de abril, depois de percorrer várias etapas, iniciadas com a “elaboração do texto preliminar por um grupo restrito de pessoas” (Araújo, 2004, p. 45).

²⁹ A sua missão era auxiliar a Assembleia Nacional.

³⁰ Plebiscito e referendo são termos frequentemente usados como sinónimos, uma vez que representam, ambos, instrumentos de consulta popular. Há autores, contudo, que os diferenciam e mesmo entre estes não existe consenso. Aliás, as diferenças entre plebiscito e referendo variam de país para país. Carvalho (2010, pp. 138-139) defende que “numa aceção ampla pode-se reconduzir os dois institutos a um só”, podendo observar-se apenas “uma certa diferença histórica no uso de um ou outro termo”. O autor lembra que “o termo plebiscito é adoptado habitualmente para designar eventos excepcionais, normalmente à margem das previsões constitucionais”. Canotilho (2002, p. 80) esclarece que, embora a distinção entre referendo e plebiscito não seja clara e tenha havido mesmo a utilização indiscriminada dos dois termos, “o plebiscito passou a designar a votação popular de um projecto de Constituição unilateralmente fabricado pelos titulares do poder e dirigido a alterar em termos de duvidosa legalidade a ordem constitucional vigente”. Bobbio (1995, p. 937) lembra que “a noção de plebiscito é controversa”. Trata-se de uma vontade popular sobre assuntos de relevância constitucional sendo, por isso, “um instrumento de democracia directa, se bem que, como todos os dispositivos deste tipo, possa ser instrumentalmente usados por correntes autoritárias ou totalitárias para legitimar o seu poder autocrático”. O referendo, retornando a Canotilho (2002, pp. 123-124), “é a consulta popular directa que, respeitando os princípios básicos de direito democrático-constitucional, tanto no procedimento como no conteúdo e sentido, visa a alterar total ou parcialmente a ordem jurídico-constitucional existente”. Outros autores definem plebiscito simplesmente como um instrumento de consulta da população antes da elaboração da norma, tendo cariz meramente consultivo, e referendo igualmente um instrumento de consulta à população podendo anteceder ou não a criação da norma, com carácter vinculativo, e não apenas consultivo.

³¹ Cf. Pinto (2010, p. 76).

Em seguida, houve lugar à redação de diversas versões, sendo que estas foram elaboradas em função de contributos de diversas personalidades e dos debates em Conselho de Ministros. Aliás, também foram tidos em conta os debates e alterações no Conselho Político Nacional e o debate público após a publicação nos jornais. Finalmente, depois da introdução das alterações que se seguiram ao debate público, o texto foi submetido a plebiscito.

Depois de historiada a questão da Constituição, poder-se-ia passar para a fase seguinte - o Estado Novo. No entanto, optou-se por narrar alguns aspetos que «completaram» os alicerces do novo regime.

Assim, para a temática desta Dissertação interessa referir que foi ainda no ano de 1933 que o regime liderado por Salazar criou a polícia política, que denominaria por Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN).

Segundo Vieira (1999, p. 34), a polícia podia “prender «para averiguações» por tempo indeterminado, sem culpa formada e mandado judicial, assim como manter os detidos incomunicáveis e torturá-los para obtenção de declarações usadas como prova condenatória nos tribunais especiais para casos políticos”. Salazar pretendia também coordenar a vida económica e social, não se coibindo de o inscrever no texto constitucional.

Para manter o poder, o «mago das Finanças» terá de vencer a oposição de várias sensibilidades: militares, liberais, republicanos, anarquistas e comunistas.

Devido a esta plêiade oposicionista, Salazar criou um aparelho repressivo que tinha por base a força e que operou livre do controlo judiciário, sob a alçada do chefe.

O novo regime, embora não sendo totalitário³², assumiu contornos totalitários através de uma conceção de moral e vida dominantes.

Por outro lado, o texto constitucional continha uma carga ideológica em áreas tão distintas como a família e o trabalho.

Segundo Rosas (1994, p. 152), “o supremo sucesso de Salazar consistiria, efectivamente, em fazer das várias direitas uma direita”, ou seja, “conseguir reunir em torno de uma plataforma política, ideológica e institucional comum, em torno de um «compromisso constitucional», o essencial das elites e das forças das várias direitas”.

Nesta conjuntura foram lançadas as bases da legislação corporativa, que levaria à liquidação dos sindicatos livres, à proibição das associações operárias e à criação de

³² Esta afirmação será objeto de clarificação no subcapítulo seguinte.

sindicatos nacionais, grémios patronais poderosos - onde se agrupavam patrões e trabalhadores do mesmo ofício -, Casas do Povo para a população rural e Casas de Pescadores. O centralismo era notório porque as direções destas instituições estavam sujeitas a homologação do Governo.

Criavam-se, assim, as condições para um novo rumo em Portugal, mas o governo enfrentaria dificuldades.

Se por um lado ultrapassou “com relativa facilidade [...] os acontecimentos de 18 de Janeiro de 1934” (Rosas, 1994, p. 206), ver-se-ia obrigado a enfrentar as derradeiras resistências dos republicanos conservadores e nacionais-sindicalistas, “mais complexas e delicadas de resolver”.

O ano de 1934 marcou o fim da resistência a Salazar e, simultaneamente, o início de um percurso de coesão e unidade, bem patente no I Congresso da União Nacional, que decorreu de 26 a 28 de maio com o objetivo de mostrar a vitalidade da organização que teria como missão central desenvolver e apoiar as ideias do Estado Novo e segundo Parreira et al (1982, 227), “a alternativa desejada ao papel das F. A. no suporte da ditadura”³³.

Com a aprovação da nova Constituição, “fortemente desmentida pela prática política e governativa do novo regime” (Rosas, 1994, p. 202), estava aberto o caminho para o Estado Novo, consagrando o salazarismo como o grande vencedor da luta que se travou no interior da Ditadura Militar.

2.3. O Estado Novo

Com a aprovação da Constituição de 1933 em Portugal, terminou a Ditadura Militar iniciada em 1926, e iniciou-se um novo período na História do país.

Salazar denominou essa nova era por Estado Novo, regime político autoritário e corporativista também conhecido por salazarismo, designação inspirada no seu fundador e líder, que conseguiu, segundo Rosas (1994, p. 245), “um elevado grau de autonomia e de autoridade relativamente à sua base social de apoio”.

O Estado Novo tinha inspiração fascista, era contrário aos valores liberais e comunistas, assente num regime autoritário e conservador, católico e colonialista, assemelhando-se aos regimes fascista de Mussolini em Itália e de Franco em Espanha.

³³ O I Congresso da União Nacional entregou o poder absoluto da organização a Salazar de forma vitalícia. Para Parreira (1982, p. 228), foi “acima de tudo, a cerimónia de consagração do comando único”.

Contudo, Salazar nunca assumiu que o Estado Novo era fascista, considerando inclusive que o ditador italiano tinha uma intervenção excessiva na vida da Nação.

A soberania do Estado português residia “na Nação”³⁴ e tinha como órgãos o Chefe de Estado, a Assembleia Nacional, o Governo e os tribunais.

Portugal passou a ser uma república corporativa³⁵, um Estado forte e estável, assente numa espécie de ditadura do presidente do Conselho, apesar de o Presidente da República ser a principal figura do país, eleito por sufrágio universal e direto por um período de 7 anos e com o poder de “nomear e exonerar os membros do Governo, dissolver ou interromper os trabalhos da Assembleia e suscitar revisões extraordinárias da Constituição” (Vieira, 1999, p. 33).

O texto constitucional reduzia o papel do órgão máximo do poder político - o Presidente da República - a funções próprias de um “presidencialismo atípico”, segundo Canotilho (2003, p. 183), quiçá “bicéfalo”, que a juntar a uma liderança forte do líder executivo, Salazar, tornou o papel do Presidente da República numa mera conduta de representatividade.

Cruz (1988, p. 116) fala em “ditadura pessoal do presidente do Conselho”, embora a Constituição apontasse no sentido de existir, segundo Rosas (1994, p. 200), uma “mútua vigilância e contenção entre os titulares óbvios desses cargos, com compromissos e ligações distintos dentro da Ditadura”.

Apesar do Presidente da República ser a principal figura do país, certo é que quem mandava era o Presidente do Conselho, a quem compete definir o programa do Governo, referendar “todos os actos do chefe de Estado e centraliza as vastas competências atribuídas ao Governo para elaborar leis. Nem o Presidente da República nem nenhum ministro podem dar um passo político que não seja sancionado pelo chefe do Governo” (Vieira, 1999, p. 33).

Tratou-se claramente de uma situação na qual a sede formal do poder não coincidia com a sede real do mesmo.

O país caminhou, assim, para um apagamento político do Chefe de Estado e da Assembleia Nacional e, simultaneamente, para um excessivo protagonismo do Presidente do Conselho, o líder do regime. Apesar do poder legislativo estar confiado à Assembleia Nacional - Artigo 91º -, a sessão legislativa tinha a duração anual de apenas três meses – Artigo 94º.

³⁴ Artigo 71º da Constituição aprovada em 1933.

³⁵ Assente em corporações representativas dos mais variados interesses: económicos, industriais ou profissionais.

Este órgão acabou, portanto, por não ter um grande desempenho legislativo. Uma ideia partilhada por Pinto (2010, p. 76) para quem “a Assembleia deveria ser o órgão titular do poder legislativo. No entanto, durante o Estado Novo, essa competência esteve longe de ser da sua exclusiva competência”.

Segundo Georgel (1985, p. 158), “de 1935 a 1970, a Assembleia votou duzentas e setenta e uma leis, o que representa uma média de sete por ano”. Este modesto desempenho demonstra a escassa produção legislativa deste órgão.

Salazar entendia que as assembleias legislativas estavam condenadas a acabar e que não se lhes poderia dar o poder de fazer obstrução ao governo e muito menos derrubar ministros. Ou seja, o ditador tinha receio do caráter desestabilizador deste órgão, não admitindo a existência de qualquer equilíbrio de forças, apesar de só a Assembleia ter poderes de revisão constitucional.

Os deputados, tal como os deputados da atual Assembleia da República, eram eleitos por quatro anos, com um única diferença porque enquanto atualmente poderão ser eleitos durante três mandatos (12 anos), na Assembleia Nacional os mandatos não poderiam ser prolongados por mais de quatro anos.

O Governo era liderado com mão-de-ferro pelo todo-poderoso Presidente do Conselho. Esta postura esvaziou não só os poderes do Presidente da República mas também da Assembleia Nacional, uma vez que Salazar tinha ao seu dispor a possibilidade de legislar. Havia, assim, uma concentração de poderes no Presidente do Conselho a quem competia ainda escolher os membros do seu governo.

O Conselho de Ministros reunia esporadicamente, nem sempre com todos os Ministros. Aliás, há autores que referem a existência de conselhos informais que serviam para Salazar ouvir a opinião das pessoas que lhe estavam, politicamente, mais próximas. Ou seja, Portugal estava perante um regime autoritário assente no Presidente do Conselho, que, nas ausências do Presidente da República, assumia também esta responsabilidade a que Caetano (1981, p. 116) chamou “presidencialismo bicéfalo”.

O Estado Novo, como já foi dito, tinha como marcas centrais o facto de ser conservador e autoritário, além de corporativista e anticomunista.

Esta foi, de resto, uma das facetas do regime, assente em corporações dirigidas ou controladas pelo Estado³⁶ e não pelas associações, ou seja, pela sociedade civil.

³⁶ Totalmente dominadas pelo aparelho de Estado.

O regime era igualmente antiparlamentar e antipartidário, duas realidades que tinham marcado pela negativa o domínio republicano de Portugal. Salazar e os seus apoiantes recusavam liminarmente os antigos partidos e o seu escol político, considerando ainda que a democracia parlamentar tinha «falido».

A União Nacional (UN) assumiu-se como partido único, embora Salazar a considerasse uma associação cívica. Os demais partidos foram ilegalizados, tendo o PCP passado para a clandestinidade.

Dos mais de setecentos sindicatos registados sobreviveram pouco mais de cinquenta, ou seja, aqueles que aceitaram a nova lei que os colocava sob a tutela do Estado. Aliás, Salazar olhava para as organizações operárias comopositoras aos princípios do Estado Novo. A ideologia associada ao movimento operário, maioritariamente comunista e anarquista, era considerada pelo ditador como contrária à Nação e aos seus interesses e, desta forma, contrária aos interesses do próprio operariado.

Lemas como “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” ou “Deus, Pátria, Família” mostram a ideologia do Estado Novo.

Porém, ao contrário de outros ditadores, Salazar não gostava de multidões, pois estas intimidavam-no, e teve dificuldades em construir o modelo corporativo o que, segundo Mesquita (2007, p. 148), foi intencional, uma vez que “Salazar não gostava da iniciativa individual e confiava pouco na sociedade”.

A autoridade do Estado era imposta por uma polícia política, com grande poder e que, segundo Vieira (1999, p. 23), dispunha de “discrecionários poderes de detenção, tortura e custódia ilimitada”³⁷ para reprimir qualquer tipo de oposição ao regime. As prisões receberam dezenas de opositores ao Estado Novo e, por isso, “a sociedade atemoriza-se, resigna-se, conforma-se, integra-se, seja por convicção, seja por inação”.

Ao mesmo tempo que reprimia os opositores³⁸, Salazar criou o Secretariado de Propaganda Nacional que tinha como missão fazer a apologia da doutrina do Estado Novo e que chegou ao ponto de, nas palavras de Vieira (1999, p. 23) “impor uma moral, um conceito de vida e até, como muitas outras ditaduras então em voga, a formação de um homem novo”.

³⁷ Cf. Vieira (1999, p. 23).

³⁸ Para além do movimento operário, à esquerda, Salazar teve uma forte oposição de direita, assente no Movimento Nacional-Sindicalista, liderado pelo carismático Francisco Rolão Preto. Os “camisas azuis”, como ficaram conhecidos, pretendiam que a revolução fosse feita à direita, através de um regime radical e fundamentalista. Consideravam que Salazar era conciliador. O presidente do Conselho acabou por encerrar as instalações do grupo, bem como o seu jornal, *Revolução*. Já em 1934, Rolão Preto é detido e enviado para o exílio, em Espanha. O movimento é ilegalizado e dissolvido.

Ou seja, ainda segundo o mesmo autor, Salazar idealizou “um modelo de sociedade: anticosmopolita, paroquial, protegida por perniciosas influências estrangeiras, voluntariosa, puritana, disciplinada, não consumista, industrializada só no essencial, onde os patrões e operários vivam em harmonia, abastecendo e abastecendo-se no império colonial”.

Outra das prioridades foi o reforço dos mecanismos repressivos que Salazar justificava com a necessidade de dar «meia dúzia de safanões» a quem se lhe opunha. Os seus alvos principais foram os sindicatos e operários, ou seja, a Comissão Inter-Sindical (CIS), afeta ao PCP, e a Confederação Geral do Trabalho (CGT), anarco-sindicalista.

Mas não só.

Os *reviralthistas* tiveram sempre a ambição de repor um regime republicano que acabasse com a instabilidade e mantivesse o sistema de partidos e o órgão parlamentar, um sistema regenerado e sem os vícios do passado.

Se é verdade que foi o insucesso das ações *reviralthistas* que deu força a Salazar, criando-lhe condições para se afirmar como a alternativa mais credível para alcançar a paz social, não é menos verdade que o radicalismo republicano nunca deixou de conspirar e tentar repor o regime que vigorou até 1926.

A resistência a Salazar também se fez através do movimento operário, onde militavam anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas reformistas, mas com evidentes fragilidades motivadas pela depressão de 1921, a política de equilíbrio financeiro de 1924 em Portugal e a grave crise internacional de 1929, ou seja, uma espécie de crise continuada à qual se juntaram divisões internas quase insanáveis, bem expressas na preparação do 18 de janeiro de 1934.

Embora tivesse mostrado sempre publicamente um grande desprendimento pelo Poder, certo é que as ações de Salazar revelavam o contrário, ou seja, que pretendia conquistar e preservar a liderança do país. Neste sentido afastou “da ditadura os militares que a fundaram, neutralizando a extrema-direita e anulando uma a uma as intencionalidades do que ainda resta de oposição republicana” (Vieira, 1999, p. 24).

Na perspetiva de Rosas (1994, p. 152), o salazarismo foi “um hábil processo de eliminações, integrações e compromissos, conduzido por mão segura e com notável sentido de oportunidade, por entre as curvas e contracurvas da política da ditadura”.

Passando para o estudo de caso desta Dissertação, importa considerar que, em setembro de 1933, no *Diário do Governo*³⁹ foram publicados Decretos-Lei que acabaram por estar na

³⁹ I Série, nº 217.

origem do 18 de janeiro de 1934: o Decreto-Lei nº 23 048, que promulgou o Estatuto do Trabalho Nacional, e o Decreto-Lei nº 23 050, que reorganizou os sindicatos nacionais. Foram, portanto, estes os Decretos-Lei que levaram à revolta e posterior união dos sindicatos portugueses contra o regime de Salazar em geral e a sua decisão de silenciar o movimento sindical em particular⁴⁰, através da dissolução das associações sindicais. Estava, assim, aberto o caminho para a luta dos sindicatos contra o poder do Estado Novo, numa Europa em que os regimes liberais caíam e as ditaduras emergiam.

Recorde-se que, até 1933, a luta contra a Ditadura foi fundamentalmente *reviralhista*. Segundo Rosas (1994, p. 227), “o ano de 1933, com a institucionalização do Estado Novo, [...] marca o fim da já débil actividade legal dos velhos partidos republicanos, que desaparecem, efectivamente, do mapa”.

A partir do momento em que são ilegalizados os sindicatos livres, após a aprovação da legislação corporativa do trabalho, o movimento operário assumiu um papel central na luta contra o regime, uma vez que rejeitava, totalmente, a unicidade sindical corporativa em que só eram permitidos os sindicatos nacionais após aprovação dos seus estatutos pelo Governo.

Isto para não falar da proibição das greves, da negação do direito de filiação internacional com outros sindicatos e do controlo governamental dos sindicatos através da aprovação prévia pelo governo das direcções sindicais eleitas.

A esmagadora maioria dos sindicatos portugueses não estavam disponíveis para colaborar com o Estado, pois tal significaria, segundo Rosas (1994, p. 235), “a liquidação pura e simples da sua liberdade e autonomia perante o Poder”. E estes eram princípios que os sindicalistas consideravam “sagrados e intocáveis”.

Sublinhe-se que o operariado “tinha a experiência anterior de que as tentativas de estabilização económica e financeira se faziam, basicamente, à custa do sacrificio acrescido da situação dos assalariados” (Rosas, 1994, p. 229).

Afinal, as conjunturas de crise podem acabar por servir os interesses do Poder.

Com as finanças delapidadas, Portugal estava a atravessar uma crise profunda. E o regime de Salazar pretendia, com a proibição do sindicalismo livre, prevenir a luta de classes e a agitação social provocada por republicanos e sindicalistas, protegendo desta forma, na sua ótica, os interesses e a unidade da Nação. Procurava o equilíbrio económico e social com a inevitável “contenção/repressão do movimento operário”, segundo (Rosas, 1994, p. 245),

⁴⁰ O Estatuto Trabalho Nacional considerava a greve como crime. A Constituição de 1933 proibia.

através da redução dos custos do trabalho, da retirada de regalias e do aumento da jornada de trabalho. Salazar pretendia conter a agitação social num período de crise económica em que os efeitos eram nefastos para os trabalhadores.

Em outubro de 1933, no encerramento do I Congresso da Indústria, o Presidente do Conselho não escondeu que pretendia “conter e «disciplinar» o movimento sindical”⁴¹. Porém, o regime acabaria por ter uma resposta contra a chamada *fascização* dos sindicatos e proibição das reivindicações laborais, nomeadamente de anarco-sindicalistas - através da Confederação Geral do Trabalho -, comunistas - através da Comissão Inter-Sindical - e alguns socialistas - através da Federação das Associações Operárias (FAO) - para além do Comité das Organizações Sindicais Autónomas (COSA). Foram estas as quatro entidades responsáveis pelo 18 de janeiro de 1934, assumindo-se como Frente Única Sindical, um movimento que, de acordo com Vieira (1999, p. 33), avançou para o terreno, mesmo “dividido e desfalcado por uma série de detenções” nos meses que o antecederam.

Rosas (1994, p. 233) lembra que, entre 1930 e 1933, se travou uma “luta pela hegemonia no movimento operário organizado entre anarco-sindicalistas da CGT e comunistas da CIS”. Nessa conjuntura, ainda na ótica de Rosas (1994, p. 232), “o Partido Comunista Português pouco passaria, na altura, de um pequeno grupo de agitação política e sindical, assente num punhado de activistas com elevado espírito de militância e iniciativa, implantado em certos segmentos do operariado (ou dos empregados) lisboetas ou da Marinha Grande”, onde tinha influência sindical, “e entre os estudantes universitários e certos meios intelectuais da capital”.

A importância da capital portuguesa para o PCP é confirmada por Pereira (1981, pp. 696-699), quando afirma que “a análise da distribuição geográfica do PCP revela não só o carácter predominantemente urbano do Partido, como a sua excessiva centralização em Lisboa”⁴². De acordo com o mesmo autor, mas em obra posterior, em 1929, o partido contaria com 49 membros, dos quais 29 em Lisboa, e, em 1933, teria 50 (Pereira, 1982, p. 281)⁴³. Aliás, ainda segundo a mesma fonte, a partir de 1923, o PCP era um partido “sem bases, constituído por «notáveis»”. Porém, convém frisar que não se revela fácil a confirmação destes números porque, como garante Pereira (1982, pp. 269-270), “o PCP é a instituição

⁴¹ Cf. Salazar (1937, p. 249).

⁴² “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República”, José Pacheco Pereira in *Análise Social*, V. XVII, n.ºs 67/68.

⁴³ O PCP sofreu um duro golpe no número de membros entre 1924 e 1928, tendo diminuído de 700 para 70. Pereira (1982, p. 282) fala em “crise de crescimento” e associa-a à “passagem à clandestinidade”.

política contemporânea sobre a qual menos se sabe em Portugal” e uma das maiores dificuldades na investigação é a “extrema raridade das fontes disponíveis”.

Por outro lado, acrescenta Pereira (1982, p. 273), “o PCP arroga-se o direito de trancar, alterar, modificar os textos que publica”.

Alguns documentos são, assim, «falseados».

Na realidade, se um documento original ou genuíno, isto é, sem alterações formais, nem sempre é autêntico, ou seja, pode não corresponder à realidade. Esta forma do PCP atuar ao nível da forma tem evidentes repercussões ao nível do conteúdo.

Percebida a conjuntura em que os militares colocaram fim à I República, em 1926, bem como o contexto que levou Salazar ao Poder e à aprovação da Constituição de 1933, que abriu caminho ao Estado Novo, importa agora conhecer os antecedentes sociais e políticos do 18 de janeiro de 1934 e, seguidamente, o relato dos acontecimentos deste dia histórico para o movimento operário.

CAPÍTULO 3 - O 18 de janeiro de 1934

3.1. Antecedentes Sociais e Económicos

Apresentadas as características políticas do Estado Novo, bem como a conjuntura que o antecedeu, é tempo de entrar no objeto de estudo desta Dissertação e no seu local de desenvolvimento. Apesar de ter ocorrido em várias localidades de norte a sul, foi na Marinha Grande que o movimento teve maior projeção, devido à tomada do posto da GNR e rendição dos guardas que ali prestavam serviço, ações que, pela sua espetacularidade, catapultaram a vila vidreira para as primeiras páginas dos jornais nacionais.

No estudo que se segue impõe-se caracterizar antecipadamente a envolvência social, económica e política da vila marinhense, sem a qual não é possível perceber o seu peso no 18 de janeiro de 1934. Porém, antes da passagem à «capital do vidro» impõe-se uma referência geral. Isto porque, como diz Sertório (1984, p. 5), “está ainda por fazer a verdadeira história, história globalizante, do 18 de Janeiro e estão, até, por corrigir muitos erros entre o material já publicado, ao nível da simples historiografia”. São esses erros que esta Dissertação procurará desmistificar.

3.1.1. Em Portugal

No final do século XIX a economia portuguesa era das mais débeis da Europa e, consequentemente, o nível de vida da população era baixo quando comparado com outros países. O endividamento atingiu valores insustentáveis de tal forma que, em 1892, seria declarada a bancarrota do Estado português.

Segundo Monteiro (2010, p. 33), a dívida pública era de “89% do PIB” e “só os seus encargos anuais representavam quase metade das despesas públicas”. O pior é que, mais que financeira, esta foi uma crise igualmente económica, que provocou uma estagnação do crescimento e consequentemente da riqueza, crise que seria «resolvida» apenas em 1902, “dez anos após o início da bancarrota, por um reescalonamento da dívida externa a 99 anos, com uma taxa de juro de 3%”. Este cenário acabou por debilitar a monarquia constitucional portuguesa, numa altura em que “a moral da população portuguesa era baixa e a instabilidade política estava uma vez mais a piorar” (Monteiro 2010, p. 34).

A instauração do novo regime, em 1910, acrescenta o autor, “limitou-se a piorar a situação, devido à instabilidade política, à descoordenação e a políticas erradas”.

Nos primeiros anos de liderança republicana, Portugal continuava com uma das maiores dívidas públicas, sobretudo interna, devido às dificuldades de financiamento no exterior, motivadas, sobretudo, pela declaração de bancarrota no final do século anterior.

Em 1913, “a dívida pública alcançou 130% do PIB, pelo que 40% do orçamento de Estado era apenas destinado ao pagamento da mesma” (Monteiro, 2010, p. 34). O autor acrescenta que o país “entrou numa profunda recessão”.

A participação portuguesa na I Guerra Mundial acabou por ter implicações na economia portuguesa, com a redução do Produto Interno Bruto (PIB), a riqueza produzida no país.

Os custos da guerra conduziram o país ao aumento da dívida pública, com a necessidade de intervenção do Banco de Portugal. Além disso, registou-se um aumento da taxa de inflação. Segundo Mata e Valério (2003, p. 181), os principais problemas que Portugal teve que enfrentar durante a Primeira Guerra Mundial foram “de ordem económica”, podendo resumir-se em dois aspetos: “uma crise de escassez e inflação”.

Entre 1914 e 1920 os gastos do Estado quadruplicaram e a dívida pública mais que duplicou, representando no final deste período mais de 70% do PIB.

Portugal teve ainda que enfrentar uma grave escassez de cereais e de carvão, bens que afetaram negativamente a atividade económica portuguesa, devido aos problemas de abastecimento de combustíveis e matérias-primas à indústria. Na opinião de Mata e Valério (2003, pp. 181-182), “a guerra perturbou o abastecimento destes bens” a Portugal, mas não só, pois “também eram vitais para o esforço de guerra dos principais beligerantes”.

Como se constatou, a juntar à crise económica e financeira, o país vivia uma situação de instabilidade política. Socialmente o panorama não era melhor, com milhares de mortos na sequência da I Guerra Mundial e uma taxa de analfabetismo elevada. Segundo Mata e Valério (2003, p. 181), as perdas portuguesas atingiram “cerca de 10 mil homens”.

A década de 1920 não foi fácil para o país, pois a situação económica e social era débil, com taxas de desemprego superiores a 20% entre o operariado e quebras salariais elevadas, nalguns casos de 40%, às quais se juntou o aumento do custo de vida. Este foi, assim, o culminar de anos de elevados défices orçamentais e uma crescente dívida pública e, segundo Mata e Valério (2003, p. 182), os problemas económicos e financeiros “conduziram a um aumento muito significativo da intervenção do Estado na vida económica”.

Uma intervenção que, segundo estes autores, acabaria por se tornar “ineficiente” e conduziu “ao desenvolvimento de um imenso mercado negro”.

Os défices orçamentais “continuaram altamente desequilibrados, alcançando -15% do PIB em 1920” (Monteiro, 2010, p. 35).

No entender de Mata e Valério (2003, p. 184), num certo sentido, “a instabilidade social e política era consequência inevitável dos problemas económicos e financeiros”. Contudo, o aumento das receitas públicas resultantes da reforma fiscal de 1922 e da reforma dos direitos aduaneiros de 1923 “permitiu obter uma redução significativa dos saldos negativos das contas públicas”, um equilíbrio que não foi alcançado de imediato “porque houve um esforço simultâneo de aumentar certas rubricas das despesas públicas” (Mata e Valério, 2003, p. 187).

A partir de 1924 assiste-se a alguma estabilização económica e financeira mas esta não bastou para assegurar a estabilização política.

Com a instauração da Ditadura Militar, em 1926, as finanças públicas mantiveram-se equilibradas o que provocou uma redução da dívida pública. Para tal muito terá contribuído a reforma fiscal iniciada em 1928.

Na ótica de Mata e Valério (2003, p. 189), “as alterações de 1928 consistiram sobretudo em aumentos das taxas dos impostos”. Recorde-se que Salazar tinha regressado à pasta das Finanças em abril de 1928. Foi, aliás, no período entre 1928 e 1929 que as contas públicas apresentaram o primeiro saldo positivo desde os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial e esse resultado significou um triunfo político de e para Salazar. Todavia, segundo Rosas (1994, p. 243), “o Portugal do início dos anos 30 era uma sociedade periférica, dependente, com peso predominante da agricultura”, com uma burguesia industrial “em emergência, mas débil” porque os efeitos das crises de 1921, a valorização do escudo em 1924 e a Grande Depressão de 1929 “tinham afectado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas”.

Segundo Mata e Valério (2003, p. 190), “os problemas imediatos da Grande Depressão para a economia portuguesa residiram na área dos pagamentos externos”, uma vez que as exportações diminuíram, tal como as remessas dos emigrantes. Ainda segundo estes autores, a redução das importações e o regresso de capitais portugueses “impediram que ocorresse uma crise profunda”.

Assim, “o impacte da Grande Depressão na economia portuguesa foi bastante suave” (Mata e Valério, 2003, p. 191). Isto porque a diminuição do PIB foi pequena “e as actividades rurais absorveram o desemprego”.

Regressando a Rosas (1994, p. 243), Portugal assistiu a um clima de “instabilidade social, de «escândalos», de incapacidade geral de fazer face à crise”. Ou seja, o Estado não tinha estratégia ou se a tinha a mesma não estava a resultar.

No entender de Pinto (2005, p. 197), em 1930 “Portugal apresentava uma balança comercial deficitária”, revelando um “reduzido grau de desenvolvimento da economia portuguesa e da dependência do estrangeiro, tanto para o fornecimento de matérias-primas como de produtos transformados e de maquinaria”.

A precariedade do emprego era uma realidade, as oito horas de trabalho semanais não eram, em muitos casos, respeitadas e os despedimentos, muitos deles ilegais, eram uma prática que existia em Portugal.

Na visão de Mata e Valério (2003, p. 191), os principais objetivos da política económica portuguesa, na década de 1930, passaram por “promover o crescimento económico e preservar o equilíbrio entre a oferta e a procura”. Neste sentido, o Estado, além de um “relativo controlo da actividade económica”, estimulou a produção e o investimento e conteve o consumo. Simultaneamente, a política cambial “tentou preservar a competitividade externa da economia portuguesa sem desencadear inflação interna”.

A Marinha Grande não fugia à regra uma vez que, segundo Mónica (1981, p. 553), “no início da década de 1930, a crise económica mantém-se muito grave”. Por outro lado, acrescenta a autora, a queda do regime republicano, em 1926, constituiu “um revés para o movimento operário”. Essa é a matéria a trabalhar no ponto que se segue.

3.1.2. Na Marinha Grande

A Marinha Grande, nas primeiras três décadas do século XX, viveu vários períodos de crise económica e social, com falta de trabalho nas fábricas de vidro. Longe iam os anos da I Guerra Mundial em que a indústria vidreira encontrou, segundo Mónica (1986, p. 80), “condições particularmente propícias”, pois, como acrescenta a autora, no pós-guerra “o vidro começa a deslocar-se para zonas onde a mão-de-obra era mais barata”, nomeadamente Porto, Figueira da Foz e Oliveira de Azeméis. Assim, “os dias felizes depressa desapareceram” e, na Marinha Grande, “a situação depressa se tornou dramática”, pois o país exportava menos vinho, construía menos casas e comprava menos objetos de luxo, o que fez com que as fábricas de vidro da vila vendessem menos do que era habitual.

Este cenário criou descontentamento na classe operária e levou a um forte associativismo na comunidade, nomeadamente do seu operariado vidreiro, que se organizou em várias associações de classe.

Estas foram fortemente influenciadas por várias correntes ideológicas, sobretudo comunistas e anarquistas, num concelho habitado por cerca de 13.000 pessoas, das quais “9.000 residem na vila” (Monteiro, 2012, p. 238). Ainda de acordo com a mesma fonte, desses 9.000 habitantes, cerca de 2.000 eram vidreiros. Aliás, em 1934, “existiam no Concelho da Marinha Grande 33 empresas e oficinas das quais 13 Fábricas de Vidro” (Monteiro, 2012, p. 237).

Curioso o facto de ser precisamente em 1934 que se assistiu à produção do primeiro molde para a indústria de plásticos⁴⁴.

Recuando alguns anos, Mónica (1986, pp. 65-66) afirma que os vidreiros “recebiam salários elevados e tinham segurança no emprego”, ou seja, “até à década de 1930, o ofício de vidreiro sofreu poucas alterações”. O pessoal, acrescenta a autora, “mantinha-se o mesmo durante longos anos”, o que permitia o estabelecimento de relações íntimas, apesar das “más” condições de trabalho.

Em 1931 as associações de classe viriam a fundir-se no poderoso Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vidro (SNTIV), fortemente politizado, que naturalmente não poderia ficar de fora do movimento insurrecional face à perspectiva do fim do sindicalismo livre.

Bento Gonçalves, em *Duas palavras*, assegura que “este sindicato foi organizado sob a direcção da C.I.S.”⁴⁵.

Voltando a Mónica (1981, p. 559), “em 1934, os vidreiros pressentiram que a sua derradeira arma, as AC, lhes ia ser definitivamente retirada”.

Aliás, Manta (1975, p. 213) garante que no final de 1933 os trabalhadores vidreiros “tinham adquirido a certeza” de que contra eles estavam, além dos patrões, “as autoridades locais, distritais e governamentais”. Daí que a notícia de que estaria a ser preparada uma jornada de luta em todo o país contra a fascização dos sindicatos tenha tido “bom acolhimento entre os trabalhadores da Marinha”.

⁴⁴ O setor de moldes emprega atualmente mais de sete mil pessoas, sendo o mais representativo no concelho. As grandes fábricas de vidros encerraram, à exceção das garrafeiras, que empregam mais de mil trabalhadores.

⁴⁵ Cf. http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html, consultado em 24 de maio de 2012.

Na perspetiva de Nunes (2006, p. 13), a participação decidida e entusiasta do escol revolucionário dos vidreiros na tentativa de revolução do 18 de janeiro de 1934, teve “raízes profundas, muito profundas, no subconsciente colectivo de gerações de explorados e famintos, oprimidos num círculo vicioso quase crónico de doença e miséria”⁴⁶.

Nesta linha de pensamento, Mónica (1981, p. 561) entende que o 18 de janeiro foi fundamentalmente “um gesto de desespero”, enquanto, segundo Manta (1975, pp. 213-214), os trabalhadores viam nesse movimento a oportunidade para “instaurar um novo regime”.

O movimento revolucionário na Marinha Grande não surgiu, assim, do nada.

Voltando a Nunes (2006, p. 25), o operariado marinhense foi submetido “a condições de trabalho duríssimas” e “sujeitos às maiores arbitrariedades e vexames” por parte dos patrões e tiveram ainda que conviver com as doenças profissionais, “como a tuberculose, aliadas à mais crónica indigência de uma considerável fatia da população”, cenário que tornou “a miséria avassaladora em muitos lares operários”.

Longe iam os tempos em que, como Mónica (1986, p. 104) lembra, “os vidreiros marinhenses eram um grupo privilegiado”, que não tinham grande poder, “mas nas oficinas eram eles quem mandava”, vivendo numa espécie de “redoma dourada”. Porém, no pós-guerra, acrescenta a autora, “tudo muda” e no final da década de 1920 “muitas fábricas fechavam definitivamente as portas”. Na leitura de Nunes (2006, p. 47), a Marinha Grande começara a afundar-se progressivamente nos finais da década de vinte. A crise atingia a totalidade das empresas vidreiras, incidindo particularmente nas garrafeiras, e arrastara largas centenas de operários para o desemprego e para a fome e com a rápida disseminação das ideias bolchevistas⁴⁷ saídas da revolução russa de 1917, e a criação do Partido Comunista Português, “eram já nítidos os sinais de fraccionamento do operariado vidreiro entre comunistas e anarquistas, mergulhados numa luta fratricida pelo domínio ideológico do importante bloco constituído pelos milhares de trabalhadores da indústria de fabricação de vidro”. Os anarquistas da Confederação Geral dos Trabalhadores perdiam força e terreno perante a Confederação Inter-Sindical, de inspiração comunista, panfletária e cegamente fiel à revolução russa, com os seus agentes a minarem rapidamente o sindicalismo libertário.

⁴⁶ Hermínio Nunes é um autor local que estudou intensamente os antecedentes sociais do 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande. Daí que seja citado com alguma insistência neste capítulo.

⁴⁷ Bolchevique é uma palavra de origem russa que significa maioritário. Assim eram denominados os membros da facção do Partido Operário Social-Democrata Russo, liderada por Lenine. O Partido Bolchevique comandou o processo da Revolução Russa de 1917, que derrubou o governo czarista de Nicolau II e implantou o sistema/regime socialista na Rússia. Em 1918 os bolcheviques mudaram o nome do partido para Partido Comunista da União Soviética.

O PCP, que se organizou na Marinha Grande apenas em 1932, ganhou assim força com a crescente perda de influência dos anarquistas e o definhar do *reviralthismo*, o que levou Gonçalves (1971, p. 125) a escrever que “passámos a ser tomados a sério”. Aliás, o movimento libertário denotava dificuldades em atuar na clandestinidade.

Segundo Rosas (1994, p. 233), foi precisamente entre 1930 e 1933 que se centrou a “luta pela hegemonia do movimento operário organizado entre anarco-sindicalistas da Confederação Geral do Trabalho e comunistas da Comissão Inter-Sindical”. Tratou-se, segundo este autor, de “uma disputa por se ultrapassarem mutuamente em radicalismo verbal e de posições, com programas reivindicativos maximalistas, insusceptíveis de mobilizar mesmo os sindicatos, quanto mais a massa operária”.

1931 foi, por outro lado, o ano que viu nascer o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vidro (SNTIV), setor que na época congregava muitas centenas de trabalhadores, entre vidraceiros, cristaleiros, garrafeiros, lapidários e maçariqueiros, embora cerca de 50% dos operários vidreiros não pertencessem a nenhum sindicato⁴⁸.

Na perspetiva de Gregório (1975, p. 7), a unificação dos trabalhadores da indústria vidreira era um passo importante, fundamentalmente porque “algumas das suas derrotas anteriores se deviam à ausência da sua unificação à escala nacional”. Nesta altura, acrescenta o autor, a indústria do vidro “contava aproximadamente 5.000 trabalhadores” a nível nacional.

Em 1932 o SNTIV ganharia, assim, uma considerável implantação, alargando a sua influência à quase totalidade da classe vidreira, dinamizando e organizando as ações reivindicativas do operariado, “procurando travar o cortejo de miséria e fome que o desemprego arrastava, no qual se debatia e afundava a classe vidreira, e com ela a própria Marinha Grande” (Nunes, 2006, p. 100).

Em 1932, o Governador Civil de Leiria deu instruções para o encerramento do Sindicato, por este “coartar a liberdade de trabalho nessa localidade”⁴⁹. Na sequência desta decisão os trabalhadores vidreiros - exceto os da Fábrica Nacional - entraram imediatamente em greve, “paralisando a produção em protesto pelo encerramento do Sindicato e a prisão da Direcção do mesmo” (Nunes, 2006, p. 179). O Sindicato seria reaberto com uma nova Direcção em 27 de outubro de 1932, “decisão que originou uma verdadeira explosão de alegria por parte da comunidade operária vidreira, à qual se associou o comércio e a generalidade da

⁴⁸ Cf. Sertório (1984, p. 13)

⁴⁹ Cf. Nunes (2006, p. 174)

população”. Todavia, a esmagadora maioria da população continuava a viver muito próximo dos níveis mais baixos da normalidade alimentar e “uma parte considerável dessa maioria vivia num estado de fome crónica” (Nunes, 2006, p. 193).

Gregório (1975, p. 8) assegura que “todos os trabalhadores eram alvo da mais desenfreada exploração e de inúmeros atropelos levados a cabo pelo patronato”, que assim aumentava as suas “avultadas fortunas”.

A reabertura do Sindicato foi o culminar de oito meses e meio de greve, iniciada em 9 de março de 1932 e desconvocada em 24 de novembro do mesmo ano, numa altura em que havia “um punhado de operários e suas famílias a passarem por momentos extremamente difíceis, sempre com o espectro da fome a rondar à sua volta” (Nunes, 2006, p. 206).

A greve dos Roldões⁵⁰, como ficou conhecida, acabou por ser um marco importante para a luta dos vidreiros, “um hino em louvor à resistência, à capacidade de sacrifício, à luta e à dignidade do operariado e dos trabalhadores da indústria do vidro”, afiança o autor marinhense.

José Gregório também se refere à greve dos Roldões no Relatório de 1955. O dirigente comunista afirma que os patrões “foram forçados a dar o aumento do salário exigido” e a aceitar os operários que antes não queriam na sua fábrica, além de terem que “aceitar no quadro do pessoal outros operários desempregados, por imposição do Sindicato e finalmente a pagar de indemnização, ao Sindicato, 35 contos” (Gregório, 1975, p. 11).

Regressando a Nunes (2006, p. 234), a semente da revolta, pesem embora todas as teorias da presumível politização do operariado vidreiro, também “encontrou terreno fértil no seio dessa miséria”, para germinar e eclodir de tal forma que “nada poderia deter o avanço do operariado mais jovem e revolucionário para a aventura do 18 de Janeiro de 1934”. E acrescenta: “eram bem evidentes os sinais da iminência do descalabro, com o restabelecimento da aparente normalidade laboral nas fábricas de vidros a revelar-se frágil, demasiadamente frágil, perante as tensões e ódios acumulados durante aqueles complicados anos de 1932 e 1933”, uma vez que “pouco ou nada havia mudado desde a alvorada de esperança depositada na República de 1910. Os pobres ficavam mais pobres e a fome continuava a bater à porta de demasiada gente, num país parado no tempo (Nunes, 2006, p. 235)”. Esta visão é refutada por Mónica (1981, p. 527) uma vez que, numa dezena de anos - 1907/1917 -, “havia sido criados, só na Marinha Grande, 400 novos empregos”, sendo que

⁵⁰ Assim designada porque se iniciou na Fábrica de Vidros da Boa Vista de Guilherme Pereira Roldão, Filhos.

mais de metade do operariado do vidro em Portugal “vivia na pequena vila” e foi apenas a partir do fim da guerra que “a situação da indústria na Marinha Grande começa a deteriorar-se”. Para Nunes (2006, p. 236), as raízes do 18 de janeiro de 1934 terão de ser procuradas, em última análise, “nos meandros de um povo dominado durante séculos por duas péssimas conselheiras: a fome e a ignorância”. Uma visão igualmente rejeitada por Mónica (1981, p. 561) que olha para o movimento revolucionário do operariado marinhense como “uma revolta de um grupo de operários de *élite* ameaçados económica, social e politicamente”.

A perspetiva de Gregório (1975, p. 14) aproxima-se daquela que é defendida por Nunes, uma vez que o dirigente comunista garante que os trabalhadores viam no movimento “a única maneira de pôr cobro às injustiças de que vinham sendo vítimas e verem satisfeitas as suas justas aspirações”.

Face ao exposto e apesar das discrepâncias verificadas, talvez não seja abusivo concluir que o 18 de janeiro de 1934 acabou por ser o resultado de um longo processo de luta, social e sindical, pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

3.2. Preparação da Greve Geral

António de Oliveira Salazar criou legislação para condicionar o sindicalismo operário. Esta ofensiva não ficaria sem resposta tal a contundência do Decreto-Lei nº 23 048, que promulgou o Estatuto do Trabalho Nacional, e do nº 23 050⁵¹, que reorganizou os sindicatos nacionais, ambos lesivos dos interesses do operariado.

Em causa estava a intenção governamental de instaurar a unicidade sindical corporativa⁵², o controlo dos sindicatos pelo governo⁵³ e a colaboração entre classes sociais⁵⁴.

As organizações sindicais repudiavam a ideia de dependência relativamente ao Estado, cenário que as levaria a perder grande parte da sua autonomia, além de que era inaceitável a colaboração entre patronato e operários devido ao desequilíbrio de forças.

A partir do momento em que se ficou a conhecer a intenção governamental, os sindicatos partem para o diálogo, com o intuito de responder, com contundência, às pretensões do Presidente do Conselho.

⁵¹ Ficou conhecido como «decreto colete-de-forças».

⁵² Eram permitidos apenas sindicatos nacionais, após prévia aprovação dos seus estatutos pelo governo.

⁵³ Cabia ao governo aprovar as direções eleitas, para além de as poder demitir.

⁵⁴ O objetivo era a harmonia do capital e do trabalho, no âmbito do interesse nacional, com proibição de greves.

Na perspetiva de Patriarca (2000, pp. 163-164), “a ideia de greve geral remonta a meados de 1933”, com a CGT, na clandestinidade, a organizar-se no sentido de lutar contra os decretos que iriam pôr fim ao sindicalismo livre.

Numa primeira fase, acrescenta a autora, a CGT “exclui a CIS e a FAO”. Ainda segundo Patriarca (2000, pp. 166-168), “é ainda no mês de Julho que se registam os primeiros encontros entre representantes da CGT e os sectores militares republicanos”. O objetivo era claro: “a greve geral revolucionária a lançar pela CGT deveria coincidir no tempo com o movimento dos sectores republicanos”.

Em 16 de julho, a CGT dirigiu ofícios aos sindicatos comunistas, socialistas e autónomos, convidando-os a participar na greve geral. A CIS recusou e passou a ignorar as posições da CGT, como “se elas não tivessem existido” (Patriarca 2000, p. 169).

Segundo Sertório (1984, p. 10), “foi a CIS, como braço sindical do PCP, que propôs a frente única à CGT, em 7 de Agosto de 1933”, contra o futuro Estatuto do Trabalho Nacional.

Na carta-circular que enviou à CGT, a Comissão Inter-Sindical falava em questão de vida ou de morte para todo o movimento de classe do proletariado. Foi precisamente neste documento que foi proposta a constituição de uma «frente única» contra os decretos, com inclusão de todas as facções sindicais.

A CIS defendia uma campanha de agitação social em Portugal, que culminasse com uma greve geral do proletariado, mas, segundo Patriarca (2000, p. 175), a CIS pretendia que a greve tivesse carácter “pacífico e defensivo”. A CGT, por seu turno, pretendia ir mais além. Aliás, também entre o PCP e a CIS não existiu sintonia de posições. Bento Gonçalves, líder do PCP, era defensor de uma greve geral contra a fascização dos sindicatos. José de Sousa, responsável da CIS desde dezembro de 1930, torneiro mecânico oriundo do anarquismo, aderiu à linha da greve geral insurrecional. Vasconcelos (2002, p. 81) encontra a explicação para esta adesão nas “origens sindical-anarquistas” do homem forte da Confederação Inter-Sindical, cargo que acumulava com o de secretário sindical no secretariado do PCP.

Assim, enquanto a CIS pretendia “aprovar moções de repúdio da nova legislação e dos sindicatos nacionais, gerando um movimento de massas que poderia vir a desembocar numa greve geral contra a «fascização dos sindicatos»” (Rosas, 1994, p. 236), a CGT, pelo contrário, preconizava uma greve geral revolucionária de carácter insurrecional.

Por isso, as estratégias da CGT e CIS criaram “divergências tácticas insanáveis” (Rosas, 1994, p. 235).

Na realidade, a CGT, liderada por Mário Castelhana, defendia uma resposta contundente, só possível através de uma greve geral insurrecional com ações armadas, ataques à bomba e sabotagens. Uma tática que acabaria por ser aceite pela comissão coordenadora da CIS, que rapidamente deixou de lado a linha defendida pelo PCP, embora se tivessem realizado algumas assembleias de trabalhadores que aprovaram moções de rejeição da nova legislação.

No que concerne à já mencionada frente única, numa primeira fase, a CGT recusou liminarmente a proposta da CIS⁵⁵ para integrar essa frente e só mais tarde aceitou integrar a plataforma de sindicatos que iniciaria a preparação do 18 de janeiro de 1934. Até então, assistiu-se a tentativas por parte da CIS e da CGT no sentido de não permitirem que a outra liderasse o processo. Mais, quer uma quer a outra tentaram ser elas a liderar, assumindo uma postura de supremacia e definindo desde cedo que não estavam dispostas a participar no movimento numa situação de inferioridade.

Na perspetiva da CGT, a composição da frente única proposta pela CIS, “que colocava os anarco-sindicalistas em minoria, era-lhes totalmente inaceitável” (Patriarca, 2000, p. 172).

Porém, a CGT acabou por fazer cedências e decidiu participar no comité nacional, assumindo que só seria possível obter êxito na luta contra a ditadura numa plataforma de unidade sindical.

Apesar desta aparente unidade, certo é que CIS e CGT - as maiores e mais representativas forças no movimento operário - tinham, como já foi referido, concepções díspares, quase incompatíveis, sobre as ações a levar a cabo para responder aos decretos governamentais. E essas diferenças viriam a evidenciar-se fundamentalmente depois do 18 de janeiro de 1934, com troca de acusações mútuas nas reações que cada qual proferiu relativamente aos acontecimentos. Segundo Pereira (1999, p. 69), Bento Gonçalves “tenta a todo o custo” evitar a greve geral de janeiro de 1934 e usa “de toda a sua autoridade para impedir um movimento que tem a certeza irá ser catastrófico para o movimento sindical português e para a oposição operária ao regime”. Contudo, Rodrigues (1981, p. 56) recupera a rivalidade entre comunistas e anarquistas, afirmando que “para o PCP era muito mais importante o esmagamento, a liquidação da CGT e do movimento anarquista, pela morte de seus mais destacados militantes, do que vencer o fascismo, ganhando a greve”⁵⁶.

⁵⁵ A CGT iniciou em julho de 1933 a preparação de uma greve geral revolucionária e insurrecional.

⁵⁶ Sertório (1984, p. 19) tem, a este respeito, uma afirmação categórica: “com a água suja da banheira, o PCP jogara fora o menino”.

Ou seja, “a prisão, a deportação, a morte, e como consequência a desagregação, o enfraquecimento da CGT até à absorção dos operários para a causa de Moscovo, era o maior sonho, a mais desejada vitória de Bento Gonçalves e dos seus chefes!”.

Importa ainda clarificar o poder da liderança do PCP na CIS, sobretudo porque esta acabou por alinhar com a CGT na frente única, apesar das reservas comunistas. Esta questão é explicada por Patriarca (2000, p. 189), que se aproxima da posição de Bento Gonçalves⁵⁷, ao defender que “o insurreccionalismo anarco-sindicalista e provavelmente também o republicano exercem um tão grande fascínio sobre os meios comunistas que de pouco valem as suas exortações, admoestações ou chamadas de atenção”.

A autora lembra ainda a “impotência e o isolamento” a que chegou o líder do PCP, “a ponto de nem os seus manifestos conseguir fazer publicar”. Esta situação levaria Bento Gonçalves a Espanha, em outubro de 1933, “a fim de, entre outras coisas, procurar apoios junto da delegação da Internacional Comunista” (Patriarca, 2000, p. 190).

Constata-se, assim, que a liderança do PCP tinha as maiores dificuldades em controlar a CIS e o pior é que, segundo Patriarca (2000, p. 192), “o putschismo havia contaminado os militantes comunistas”, ou seja, “os comunistas estavam, definitivamente, convertidos às palavras de ordem da CGT”.

Apesar das diferentes concepções, CIS, CGT, FAO e a COSA chegaram a um entendimento, nas poucas reuniões que tiveram lugar. No manifesto que fez chegar aos operários, a Plataforma apelou à greve geral e insurreccional, pela reconquista da liberdade de reunião e de imprensa. A linguagem utilizada é, contudo, claramente anarco-sindicalista, facto que indicia alguma preponderância revolucionária e insurreccional.

A greve geral revolucionária acabou por sofrer vários adiamentos devido à repressão, designadamente da PVDE, que, em novembro de 1933, prendeu e deportou Sarmiento de Beires⁵⁸ e outros reviralhistas.

O próprio líder da CGT, Mário Castelhana, foi detido em 15 de janeiro de 1934. Este sindicalista, segundo Santana (1985, p. 213), “tinha na sua mão grande parte da articulação do movimento”. No entanto, as autoridades portuguesas, governo e polícia incluídos, pareciam denotar algum desejo de que o movimento fosse por diante para, dessa forma, o poderem

⁵⁷ A este respeito, Patriarca (2000, p. 189) afirma que Bento Gonçalves “não andarà muito longe da verdade”, ou seja, a autora revê-se, com poucas reservas, na posição do antigo líder comunista.

⁵⁸ Militar português que exerceu intensa atividade política contra o regime de Salazar. Em 1934 foi condenado a dez anos de desterro.

desmantelar e, em seguida, castigar os revoltosos. Aliás, Salazar estaria ao corrente dos preparativos do movimento insurrecional. Tanto assim é que a PVDE, no dia 17 de janeiro e na madrugada do dia seguinte, deteve alguns dos principais sindicalistas⁵⁹ e reviralhistas⁶⁰, embora essas detenções não se destinassem a impedir a greve.

A adesão à greve geral revolucionária acabou por ocorrer apenas numa dúzia de localidades, entre as quais a Marinha Grande.

Na ótica de Patriarca (2000, p. 349), “os jornais insistem até à saciedade na paternidade comunista do movimento” e alguns membros mais ativos no 18 de janeiro de 1934, entre os quais António Guerra e Manuel Baridó, “atribuem a direcção da revolta ao Comité Local do PCP”, afastando assim a participação dos anarquistas no movimento. Contudo, esta autora reconhece ser “difícil sustentar que, em 1933-34, os vidreiros marinhenses e os seus sectores militantes fossem exclusiva ou até maioritariamente comunistas” (Patriarca, 2000, p. 351).

Esta afirmação comprova-se, por exemplo, pela não integração do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Vidreiros no CIS, afeto ao PCP, muito provavelmente porque a sua base social estaria longe de ser estritamente comunista. Aliás, Santana (1978, p. 91) garante que o “Sindicato dos Operários Vidreiros da Marinha Grande estivera sempre integrado na CGT, sem nunca dela se retirar”, apesar do “foco de propaganda comunista competir com a militância anarco-sindicalista”.

A preparação do movimento na Marinha Grande, segundo Patriarca (2000, p. 357), “terá contado com elementos de outras correntes” além da comunista e tanto assim é que “as ligações com os organismos centrais de Lisboa envolvem tanto a CIS como a CGT”. Por isso, a maior influência comunista não anula “a existência de outras correntes”, assegura Patriarca (2000, p. 358). Segundo Rodrigues (1981, p. 50), “todas as tendências tomaram parte na luta: na Marinha Grande os elementos da Inter-Sindical também participaram, não aceitaram a volta-atrás do PCP. Noutros pontos do país esconderam-se ou sabotaram o que puderam”.

Ora se unidos já seria difícil concretizarem os seus objetivos, divididos e com suspeitas de sabotagens e traições, percebem-se algumas das razões que estiveram na origem do fracasso das ações insurrecionais levadas a cabo em 18 de janeiro de 1934. Mas essa é uma análise que deverá ser guardada para mais tarde. Agora é tempo de «dar a palavra» à Marinha Grande, embora se imponha uma breve contextualização nacional.

⁵⁹ Mário Castelhana, por exemplo.

⁶⁰ Carlos Vilhena, por exemplo.

3.3. Relato dos Acontecimentos na Marinha Grande

Numa “fria e enevoadada quinta-feira”, segundo Mónica (1981, p. 554), ocorreram greves de cariz pacífico em Silves, Sines, Almada e Barreiro e manifestações operárias violentas na Marinha Grande, Setúbal, Cacilhas, Seixal e Alfeite. Há ainda registo de ações noutras localidades industrializadas, designadamente Coimbra, Leiria, Martingança, Cacém, Vila Boim, Algoz, Tunes e Funcheira.

De acordo com Patriarca (2000, p. 233), as forças policiais ocuparam, nesse dia, “as principais cidades e vilas do país”, mas, mesmo assim, assistiu-se à sabotagem de estruturas de transportes - linhas férreas⁶¹; comunicações – estradas; linhas telefónicas e energia a sul de Coimbra⁶², nomeadamente na Martingança, Leiria e Póvoa de Santa Iria.

Há ainda registo de arremesso de bombas e pedras.

Os confrontos armados com as forças de segurança ocorrem na Marinha Grande e em Lisboa. Na capital rebentou uma bomba no Poço do Bispo e foi cortada a linha de caminho-de-ferro em Xabregas. Seria, contudo, na capital vidreira que o movimento atingiria maiores repercussões, talvez porque tinha sido “onde as lutas anteriores dos vidreiros tinham criado um ambiente propício” (Rosas, 1994, p. 236).

Na opinião de Sertório (1984, p. 12), “foi o proletariado da Marinha Grande que, no 18 de Janeiro, demonstrou uma maior capacidade para se lançar a formas de luta objectivamente superiores: a insurreição armada”.

O 18 de janeiro de 1934 é sistematicamente associado à Marinha Grande pelas ações ali desencadeadas, nomeadamente a tomada do posto da GNR, tornando-se assim numa espécie de símbolo do movimento insurrecional.

Mas o que se passou afinal naquela madrugada na vila do centro do país?

Uma das fontes consultadas, Patriarca (2000, p. 310), revelou que foi a partir das 12 horas do dia 17 de janeiro de 1934 que “os dirigentes começam a convocar os seus colegas para uma reunião a realizar nessa noite no Casal Galego”. Segundo outra fonte, Mónica (1981, p. 554), o quartel-general era um “barracão branco, em cuja porta estava pintada uma cruz vermelha”. No entanto, não é possível definir a hora precisa a que se iniciou a reunião. Contudo, Patriarca (2000, p. 311) afirma que a mesma teve lugar “num barracão pertencente a

⁶¹ Para Mónica (1981, p. 555), “registaram-se descarrilamentos de comboios, por exemplo, em Braga e Póvoa de Santa Iria”.

⁶² A cidade estudantil ficou “totalmente às escuras” (Mónica, 1981, p. 555).

Carlos Pais⁶³ em Casal Galego” e que teria começado entre as 22 horas e a 1 hora da manhã e tinha reunido algumas dezenas de operários.

Também o número exato não é possível de contabilizar, embora, segundo Patriarca (2000, p. 313), “a concentração em Casal Galego teria contado, no mínimo, com a presença de 59 pessoas”.

Nesta reunião os operários foram divididos por grupos a quem foram atribuídas missões e distribuídas armas e ferramentas, nomeadamente machados e serrotes, para o corte de pinheiros nos principais acessos à vila⁶⁴.

Segundo Manta (1975, p. 215), “a acção organizadora e dirigente do movimento teve à cabeça o camarada Manuel Esteves de Carvalho - o Manecas - que, mesmo tuberculoso em último grau e imobilizado na sua cama, deu belas provas de firmeza e acção revolucionária”. Todavia, esta posição não é consensual pois Patriarca (2000, p. 309) revela que a direcção do movimento na Marinha Grande foi “garantida pelo alfaiate Pedro Amarante Mendes, pelo barbeiro Miguel Henrique e pelos vidreiros José Gregório, Teotónio Martins e Manuel Baridó”. A estes cinco elementos, acrescenta, “deveriam juntar-se outros dois: o empregado de comércio António Guerra e o operário Manuel Esteves de Carvalho”.

Como se constata, também na questão da liderança do movimento na Marinha Grande não existem certezas, pois esse elemento difere de autor para autor, situação que indicia que não terá existido a figura do líder carismático, incontestado, que se distinguia dos demais pela sua capacidade de chefia. Aliás, a falta de consenso volta a manifestar-se no que concerne a outros passos do movimento.

Assim, se Manta (1975, p. 215) defende que na madrugada de 18 de janeiro de 1934 saíram cinco brigadas de cinco operários cada⁶⁵ “para o assalto ao posto da GNR, dirigida por António Guerra⁶⁶, para o assalto ao edifício dos correios, 2 para a interrupção da via-férrea e várias outras para cortarem as árvores” e “outras brigadas saíram, igualmente, para cortar as linhas telefónicas”, Patriarca (2000, p. 314) sustenta que foram “formados seis grupos: três destinam-se a sabotar as vias de acesso à Marinha Grande. Outras três destinam-se a actuar no interior da vila”.

⁶³ Para Monteiro (2012, p. 239), “foi numa velha casa pertencente a Nazaré Pais que, no Casal Galego, uma centena de revoltosos guardou o arsenal de armas que utilizaram na Revolta contra o regime de Salazar”.

⁶⁴ Os principais acessos à Marinha Grande são através de Leiria, Nazaré e Vieira de Leiria.

⁶⁵ Na ótica de Patriarca (2000, p. 322), “a brigada que tem por alvo a estação dos correios e telégrafos é formada por seis elementos”.

⁶⁶ De acordo com Mónica (1981, p. 555), António Guerra “comandava cinco brigadas (compostas cada uma por cinco homens)”.

Ou seja, os alvos eram a estrada de Vieira de Leiria e de Leiria, a via-férrea, a estação de télégrafo-postal, o posto da GNR e à sexta brigada foi atribuída a missão de circular pelas principais ruas da vila.

Segundo Mónica (1981, p. 554), “os responsáveis por cada brigada levam uma braçadeira vermelha”.

Retomando a Patriarca (2000, pp. 317-321), é de admitir que os grupos de revoltosos tenham começado a ocupar posições na vila “a partir das 2 horas e iniciado os assaltos à estação dos correios e posto da GNR pouco depois das 3h da madrugada”, isto é, os atos teriam decorrido “praticamente em simultâneo”.

De acordo com Gregório (1975, p. 16), o início do movimento deu-se após o ecoar de um tiro de pistola, “quando a vila estava no mais completo silêncio”⁶⁷.

A partir do momento em que foi dado o sinal de partida, acrescenta o antigo militante comunista, “viveram-se horas de emoção que não nos é possível descrever com o realismo, intensidade e alegria que as caracterizavam”.

Na verdade, apesar do tempo que decorreu entre os acontecimentos e a elaboração deste relatório em 1955, talvez não seja abusivo concluir que a descrição realística dos acontecimentos foi muito dificultada pelo entusiasmo resultante da participação nos mesmos ou da forma como se queria contar o evento.

Neste contexto, Gregório (1975, p. 20) garante que “da Marinha, do Engenho, da Ordem, da Embra, Picassinós, Amieirinha, Casal Galego, Trutas, etc., acorreram pessoas”. Homens, mulheres e jovens que se “dispuseram a participar no movimento”⁶⁸.

Os revoltosos, depois de cortarem as linhas telefónicas e telegráficas com Leiria e obstruírem as estradas que ligam a Leiria e Vieira de Leiria - atual EN 242 -, “ocupam a estação télégrafo-postal, atacam à bomba o quartel da GNR, desarmam os 12 elementos daquela corporação, lançam uma bomba contra a residência do industrial Emílio Galo, procedem à abertura do Sindicato Vidreiro e tomam conta da vila durante pouco mais de uma hora” (Patriarca, 2000, p. 234).

Santana (1978, p. 93) assegura que, depois de aberto o sindicato, “toda a gente corria para lá”. Uma euforia que duraria pouco tempo depois de serem recebidas “notícias doutros

⁶⁷ Pedro Pereira Mendes - o alfaiate Amarante -, em entrevista ao jornal *Linha Geral*, de 8 de fevereiro de 1975, assegura que foi ele que “deu o sinal para a revolução, com uma pistola que ainda conservo como recordação”.

⁶⁸ As referências a localidades feitas por José Gregório dizem respeito a lugares da freguesia da Marinha Grande, que distam poucos quilómetros do centro da então vila.

lados”. O acontecimento mais marcante foi, sem dúvida, o ataque ao posto da GNR, com tiroteio e arremesso de bombas⁶⁹.

Cercado o edifício da GNR, os membros do «Comité Revolucionário» iniciaram, por telefone, o processo de rendição, evitando-se assim um banho de sangue. Segundo Patriarca (2000, p. 327), “o sargento [Oliveira Pio] começa por se recusar a obedecer” mas, mais tarde, acabou por ceder no pressuposto que a sua vida, a da sua família e a dos seus soldados seria garantida.

Na perspetiva de Gregório (1975, p. 17), a guarda foi de tal modo surpreendida, que não teve ânimo para esboçar a mais ligeira resistência, “pelo que não deu sequer um tiro”.

Para Patriarca (2000, pp. 327-329), “a força da GNR [...] fica à mercê dos revoltosos por volta das 5 horas da manhã”. Os doze elementos da GNR, depois de se renderem, “são conduzidos, entre as 5 e as 6 horas, para a Nacional Fábrica de Vidros”.

Segundo Gregório (1975, p. 19), “os guardas que pensavam ter chegado a hora do fuzilamento, viram com espanto que apenas foram colocados junto a um muro e revistados e por fim presos dentro de uma dependência da Fábrica Nacional do Vidro com o maior respeito pela sua vida”.

O sargento, por seu turno, “foi preso ficando sob a guarda de dois operários armados de carabina”, afirma o revoltoso.

A tomada do posto de correio foi mais rápida e fácil. Segundo Gregório (1975, p. 17), “o chefe Manuel Leal, conhecido pelo ódio que tinha ao operariado, não teve mais remédio que pôr-se ao serviço deste e ensinar à brigada o modo de proceder para se estabelecer a ligação permanente pelo telefone com o comando da GNR”.

Retomando a Patriarca (2000, p. 234), os revoltosos terão lançado “uma bomba contra a residência do industrial Emílio Galo”.

Há ainda dúvidas relativamente à ocupação dos Paços do Concelho, ao hastear da bandeira vermelha e à eleição do *soviete*.

Patriarca (2000, pp. 332-333) garante que não foi encontrada “qualquer referência” a estas ações, descritas apenas por alguns autores, entre os quais L. H. Afonso Manta, após o 25

⁶⁹ De acordo com Mónica (1981, p. 555), “o material mais importante - onze bombas de choque e rastilho - havia-lhes sido enviado pela CGT”. Contudo, Pedro Pereira Mendes, «Alfaiate Amarante» garante que foi ele que levou as bombas para a Marinha Grande. Em entrevista ao Jornal Linha Geral (edição nº 24 de 8 de fevereiro, pp. 1 e 4) afirma: “foi por meu intermédio que a Marinha Grande recebeu as munições, que aliás, consistiam numas pequenas bombas do tamanho talvez de laranjas grandes”. Santana (1978, p. 92) afirma que “o Comité de acção da CGT enviou para a Marinha Grande onze bombas de choque e de rastilho para serem aplicadas em pontes ou locais de importância estratégica e vital”. O portador de tais bombas terá sido “um Duarte, alfaiate, que a Lisboa se deslocou para as receber”.

de abril de 1974. Os revoltosos e a polícia também “não fazem menção” a qualquer daqueles acontecimentos.

No entanto, há quem, como Rosas (1994, p. 236), defenda que “sob impulso do sindicato, grupos de operários ocupam o posto da GNR, a câmara e os CTT, proclamando o «soviete da Marinha Grande»”.

Esta posição também é corroborada, apesar de alguns excessos ideológicos, por Manta (1975, pp. 7-8) para quem o levantamento da Marinha Grande foi “um ato heroico” uma vez que a classe operária, “liderada pela organização local do PCP (então um partido revolucionário proletário), se ergueu de armas na mão, dominou as forças repressivas, tomou a Câmara Municipal, hasteou aí a bandeira vermelha, elegeu um Soviete e reabriu o Sindicato revolucionário dos operários vidreiros”.

Voltando a Patriarca (2000, p. 359), após percorrer os autos de António Guerra, Manuel Baridó e de dezenas de outros militantes, não encontrou “qualquer referência à eleição ou nomeação de um soviete e ao hastear de uma bandeira vermelha”, tal como a polícia, que “não lhe faz qualquer menção” nem nos escritos que são produzidos nos anos seguintes.

Pedro Pereira Mendes, o «Alfaiate Amarante», a este respeito garante que o movimento “não teve por princípio algum a intenção de implantar na Marinha Grande um soviete”⁷⁰.

Gregório (1975, p. 19) também falou na questão do soviete, mas apenas em 1955, mais de vinte anos após o movimento insurrecional, no Relatório em que dava conta da implantação de um regime operário sob a direção do Soviete local e afirmava que os trabalhadores, na madrugada de 18 de janeiro de 1934, quando proclamavam a vitória gritavam “Vamos nomear o Soviete”.

Ora, segundo Patriarca (2000, p. 360), “José Gregório não afirma que o soviete tenha sido eleito ou nomeado”. Porém, “a lenda do soviete da Marinha Grande, acrescida do símbolo da bandeira, estava criada e iria adquirir o imbatível estatuto de verdade absoluta”.

Na opinião de Mónica (1981, p. 554), o soviete da Marinha Grande “passou à história como um episódio de afirmação proletária”.

Contudo, é admissível que na época o operariado marinhense não tivesse cultura política suficiente para dominar este tipo de linguagem, nomeadamente no que concerne à nomeação de um soviete.

⁷⁰ Cf. *Jornal Linha Geral* de 8 de fevereiro de 1975, edição nº 24, Ano 1º, pp. 1 e 4

3.3.1. A Repressão Policial

Tal como outros pormenores alusivos ao movimento, também a ação das forças policiais e militares não reúne consenso de fonte para fonte, nem mesmo a hora de chegada à Marinha Grande.

Na perspectiva de Gregório (1975, p. 26), as forças de segurança “só chegaram de manhã à Marinha, às 7 horas, por terem encontrado a estrada interrompida com os obstáculos ali postos pelo operariado”.

Mónica (1981, p. 556) diz que “ainda é noite quando se ouvem as primeiras rajadas de metralhadoras inimigas”.

A Marinha Grande acabaria por ser cercada por tropas do Regimento de Artilharia 4 e Regimento de Infantaria 7, não dando qualquer possibilidade de resistência ao operariado cuja reação não terá ido além das 9h da manhã. Do sonho ao pesadelo foi um ápice, pois as “tropas vindas de Leiria tomam conta da vila poucas horas depois, sem dificuldades”, (Rosas, 1994, p. 236).

Sem capacidade para resistir muito tempo, os operários dispersaram “em grupos de quatro ou cinco a fim de iludirem o cerco” (Patriarca, 2000, p. 334). A fuga deu-se para o pinhal que rodeava a vila, nuns casos, e para suas casas, noutros.

Segundo Mónica (1981, pp. 556-557), foram “presos operários que efectivamente participaram no movimento, juntamente com bêbados que numa taberna cantavam a Internacional”. Por outro lado, “alguns, poucos, conseguem fugir para Espanha ou para a clandestinidade. Muitos outros, contudo, sem qualquer apoio, entregar-se-ão à Polícia, desmoralizados e cansados da vida clandestina”.

Não há relatos de grande resistência, apenas um ou outro tiro a que se seguiu a fuga e o abandono das armas em diversos locais da vila, tal como afirma Mónica (1981, p. 556) para quem “a resistência foi praticamente nula” uma vez que “a luta era impossível”.

Daí que “às 11h as forças armadas domina[sse]m totalmente a vila”, sem qualquer reação dos revoltosos.

Na ótica de Patriarca (2000, pp. 335-336), “se a maioria reclama a simples fuga, outros reconhecem expressamente ter resistido ou terceiros testemunham que outros o fizeram” mas a impressão com que se fica é de que os revoltosos foram “apanhados de surpresa e resistem algo desordenadamente, como forma apenas de protegerem a sua fuga”.

Assim sendo, “a vila teria estado sob controlo dos revoltosos, sem lutas e sobressaltos, no máximo pouco mais de uma hora”.

A revolta do operariado terminou, assim, em ocupação militar, tendo sido instaurado o «estado de sítio», com encerramento das fábricas e condicionamentos nas estradas⁷¹.

Alguns operários que participaram no movimento terão tentado ir trabalhar, sem êxito.

Os militares, que permanecem na vila “alguns dias”⁷², ordenaram a reabertura das fábricas no dia 19 de janeiro e, simultaneamente, “pedem aos industriais que forneçam listas nominativas dos operários que venham a faltar nesse dia”.

Ficaria clara, assim, a identidade dos revoltosos ainda em fuga bem como dos grevistas que aderiram ao movimento do dia anterior. Porém, Patriarca (2000, p. 347) assegura que “greve é algo que não chega a existir na Marinha Grande, nem a 18, nem a 19, nem a 20” e, segundo a imprensa da época, terão aderido ao movimento “entre os 150 e os 200 participantes”. Segundo Mónica (1981, p. 557), “a avaliação dos jornais governamentais oscila entre os 150 e os 300 homens”.

À margem do número de revoltosos, mais de uma centena de soldados, segundo Patriarca (2000, pp. 339-340), “prosseguem as buscas e prisões”.

O governo, com esta atitude, pretendia fazer “uma exibição de força”.

Para Patriarca (2000, p. 348), os atos insurrecionais terão sido obra “de uma minoria activa de uma vanguarda”.

Aliás, só assim se explica a fraca resistência aquando da chegada dos militares, que resultou num número escasso de feridos (dois entre os revoltosos, o mais grave dos quais foi Manuel Jubileu⁷³, e dois entre as forças policiais) e a inexistência de mortos.

Ainda no dia 19, deu-se a expulsão dos doze elementos que compunham o ativo da GNR da Marinha Grande, que, na madrugada de 18 de janeiro, se tinham rendido a “um bando de comunistas” (Patriarca, 2000, p. 340).

Curioso o facto do edifício da Câmara Municipal, antiga dependência da Real Fábrica de Vidros, ter sido destruído por um violento incêndio em 25 de janeiro de 1934, “ocasionado, ao que consta, por curto circuito” (Monteiro, 2012, p. 240).

⁷¹ Santana (1978, p. 93) indica que foram obstruídas “as estradas de Leiria, de Pataias e de Vieira de Leiria com as árvores que foram cortadas”.

⁷² Mónica (1981, p. 556).

⁷³ Para Gregório (1975, p. 20), “o camarada Manuel Jubileu foi ferido por uma rajada de metralhadora e transferido em braços para o posto de socorros dos Bombeiros onde recebeu os primeiros tratamentos, pelo médico da terra”.

3.3.2. Um Relato «quase» Anónimo

A narração dos acontecimentos depende - e muito - do papel que o narrador teve nos mesmos. Ora, assim que o movimento foi dominado, alguns dos intervenientes pronunciaram-se, ainda que não publica e livremente, sobre o mesmo.

Na realidade, logo em abril de 1934, o jornal *O Proletário*⁷⁴ publicou uma entrevista com um dirigente do PCP e do Sindicato Vermelho da Marinha Grande, cujo nome não era revelado. Pela importância deste documento, muito citado pelos autores que investigaram o 18 de janeiro de 1934, recuperam-se as partes mais significativas de uma entrevista que se encontra, na íntegra, nos anexos desta Dissertação.

O dirigente lembra que o agravamento da crise, as violentas medidas de repressão, da ditadura, a desilusão do «revirinho», dos chefes republicanos e anarco-sindicalistas, o exemplo de Cuba e os sucessos políticos e económicos do proletariado da União Soviética “contribuía para dar, à luta contra a fascização dos sindicatos, na Marinha Grande, um carácter mais amplo, mais profundo”.

E depois explica que “pelas 0 horas do dia 18 fizemos a distribuição das nossas forças de choque”, de forma organizada, com os membros do movimento a distinguirem-se “por uma braçadeira vermelha com a foice e o martelo”.

Um grupo “numeroso” seguiu a cortar as comunicações e, ao mesmo tempo, “três outros grupos marchavam a ocupar, simultaneamente, os Paços do Concelho, a Estação Telegráfica e o Quartel da GNR”.

As armas eram apenas o que se tinha podido arranjar: “algumas espingardas caçadeiras, duas pistolas e umas cinco bombas”, acrescenta.

O dirigente do Sindicato Vermelho garante que antes mesmo da rendição dos guardas do posto da GNR “já todos os pontos estratégicos, da vila, se encontravam nas nossas mãos. Por outro lado, já toda a massa operária, da Marinha Grande estava na rua, apoiando os poucos homens armados que possuíamos”, afirma.

O entrevistado assegura que “às cinco horas da manhã toda a Marinha Grande estava nas mãos do proletariado e milhares de trabalhadores percorriam a vila vitoriando o nosso Partido” e que os ataques das forças do governo se iniciaram “próximo das seis horas, na pior ocasião”, uma vez que “os serviços de abastecimento não tinham sido assegurados”.

⁷⁴ Ano IV, Série Ilegal, nº 2, pp. 3-4.

Os operários, cerca de “duas escassas dezenas de homens armados”, terão resistido “até às nove da manhã”. Altura em que “era loucura prolongar a resistência” uma vez que a diferença de armamento era abissal: “possuíamos pouco mais de vinte armas de fogo. O Governo opunha-nos a artilharia, cavalaria, infantaria, metralhadoras... e até um avião que já voava sobre a vila, para regular o tiro da artilharia”.

Constatando-se a diferença de forças, “retirámos portanto, em boa ordem, para o pinhal”.

Porém, “só cerca das doze horas os «heroicos» mantenedores da ordem entraram na Marinha Grande”.

Referindo-se às ações terroristas desenvolvidas, o dirigente comunista defende que foram praticadas “pelas forças da ordem”, nomeadamente “as prisões, os espancamentos, as torturas, as prisões de mulheres e crianças para denunciarem os maridos e os pais”. Antes, “foi a população na rua em regozijo. Alegria nos rostos... e nem uma só vingança”, conclui.

Relativamente à não adesão ao movimento pela maioria da população, o dirigente questiona: “como se explica então que, apesar da repressão e ocupação militar da vila, a greve se mantivesse geral durante dois dias e só ao terceiro dia comesse a fraquejar?”.

A terminar, o entrevistado garante que apesar dos “erros e vacilações do nosso jovem Partido, se mostra já, nitidamente, como a única força capaz de derrubar a ditadura”.

Contudo, “quando o problema de um levantamento armado se coloca, não devemos pensar apenas no armamento dos combatentes; é preciso pensar também na sua barriga. Não se combate com a barriga vazia”.

E quanto ao futuro, “aproveitar bem as lições recebidas, reagrupar as forças à base dessas lições e a caminho de novos combates... até à luta final”.

3.3.4. O Relato de Pedro “Amarante” Mendes - 1936

Dado que atualmente, na Marinha Grande, já faleceram todos os participantes no movimento insurrecional recorreu-se, entre outros, a documentos escritos pelos revoltosos que participaram ativamente no 18 de janeiro de 1934.

Um desses documentos é um manuscrito datado de 20 de maio de 1936 que foi encontrado no espólio do PCP, da autoria de Pedro “Amarante” Mendes, secretário da organização, mais conhecido por alfaiate Amarante, que teve um papel preponderante no

movimento. Esse manuscrito, denominado «Os dias da tomada da Marinha Grande»⁷⁵, consta em anexo. No entanto, importa sintetizar no texto as suas ideias-chave.

Assim, depois de referir que, pela 1 hora da madrugada, se reuniram em Casal Galego “os membros Comité Local em conjunto com os componentes de todas as células ao todo 9 e cada uma composta de 9 camaradas”, o documento afirma que “todos os trabalhadores se faziam acompanhar de ferramentas diversas para ser empregadas consoante as necessidades”⁷⁶.

Por outro lado, o plano da autoria do camarada Alfaia, Secretário da organização, foi aprovado por todos “e nomeando para seu executor o mesmo camarada, para isso juraram obedecer às suas ordens”.

Terminada a reunião às 2 horas, “começaram a partir as brigadas armadas de espingardas, caçadeiras e machados, estes últimos para ser utilizados na obstrução das linhas e estradas”.

O primeiro tiro soou às 3 horas da madrugada e “4 brigadas atacam simultaneamente o posto da Guarda Nacional Republicana e a estação dos correios e telégrafos, esta foi tomada sem resistência, o que não aconteceu com o posto da guarda”. Aqui, após troca de tiros e negociações, “os guardas acompanhados do seu comandante abandonaram o posto deixando todo o material”. O posto foi imediatamente ocupado pelos operários, que rapidamente distribuíram as armas “por camaradas aptos”. Os guardas, a seu próprio pedido, “ficaram detidos pois que receavam coacções do povo”.

Assim, de acordo com o documento, às “6 horas da manhã todos os postos de comando se encontravam em poder do comité revolucionário”.

Já no que diz respeito ao que se passou nos momentos posteriores à tomada do posto da GNR, Pedro “Amarante” Mendes afirma que “o camarada Alfaia, chefe do movimento, improvisa um pequeno auditório e em seguida pede para o acompanharem ao sindicato dos trabalhadores vidreiros para assistirem à sua abertura”, o qual se encontrava fechado há 5 meses.

Fazendo, de novo, uso da palavra, “exortou à união de todos os trabalhadores demonstrando que sempre que se unem saem triunfantes”. O documento indica que “às 8 horas da manhã, devido à falta de alimentação, as massas começam a desfalecer e alguns vão

⁷⁵ O texto encontra-se integralmente publicado no sítio eletrónico do Partido Comunista Português - <http://www.pcp.pt>, consultado em 15 de maio de 2012.

⁷⁶ Todas as citações foram feitas a partir do documento que figura em anexo.

às suas casas confortar o estômago”. Em face deste problema, o comité criou “imediatamente um comissariado de alimentação concedendo a este a liberdade de mobilizar tudo que fosse necessário”. Porém, este não chegou a prestar serviços, “em virtude de [...] novo ataque” feito por “uma força de polícia e de guarda republicana já de Leiria”.

Pedro “Amarante” Mendes garante que “por pouco não fomos todos fuzilados”. No entanto, apenas refere “2 feridos” do lado dos revoltosos a juntar aos 5 da parte das forças policiais. Mas a chegada da cavalaria e infantaria e a “fadiga duma noite completa de luta” fez com que os revoltosos tivessem recuado “em direcção das matas”, onde permaneceram “2 dias” após os quais deliberaram dividir-se “em pequenos grupos e procurar escapar às garras da canalha”.

Mas rapidamente começaram as prisões, tendo sido “levados todos os presos para Leiria, pois aqui a canalha podia exercer à vontade as patifarias”.

O documento denuncia que os “camaradas” foram “barbaramente espancados pelos canalhas da informação e do sr. chefe da polícia”, não escapando às suas garras “menores ou tuberculosos”.

Face às citações feitas, parece possível afirmar que o depoimento evidencia frequentes marcas ideológicas e um peso forte da componente subjetiva. Afinal, trata-se de um testemunho na primeira pessoa...

3.3.5. A Visão de José Gregório⁷⁷ - 1955

José Gregório nasceu a 19 de março de 1908 na Marinha Grande. Filho de um operário vidreiro, começou a trabalhar com 6 anos, tal como tantas outras crianças na vila. Cedo também despertou para a luta da classe operária, como forma de garantir uma vida digna.

A participação em greves por melhores condições de trabalho e de vida fizeram parte da sua ação política e a sua participação ativa no 18 de janeiro de 1934 foi uma consequência natural, pois nesta altura já havia ingressado nas fileiras do PCP.

Foi, aliás, um dos principais membros da direção do movimento revolucionário e, como tal, o seu depoimento sobre os factos ocorridos é fundamental para perceber o que realmente se passou. Contudo, importa referir que o relato de José Gregório ocorreu mais de vinte anos após a ação insurrecional, em agosto de 1955, e só seria publicado em 1975.

⁷⁷ Destacado militante do PCP, falecido em maio de 1961, em Praga.

No que concerne a esse relato há, desde logo, uma diferença abissal com o depoimento de Pedro Pereira Mendes, pois enquanto este garante que o comando esteve a cargo do “camarada Alfaia”, Gregório (1975, p. 16) revela que toda a ação organizadora e dirigente “teve à cabeça o camarada Manuel Esteves de Carvalho (o Manecas)”.

Também na questão do número de brigadas as posições se dividem porque Gregório (1975, p. 16) assegura que se formaram cinco, “de cinco operários cada” ao passo que “Amarante” fala em “células, ao todo 9, e cada uma composta de 9 camaradas”.

A tomada do posto da GNR foi aproveitada por Gregório (1975, p. 19) para uma espécie de «ação de charme» ao afirmar que a mulher e filha do comandante “foram levadas para a pensão «Martinho» onde encontraram cama, comida e o devido respeito pela sua honra e vidas”.

No relato, Gregório (1975, p. 20) faz rasgados elogios à participação popular: “Ali estava reunida boa parte da família vidreira, na esperança de que desde então tudo iria melhorar para os trabalhadores” e conclui que “por isso há vivas, há lágrimas nos olhos, há abraços”, posição contrariada por Monteiro (2012, p. 239) para quem os revoltosos “não terão tido o apoio esperado da parte da população marinhense”.

José Gregório identifica ainda alguns aspetos menos positivos do seu partido na Marinha Grande. Criado em 1932, só a partir de 1933 começou a funcionar de forma mais regular. Por isso admite que “nas fábricas não havia organismos, o contacto com a Direcção do Partido fazia-se muito raramente” e conclui que “os camaradas do Partido não se reuniam numa base do Partido, não actuavam dentro das normas de disciplina do Partido, não se sentiam obrigados a prestar-lhe contas da sua acção” (Gregório, 1975, p. 23). Assim se poderá explicar que apenas uma ínfima minoria tenha participado no 18 de janeiro de 1934.

Um elemento a reter prende-se com o facto da visão de José Gregório ser contrariada por Santana (1978, p. 102). Este autor afirma que o antigo presidente do Sindicato dos Vidreiros, no seu Relatório, deu “uma contribuição falsa para a história pré-fabricada atribuindo ao partido o que fora da iniciativa do sindicato”.

3.3.6. A Imprensa e o 18 de janeiro de 1934

A consulta da imprensa da época poderia ser um exercício essencial para a compreensão do que realmente ocorreu na madrugada e manhã de 18 de janeiro de 1934.

Contudo, Mónica (1981, p. 554) refere que “não existe nenhum jornal da época que possa ser considerado uma fonte minimamente objectiva”.

Esta convicção de Maria Filomena Mónica faz sentido. Basta ler as edições de *O Seculo* e perceber a sua inequívoca ligação ao Poder. Ainda assim, a sua leitura, tal como do *Diário de Notícias*,⁷⁸ não deixa de fazer sentido, uma vez que dão amplo destaque às alterações da ordem pública no país na madrugada e manhã de 18 de janeiro de 1934.

Para além das questões de interesse jornalístico, Patriarca (2000, pp. 28-29) acredita que “o excesso de ruído é tudo menos obra do acaso” uma vez que o governo, ao estar convencido que venceria este confronto, pretendia que a imprensa “dele abundantemente falasse”. Ou seja, “o governo quis que o movimento se transformasse num acontecimento impressionante e de grandes proporções” (Patriarca, 2000, p. 476).

A imprensa, conclui a autora, “coloca-nos perante a evidência de uma encenação, e de uma encenação que terá sido tudo menos inocente”.

Nessa conjuntura, os jornais ou publicavam aquilo que o governo desejava ver publicado, ou eram vítimas do filtro, leia-se censura, governamental. Assim, o 18 de janeiro terá sido “o que os jornais e o governo quiseram que ele fosse”.

Na edição de 18 de janeiro de 1934, *O Seculo* titula: “Uma tentativa de greve geral em todo o País foi dominada. De madrugada, deram-se vários incidentes e foram efectuadas prisões. Descarrilou um comboio de mercadorias junto da estação da Póvoa de Santa Iria”.

O jornal cita o Diretor da Polícia de Segurança Pública garantindo que “o movimento se malogrou”.

O *Diário de Notícias* escreve: “Produziu-se, esta madrugada, uma tentativa de carácter extremista, que foi prontamente sufocada pela Polícia e Guarda Republicana”.

O jornal diz ainda terem ocorrido “cortes de linha telefónica entre Porto e Coimbra e em Leiria” e “acontecimentos na Marinha Grande”, não podendo ser dada “notícia pormenorizada” devido a encontrarem-se “cortadas as comunicações”.

Apenas na edição de 19 de janeiro *O Seculo* foi mais pormenorizado na narração dos factos que tinham ocorrido pelo país. No canto superior direito podia ler-se: “A greve geral revolucionária eclodida ontem malogrou-se, completamente, devido à energia com que a força pública actuou para a sua rápida repressão”.

⁷⁸ Patriarca (2000, p. 23) afirma que “ao longo da manhã de 18 de Janeiro de 1934, enquanto o jornal matutino *O Seculo* faz duas edições, o *Diário de Notícias* oferece três aos seus leitores”.

Porém, não deixava de reconhecer que “o descarrilamento da Povia de Santa Iria foi o maior até hoje registado na C. P.”. Aliás, o jornal mostrava, com grande destaque, as fotografias do descarrilamento, bem como a visita ao local do Ministro das Obras Públicas.

Na primeira página do jornal alinhado com o poder político era ainda possível ler que “com extraordinária rapidez o Governo tomou providências eficazes para fazer gorar, à nascença, o movimento”.

Só no interior o assunto era desenvolvido, começando o texto por “uma rápida resenha dos acontecimentos” apresentada pelo Capitão Gomes Pereira⁷⁹:

“Foram presos, em vários pontos do país - como Lisboa, Setúbal, Anadia, Marinha Grande, Coimbra - algumas dezenas de indivíduos, dos mais perigosos, que pretendiam provocar um ambiente de terrorismo, com a prática de actos criminosos de toda a ordem, tanto por assaltos à propriedade, como por atentados pessoais, lançando bombas, cortes de comunicação telegráficas, de água e da luz. Assim, temos os cortes de linhas no sul do País, na Marinha Grande, e Leiria; Porto e Coimbra. Quanto a cortes de linhas férreas, houve levantamento de carris na Povia de Santa Iria, colocação de petardos na linha de Leste e cortes nas linhas de Braga, Vale do Corgo e Sueste, junto a Casa Branca. Foram já presos alguns dos seus autores. Para obter a falta de luz foram feitas explodir bombas de rastilho, de alta potência, na Central Electrica de Coimbra, nos transformadores e compressores, apagando-se a luz às 4 e 30. Foram, também, feitas várias prisões. Verificaram-se actos de sabotagem nalgumas máquinas da Fábrica de Material de Guerra, de Braço de Prata, e foi preso um dos seus autores. Esboçaram-se algumas greves, uma das quais na Marinha Grande, com ataques à bomba e a tiros, ao posto da G. N. R. e a estação de telegrafo-postal. Resistiram os perturbadores e atacaram as forças de Policia e G. N. R. que foram enviadas de Leiria. Ficaram gravemente feridos os atacantes e levemente um policia e um soldado da Guarda.”

Ainda no mesmo jornal, o Ministro do Interior acrescentou:

“Os discolos puseram-se em fuga e internaram-se nos pinhais circunvizinhos da Marinha Grande. Forças do Exército, Policia e G. N. R. batem toda aquela região e procuram prender todos os criminosos, dos quais já foram capturados 17. Em Almada deu-se a greve dos corticeiros, descarregadores e motoristas. Foram tomadas providências para serem presos e punidos os responsáveis. Houve, ainda, incitamento à greve em Silves. Em Setúbal, foram apreendidas 80 bombas de alta potência; e, em Lisboa, uma centena de bombas e algum armamento. Durante a noite foram abandonadas, em diferentes pontos da cidade e em escadas de prédios, muitas bombas. Além disso, deu-se o assalto, à bomba e a tiro, do posto policial de Chelas, e o rebentamento de duas bombas, cerca das 6 horas, nas Avenidas Novas”.

Neste jornal fazia-se, ainda, uma referência à tentativa de descarrilamento na linha do Oeste, “felizmente sem resultado” e à paralisação em algumas fábricas de Almada onde “não se registou alteração da ordem”.

No que concerne ao Norte, o diário afeto ao regime garantia que o movimento “não teve repercussão alguma e não se registaram, ali, senão medidas de ordem”, enquanto em Coimbra, “duas poderosas bombas de dinamite destruíram a central eléctrica, pelo que a cidade ficou às escuras”. Além disso, em Silves, “forças da G. N. R. e do Exercito mantêm a ordem” após grupos de operários corticeiros terem abandonado o trabalho, em Setúbal, “foram presos

⁷⁹ Ministro do Interior.

vários indivíduos e apreendidas 68 bombas” e, no Barreiro, “rebentou uma bomba, cujos estilhaços feriram seis pessoas”.

O *Diário de Notícias*, por seu turno, escreveu na edição de 19 de janeiro de 1934 em manchete: “A tentativa de Greve revolucionária que o Sr. Ministro do Interior justamente considera um movimento sem finalidade definida e destinado apenas a criar um ambiente terrorista falhou por completo em todo o país”.

O jornal dedicou ainda o editorial - «Uma lição» - ao movimento e um artigo de fundo bastante desenvolvido, com vários subtítulos. No texto surgiam várias declarações oficiais, bem como a descrição de algumas ações desencadeadas no país, nomeadamente em Coimbra, Guimarães e Marinha Grande.

O *DN* preocupou-se, assim, em descrever o que se passou no país e a emitir a posição das entidades oficiais, deixando de lado a opinião dos grevistas, que nem sequer foram ouvidos. Contudo, o autor do artigo não deixou de emitir juízos de valor ao garantir que o movimento tinha tido mão da “Internacional de Moscovo” e que a primeira conclusão a retirar era o “divórcio do operariado dos seus supostos dirigentes”.

O jornalista do *Diário de Notícias* afirmou, ainda, que “a grande massa trabalhadora, quando ainda explodiam bombas na cidade e não tinham amortecido as prevenções policiais, compareceu ao trabalho, alheias às perturbações”, facto que provava que os trabalhadores tinham mostrado “personalidade” e um “sentimento de emancipação e equilíbrio”.

No artigo era feita referência ao descarrilamento ocorrido na Póvoa de Santa Iria, considerado “assombroso e revoltante, traiçoeiro e indigno” e falava-se, ainda, nos rapazes de 14 e 15 anos presos, a quem teriam sido fornecidas bombas “quando as suas mãos ainda estavam mal treinadas para a dureza do trabalho”. O jornal dava, assim, enfoque à natureza criminosa das ações desencadeadas pelo movimento operário e acentuava a fraca resposta dos operários às instruções dos seus dirigentes.

Na edição de 20 de janeiro, *O Seculo* continuou a fazer eco dos acontecimentos, centrando a ação sobretudo na Marinha Grande, com a publicação de duas fotografias no topo da página 2, embora também houvesse relatos de pormenores das iniciativas levadas a cabo em várias localidades do país, entre as quais Coimbra.

O Seculo de 21 de janeiro voltou a fazer eco do assunto, com referência a diversas ações levadas a cabo pelos revoltosos, até porque ainda se estava no rescaldo e, em Santa Apolónia, tinham sido encontradas “ontem, duas bombas, ali abandonadas pelos sediciosos”.

Referia-se, ainda, à perseguição que as autoridades mantinham aos participantes - “por meio de edital, as autoridades do Barreiro oferecem cem mil escudos a quem entregar o bombista João Montes” -, bem como ao retomar dos serviços prejudicados com as ações levadas a cabo pelos grevistas - “Em Coimbra já estão normalizados os serviços eléctricos de iluminação e tracção”.

O *Diário de Notícias* também continuou a dar grande destaque de primeira página ao movimento nas edições de 20 e 21 de janeiro. A partir de então as informações passaram para as páginas interiores, mantendo-se essa situação nos meses de janeiro e fevereiro.

No que concerne à paternidade do movimento, o *DN* atribuiu-a aos comunistas⁸⁰.

No *Seculo*, as manchetes mantiveram-se até 26 de janeiro. Só depois passaram para o interior do jornal, com notícias quase diárias até ao mês de fevereiro.

Os jornais voltaram-se para as sanções que o governo anunciou em nota oficiosa na noite de 19 de janeiro e para as visitas do Ministro do Interior às corporações que participaram ativamente na manutenção da ordem no país.

A partir de fevereiro os diários deram amplo destaque às sessões do Tribunal Militar Especial (TME) que começaram a julgar os participantes na ação insurrecional.

3.3.4.1. A Imprensa e os Acontecimentos da Marinha Grande

O enviado especial de *O Seculo* à Marinha Grande fez o relato do que ocorreu na vila na edição de 19 de janeiro, titulando: “Dum verdadeiro arsenal dispunham os revoltosos que fizeram, da Marinha Grande, o seu campo de operações”.

O jornalista explicava que a população “ordeira” tinha passado horas “muito aflitivas” e que dos 5.000 habitantes da “laboriosa vila”, apenas 200 “se deixaram arrastar à prática de actos condenáveis”.

Esta afirmação, por si só, mostra de que lado da barricada estava o jornalista de *O Seculo*, ou seja, totalmente afeto ao regime.

Outras passagens do texto jornalístico confirmam isso mesmo: “Com requintes de crueldade, os revoltosos preparavam uma chacina em que não poupavam, sequer, mulheres nem crianças”; “A realizarem-se os seus maléficos intentos, teríamos, a esta hora, que

⁸⁰ “Triste aventura comunista”, assim escreve o *DN* na edição de 20 de janeiro de 1934, sem contudo não deixar de afirmar que “raros são os que se declaram anarco-sindicalistas”.

lamentar grande numero de vítimas”, embora alguns elementos parecessem destoar do conjunto: “A feroz investida resistiu, heroicamente, durante três horas”; “Em várias ruas, viam-se longos rastros de sangue, proveniente de ferimentos causados pelas tropas aos revoltosos”.

O enviado à Marinha Grande descreveu ainda os ataques ao quartel da G. N. R. e aos Correios e Telégrafos. Na edição de 19 de janeiro, o *Diário de Notícias* fez o relato dos acontecimentos ocorridos na Marinha Grande, utilizando expressões como “assaltantes” e “revolucionários”, associando-as a um movimento comunista. Desta forma o jornal mostrava não existirem dúvidas sobre a autoria das ações insurrecionais e não fez qualquer referência aos anarco-sindicalistas.

Foi na edição de 20 de janeiro que a Marinha Grande ganhou destaque de primeira página:

“O Governo resolveu considerar a greve como um acto revolucionário e aplicar sanções pesadas. Os funcionários públicos, civis e militares que professem ideias avançadas serão demitidos e substituídos nos cargos que ocupam. A repercussão do movimento em Coimbra e na Marinha Grande foi contrariada pela justa repulsa e indignação das populações”.

O jornal revelava que se tinha entrado no “rescaldo da lamentável e condenável tentativa de greve geral” e anunciava que “os principais responsáveis do movimento vão seguir, dentro de poucos dias, para um campo de concentração no sul de Angola”.

Era, ainda, dada a conhecer uma decisão do Conselho de Ministros relativa à Marinha Grande e com grande impacto no mundo laboral da vila:

“Foi comunicado às entidades patronais (...), vítimas de greves parciais, que não lhes é permitido admitir ao trabalho os operários que a ele faltaram nos dias fixados para a greve revolucionária, estando, já, as autoridades de posse das respectivas listas para fiscalizar o rigoroso cumprimento desta determinação”.

Explicitando um elemento anterior, *O Seculo* acrescentava que o Conselho de Ministros tinha decidido organizar ao sul de Angola, na Foz do Cunene, “um campo de concentração, para onde seguirão, dentro de poucos dias, os principais responsáveis na preparação e direcção do movimento revolucionário e os demais implicados nos actos criminosos que são do conhecimento publico”.

Ainda na edição de 20 de janeiro a Marinha Grande voltou a ter um grande destaque no interior do jornal, na página 2, com duas fotografias: uma da fachada do telégrafo-postal e outra da casa do industrial onde rebentou uma bomba.

Em baixo podia ler-se: “Na Marinha Grande, os sediciosos não fizeram maiores desacatos devido à rápida intervenção das forças chegadas de Leiria”.

O jornal voltava a falar de “lamentáveis acontecimentos que perturbaram o espírito da sua população, habituada à ordem e ao trabalho”.

Depois informava que “os acontecimentos são condenados e lamentados por todos”, além de que “hoje, com os ânimos mais sossegados, reconstituíram-se os acontecimentos, que unanimemente se lastimam”.

O jornal revelava que o movimento na Marinha Grande se tinha iniciado às 3 horas com o rebentamento de um morteiro no Largo Ilídio de Carvalho e dava conta que a vila continuava ainda ocupada militarmente.

Mais dizia que o movimento revolucionário na Marinha Grande levava à demissão do Sargento Oliveira, comandante do posto da G. N. R., “por se ter provado que não procurou actuar, como lhe competia, na defesa do posto, pois, apesar de ali se encontrar com poucas praças, estas não chegaram, segundo se averiguou, a disparar um tiro”.

Na edição de 21 de janeiro - domingo - novo destaque na primeira página: “Os revoltosos da Marinha Grande continuam a ser perseguidos e têm aparecido bombas”.

No interior, o enviado especial revelava que não se falava de outra coisa na vila e que o próprio jornal tinha esgotado e nalguns casos tinha sido vendido “por preço superior ao normal”. Podia, ainda, ler-se que algumas famílias, e sobretudo senhoras, receosas de qualquer incidente, se haviam refugiado noutras localidades, nomeadamente Leiria, Caldas da Rainha e Lisboa. Quanto às ruas, continuavam a ser patrulhadas por militares.

No que concerne aos mentores locais do movimento, o jornal revelava que o líder dos revoltosos na Marinha Grande fora Pedro Amarante Mendes, alfaiate de profissão.

A partir daqui começaram a ser menos frequentes as notícias sobre o movimento.

Na edição de 26 de janeiro, foi dado a conhecer que o Ministro do Interior tinha manifestado ao diretor de *O Seculo* o “agradecimento do Governo pela atitude que o nosso jornal tomou aquando da tentativa de greve geral revolucionaria”.

Certamente que o uso do determinante possessivo «nosso» não foi acidental.

3.3.5. A Reação de Salazar

O Presidente do Conselho terá sido informado do que se estava a passar no país cerca das 23 horas do dia 17 de janeiro, altura em que o Ministério do Interior e a polícia lhe deram conta que, pelas ruas de Lisboa, circulavam bandos armados.

Mais tarde, chegou ao conhecimento de Salazar que havia outras perturbações da ordem pública em diversas localidades do país.

O líder do governo decidiu, então, abandonar a sua residência habitual, abrigando-se, numa primeira fase, no Governo Civil de Lisboa onde foi recebendo informações. Entretanto, os locais nevrálgicos da capital foram ocupados pelo exército e o Ministro da Guerra acabou por convencer Salazar a deslocar-se para o Regimento de Caçadores 5, de onde manteve contacto com o Presidente da República e onde permaneceu toda a noite.

Segundo Nogueira (1977, p. 252), juntaram-se ao líder “alguns ministros e altos comandos militares”. Durante as horas de incerteza, acrescenta o autor, “nunca tergiversa, nem hesita” e regressou à sua residência já depois das 9 horas da manhã.

Deitou-se por volta das 10 horas e levantou-se, pouco depois, ao meio-dia. Almoçou pelas 13 horas com Costa Leite⁸¹, mostrando-se “sereno, tranquilo” (Nogueira, 1977, p. 252). Por esta altura já tinha sido restabelecida a ordem pública.

Seria apenas no dia seguinte, 19 de janeiro de 1934, que Salazar tomaria as principais decisões, convocando o Conselho de Ministros.

Nogueira (1977, pp. 253-254) revela que “da crise, Oliveira Salazar não emerge com maior prestígio; mas sai respeitado pela sua decisão e energia e temido pela sua firmeza e coragem. E a todos impressionou a sua serenidade, e a sua inabalável capacidade de intransigência nas crises”.

Neste contexto, Lancelot (1974, p. 18) lembra que o autoritarismo “parece resultar da experiência individual das relações de autoridade”.

Os acontecimentos ocorridos em 18 de janeiro de 1934 deixam no ar a dúvida se Salazar teria tomado o mesmo caminho autoritário, caso a classe operária não tivesse avançado com o movimento insurrecional.

Na verdade, o governo aproveitou o 18 de janeiro para “intensificar a caça aos libertários e comunistas” (Rosas, 1994, p. 236).

Importa lembrar que, para Lancelot (1974, p. 15), “as atitudes políticas de uma determinada pessoa formam-se [...] em função da experiência que este mesmo sujeito tem da situação em que está inserido” e que para Ortega y Gasset, o homem não é apenas ele, mas também, a sua circunstância.

⁸¹ Homem de confiança de Salazar, Costa Leite integrou vários governos, não só durante a Ditadura Militar, como no Estado Novo. Foi Ministro das Finanças entre 1940 e 1950.

3.3.6. Balanço do Movimento Insurrecional

A narração anterior deixou claro que o movimento esteve longe de atingir os objetivos e, por isso, no que concerne aos interesses dos trabalhadores, se pode falar de fracasso, ao ponto de Nunes (2006, p. 237-238) reconhecer que o mesmo se “transformou numa pesada derrota para o operariado revolucionário”.

São várias as justificações invocadas para a derrota do movimento insurrecional. Como se verá adiante, anarquistas e comunistas trocaram acusações, atribuindo o fracasso ao parceiro de «coligação». Contudo, parece claro que não existiu um fator único na origem da derrota. Na opinião de Gregório (1975, p. 24), para o movimento ter êxito era “absolutamente necessário montar a organização do partido [PCP] nas fábricas e melhorar a actividade do Comité local”.

Para Rosas (1994, p. 237), vários fatores estiveram na origem do desaire, desde logo “a descoordenação do movimento por parte da CGT, dados os golpes desferidos previamente pela polícia na sua estrutura dirigente”. Por outro lado, acrescenta, “a desigual acatção dos planos da greve por parte do PCP/CIS, consoante as organizações onde preponderava a linha oficial do partido [...] ou a dos sindicalistas da Comissão Intersindical (caso dos vidreiros da Marinha Grande)”. O autor lembra, ainda, a “abstenção dos reviralhistas” nesta luta contra o Estado Novo. Contudo, Gregório (1975, p. 24) encontra outras explicações, desde logo o facto de se ter preparado os operários para a luta armada, não se considerando nem “a greve nem a luta de massas”. Esta é a explicação para a “ínfima minoria da classe que participou no movimento, o que tornou mais fácil a repressão”.

O autor fala ainda no “pouco amadurecimento político do partido em geral” para além da presença no seio do PCP de “elementos e de ideias anarquistas e putchistas de que só mais tarde se limpou” (Gregório, 1975, p. 25), para além de não ter sido tomada em conta “a necessidade de encarar uma retirada, de modo ordenado”.

O antigo militante do PCP, que atualmente dá nome a uma das principais avenidas da Marinha Grande, reconheceu que a chegada dos militares e forças de segurança à então vila provocou uma “retirada desordenada, sem quaisquer possibilidades de resistência momentânea”. Todavia, Mónica (1981, p. 558) lembra que “nas vésperas do dia marcado são feitas prisões de importantes dirigentes anarco-sindicalistas”, pois o governo sabia “o dia e a hora da eclosão do movimento, tendo-se limitado a esperar e a preparar a repressão”.

Em entrevista que deu ao jornal *Linha Geral*, de Leiria, em 1975, Pedro Pereira Mendes, conhecido por «Alfaiate Amarante», garantiu que o 18 de janeiro “era para coincidir com o movimento revolucionário que estava projectado chefiado pelo aviador Sarmento de Beires”. Aconteceu que a prisão de Beires levou ao adiamento “desse movimento”.

O operariado marinhense acabou por se sentir isolado e, segundo Pedro Pereira Mendes, “só desse isolamento é que resultou o fracasso”. De salientar que, também Bento Gonçalves confirmou, em *Duas Palavras*, que o partido fora abordado por Beires para um entendimento.

Patriarca (2000, p. 475) lembra que o 18 de janeiro de 1934 se inseriu “fundamentalmente na tradição do «revolucionarismo» republicano”, mas o «Alfaiate Amarante» tocou num ponto de extrema importância e que poderá ter estado na origem da derrota do movimento operário: a não adesão maciça de políticos e militares republicanos. Existem, aliás, reservas relativamente à participação republicana, embora Patriarca (2000, p. 487) garanta “não restarem dúvidas” na movimentação dos republicanos e no seu envolvimento antes da eclosão do movimento.

Já Sertório (1984, p. 10) não garante que tenham existido conversações com os militares republicanos, limitando-se a aceitar a possibilidade de “ter havido contactos entre elementos militares, ou ex-militares, e dirigentes operários, como ocorrera em ocasiões anteriores”.

Também Bento Gonçalves abordou esta questão, em *Duas Palavras*. O antigo líder comunista concordou que alguns camaradas de partido, entre outros, estavam convencidos de que uma greve geral “eclosionaria em todo o país, à qual se juntaria o revirvalho”⁸². Porém, na sua perspectiva, o partido “não apareceu como um bloco homogéneo” e “a C.I.S. concedeu demasiadamente à C.G.T.”, uma vez que “o partido ainda não tinha expurgado o terrorismo completamente das suas fileiras”⁸³.

Relativamente à Marinha Grande as palavras de Bento Gonçalves são claras: “o caso da Marinha Grande foi apresentado como um «modelo» de boa tática. Só em Angra viemos a verificar que o feito ali, também, nem por isso tinha sido menos putchistas”⁸⁴.

Ou seja, o antigo líder do PCP concluiu que “o 18 de Janeiro foi pura e simplesmente ridículo. Foi a expressão da própria impotência da organização operária proletária na luta pela continuidade da sua própria existência independente”⁸⁵.

⁸² Cf. http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html, jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2012.

⁸³ Cf. http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html, jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2012.

⁸⁴ Cf. http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html, jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2012.

Mais, tinham sido “acções de provocação inconsciente”⁸⁶. Estamos, assim, perante uma organização sindical influenciada por “lutas intestinas” em torno da hegemonia do movimento que opunham “com particular virulência” anarquistas e comunistas e que acabaram por “contaminar” socialistas e autónomos (Patriarca, 2000, p. 489).

Ora se o êxito do movimento já era problemático sem o apoio dos militares e dos políticos republicanos, as lutas internas no seio da Frente Única acabaram por fragilizar a intentona contra o fim do sindicalismo livre.

E mesmo na eventualidade de ser percebida esta realidade, “às tantas, torna-se impossível qualquer inversão de marcha ou tão só qualquer hipótese de recuo” (Patriarca, 2000, p. 489).

Falhado o movimento, era chegado o tempo da vingança do regime e para “muitos camaradas o calvário da prisão e do desterro para o Tarrafal” (Santana, 1978, p. 98).

Mas não só. Para além do “travo amargo da derrota”, começaria para todos os trabalhadores “a negrura duma maior servidão sob o estigma do olhar sombrio da polícia”.

Explanados os antecedentes sociais e os acontecimentos vividos na madrugada e manhã de 18 de janeiro de 1934, com relatos de dois dos seus principais intervenientes diretos, bem como aquilo que terá fracassado, importa agora perceber quais as consequências do movimento insurrecional, uma temática cuja pertinência já foi referida neste capítulo.

⁸⁵ Cf. http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html, jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2012.

⁸⁶ Cf. http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html, jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2012.

CAPÍTULO 4 - Consequências Nacionais e Locais do 18 de janeiro de 1934

4.1 Consequências a Nível do País

O movimento insurrecional saiu para a rua em 18 de janeiro de 1934, muito desarticulado, e com uma fraca adesão que o condenou ao fracasso, sobretudo porque não teve o apoio militar. E, assim, assistiu-se a um cenário de evidente desigualdade de forças em que a heroicidade dos operários não chegou para vencer uma batalha que estava perdida à partida. Segundo Mónica (1981, p. 558), “o plano da Frente Única fracassara”.

Nos dias seguintes à greve geral revolucionária verificou-se um pretense afrouxamento da censura, pois o governo não colocou entraves à divulgação dos acontecimentos, sobretudo os mais violentos em detrimento das greves.

No entanto, esta conduta tinha um objetivo político claro: assustar a população e despertar o seu repúdio pelos acontecimentos verificados.

Esta atitude entronca naquilo que Lancelot (1974, p. 8) define como “um comportamento que não é natural, uma conduta simulada”. O autor fala ainda de “uma resposta a uma situação”, sendo a atitude “a variável intermediária que permite explicar a passagem do segundo ao primeiro destes termos”.

Ou seja, “é uma disposição ou mesmo uma preparação para agir de determinada maneira preferível a outra”.

No que diz respeito ao plano nacional, o 18 de janeiro de 1934 acabou por ter pouca repercussão.

Mónica (1981, p. 555) garante que “para o pacífico cidadão, o 18 de Janeiro pouco representou”. A autora conclui dizendo que os jornais do dia “traziam a notícia de que o tremendo plano, sanguinário e vingativo, fora completamente jugulado”.

Neste contexto, Lancelot (1974, p. 10) lembra que “podemos ser pró ou contra a ordem estabelecida” ou “ser mais ou menos hostis ou favoráveis”⁸⁷. Neste caso em concreto, a generalidade da população portuguesa mostrou-se a favor da ordem estabelecida não dando grande importância aos acontecimentos. E muitos dos que lhe atribuíram importância acabaram por condenar as ações.

⁸⁷ Lancelot (1974, p. 16) acrescenta que “é na existência de semelhante relação entre os indivíduos que se fundamenta a própria possibilidade de formação de toda a atitude social”.

Aliás, tinha sido esta a estratégia usada por Salazar para emergir durante o período da Ditadura Militar, aproveitando as intencionalidades do *revirvalho* não só para mostrar força como para ganhar notoriedade entre os militares que então detinham o Poder em Portugal.

Face ao exposto, importa proceder ao inventário das consequências desse fracasso.

4.1.1. Derrota do Movimento Operário

A História mostra que é depois das derrotas que se extraem lições e se melhora a eficácia organizacional de forma a atingir os objetivos. Não foi bem isto que sucedeu após o 18 de janeiro de 1934.

Rosas (1994, p. 237) lembra que “a apreciação do significado do «18 de Janeiro» não se pode fazer unicamente à luz do seu manifesto insucesso objectivo”, ou seja, “da radical discrepância entre os propósitos da «greve geral insurreccional» e a magreza dos seus resultados práticos”. Aliás, “o desfecho da «greve geral» não podia ser outro, com o regime forte e consolidado e um operariado globalmente desmobilizado, já privado dos seus sindicatos”.

Este terá sido o primeiro grande combate contra o Estado Novo, a ditadura, a censura e o corporativismo. Uma ousadia que teve custos elevados e que levou à decisão governamental de criar junto à foz do Cunene, em Angola, um espaço para os responsáveis revolucionários e construir a Colónia Penal do Tarrafal⁸⁸, o chamado «campo da morte lenta», em Cabo Verde, que Pinto (2010, p. 148) apelida de “uma espécie de campo de concentração”. Na mesma perspetiva, Nunes (1999, p. 73) lembra que no Tarrafal “os prisioneiros não tinham qualquer espécie de direitos. A única excepção dizia respeito à morte. O prisioneiro era livre de morrer”.

Inaugurado em 29 de outubro de 1936⁸⁹, o Tarrafal recebeu centenas de prisioneiros. Lá perderam a vida 32 pessoas, entre as quais dois marinhenses: Augusto Costa, falecido em setembro de 1937, e António Guerra, falecido em dezembro de 1948. A juntar a estas duas mortes no Tarrafal há que considerar as de Francisco da Cruz e Manuel Esteves de Carvalho, falecidos respetivamente na Prisão de Angra do Heroísmo e no Hospital de Leiria.

⁸⁸ Segundo Pinto (2010, p. 148), a colónia penal do Tarrafal resultou da vontade do Poder Central, “como se comprova pelo facto de a sua criação ter resultado do Decreto-Lei nº 26 539 de 23 de Abril de 1936”.

⁸⁹ Encerraria em 1954 mas acabaria por ser reaberto na década de 60 para receber prisioneiros suspeitos de apoiarem os movimentos de libertação das colónias.

A luta contra a ditadura militar e o Estado Novo deixou atrás de si um rasto de vítimas assinalável. Segundo Rosas (1994, p. 209), “de 1926 a 1939 foram presas, por motivos políticos, pelo menos cerca de 12.000 pessoas, entre militares e civis de todas as correntes políticas”. Destas, “terão sido deportados para as colónias e para as ilhas atlânticas mais de 1.500”. Relativamente aos combates de rua, entre 1927 e 1931, “morreram mais de 200 pessoas e houve cerca de 1.000 feridos” (Rosas, 1994, p. 210). Ainda segundo Rosas (1994, p. 237), “o «18 de Janeiro» marca uma rotura histórica no movimento operário português, o fim de uma época”. Desde logo porque chegou ao fim meio século de sindicalismo livre. Por outro lado, representou o fim da hegemonia anarco-sindicalista no movimento sindical e operário e praticamente a decapitação da CGT, que passou a operar na clandestinidade. E o comunismo, também ele clandestino, passou a ser o grande inimigo do regime a que Salazar chamaria «a grande heresia da nossa idade»⁹⁰.

Na realidade, com o definhar das correntes reviralhistas e o desmantelamento anarco-sindicalista e socialista, o PCP passou a assumir-se como a única organização política a fazer oposição, embora na clandestinidade, ao novo regime.

O 18 de janeiro de 1934 acabaria por abrir “feridas e recriminações que jamais seriam sanadas” (Rosas, 1934, p. 238). Mais, “a elite anarco-sindicalista e comunista fora não só decapitada como, de alguma maneira, eliminada: os dirigentes da CGT e do PCP vão passar longos anos no Tarrafal e noutras cadeias” (Rosas, 1994, p. 240).

O movimento revolucionário colocou, assim, um ponto final na hegemonia anarco-sindicalista no movimento operário e sindical, devido à forte repressão que foi imposta aos dirigentes da CGT e do movimento libertário. Depois de ter vencido os reviralhistas, o regime ajustou contas com o movimento operário, vencendo-o em toda a linha, com milhares de prisões em todo o país. Estava assim concluído um ciclo histórico em Portugal: o fim do sindicalismo livre. Mas começaria um outro: o combate ao comunismo.

4.1.2. As Acusações entre Comunistas e Anarquistas

Após a derrota dos revoltosos no 18 de janeiro de 1934, comunistas e anarquistas vieram a público manifestar as suas posições sobre o movimento, refutando responsabilidades e atribuindo ao parceiro na Frente Única as culpas daquilo que tinha corrido mal.

⁹⁰ Afirmção proferida por Salazar em 28 de janeiro de 1934, no Teatro Nacional de S. Carlos, em Lisboa.

O primeiro a fazê-lo foi a CIS, em fevereiro de 1934, dedicando ao movimento dois breves parágrafos.

Segundo Patriarca (2000, p. 57), “a sua principal preocupação é responsabilizar os dirigentes das outras correntes pelo fracasso do movimento”.

Por outro lado, acrescenta Manta (1975, p. 97), a CIS apresenta-se como “o único organismo capaz de reagrupar as forças dispersas e prosseguir a luta”.

Apesar de reconhecer que o movimento foi uma “miséria”, a CIS não deixa de elogiar as dezenas de milhares de trabalhadores que entraram em greve, que se tornou geral em algumas regiões, entre as quais a Marinha Grande.

No manifesto a CIS não faz referência a algumas ações mais radicais, como, por exemplo, as sabotagens em Coimbra e Leiria e a explosão de bombas em Xabregas e Benfica, num aparente esquecimento das ofensivas anarquistas.

O PCP, por seu turno, veio a terreiro falar em vitória, afirmando que o movimento tinha mostrado o desejo das massas “de seguirem as palavras de ordem do Partido Comunista”, (Pereira, 1984, pp. 50-51). Numa outra perspetiva acusou a CGT, FAO e sindicatos autónomos pelo falhanço do movimento, apelidando os parceiros da Frente Única de “traidores”, responsáveis pelas ações terroristas e pelo “fracasso da greve”, afiança Patriarca (2000, p. 61).

O Partido Comunista acusou, ainda, a CGT de não ter enviado as instruções aos seus “próprios setores”, para além de a greve ter sido anunciada “por meio de estampidos de bombas e tiros de pistola a cerca de 12 horas antes da entrada das massas para o trabalho” (Patriarca, 2000, p. 61).

O PCP assumia, assim, os sucessos e atribuía aos demais participantes no movimento o que tinha corrido menos bem, nomeadamente aos anarquistas. Nessa linha de ideias, Bento Gonçalves defendeu que as ações de carácter sedicioso “foram a expressão das tendências anarquistas ainda enraizadas no movimento sindical português”⁹¹. Aliás, os comunistas viriam a assumir a paternidade do 18 de janeiro, indo um pouco a reboque ou servindo-se daquilo que a imprensa tinha publicado, pois, segundo Patriarca (2001, p. 63), “os comunistas constroem, a partir dos relatos dos jornais [...] um outro 18 de Janeiro, na senda do que a imprensa havia tão insistentemente propalado, a sua autoria”.

⁹¹ Cf. http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html, jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2012.

Como parece evidente, a linha anarquista refutou que o movimento tivesse liderança comunista, tanto mais que, nessa altura, “o partido não estava apto a exercer esse lideralismo pois atravessava uma crise interna profunda e confessa” (Santana, 1978, p. 98).

A CGT reagiu apenas em Abril através de um artigo que denominou «Especulação infame», publicado no jornal *A Batalha*, no qual se mostrava incomodada com a derrota sofrida em 18 de janeiro e com o que foi publicado na imprensa “venal”⁹².

Os responsáveis da CGT acabavam por lembrar que o objetivo central do movimento era mostrar o desagrado pela legislação corporativa, desvalorizando assim o carácter revolucionário da ação. O texto não deixava de responder à posição do PCP, nomeadamente à autoria comunista do movimento, considerando tal posição um descaramento que tinha como objetivo ganhar terreno.

A CGT assumiu a paternidade de várias ações, entre as quais a da Marinha Grande e, apesar de reconhecer a influência bolchevista, mais que a «cegêta», lembrou que os êxitos ali obtidos se tinham ficado a dever aos materiais que a CGT lhes fornecera.

A CGT reconheceu, ainda, que o movimento não tinha correspondido ao que se pretendia e dividiu as culpas por si, pela errada mentalidade de algumas classes e pelos chefes bolchevistas. Contudo, não deixou de reafirmar que o movimento fora obra sua.

Em junho de 1934, no jornal *Avante*, o PCP respondeu à CGT. Começou por identificar os erros e progressos relacionados com o 18 de janeiro, deixando claramente de lado qualquer triunfalismo. O PCP assumiu, ainda, que sabia do descarrilamento do comboio em Santa Iria de Azóia e que teria sido um militante seu a engendrar o plano. Os comunistas reconheciam, assim, que os atos de terrorismo não tinham sido apenas obra da CGT como em fevereiro tinham feito crer. Isto porque, segundo Patriarca (2000, p. 69), “muitos comunistas comungavam dos mesmos ideais e com igual fervor”. A autora acrescenta que a confissão comunista relativamente ao mistério acerca da autoria do descarrilamento em Santa Iria se encontrava “resolvido e explicado” bem como “o ostensivo silêncio que a CGT sobre ele guardara”. No denominado «Project de lettre au PC du Portugal»⁹³, de setembro e novembro de 1934, foram feitas duras críticas ao movimento em geral e à Marinha Grande em particular, que “não pode ser citado como um exemplo da aplicação do leninismo”.

⁹² O principal alvo foi o jornal *O Seculo*, acusando-o de “propaganda baixa e repelente contra a organização operária”.

⁹³ Arquivo do Instituto de Ciências Sociais (ICS), fundo da Internacional Comunista, (documento 111, maço 31, caixa 2, e documento 68, maço 7, caixa 1).

Isto porque, acrescentava, “esta acção foi desencadeada apesar de não existirem condições necessárias de encetar a luta decisiva pelo poder”.

A partir do momento em que estas críticas foram produzidas, “a verdade é que o movimento deixa de ser um tema público nos meios comunistas” (Patriarca, 2000, pp. 72-73).

Em suma, o PCP surgiu, numa primeira fase, com um discurso triunfalista, mais tarde um pouco mais realista, ao qual se seguiu uma reacção da CGT amargurada pela derrota.

Patriarca (2000, p. 482) é perentória ao afirmar que as palavras e os atos de comunistas e anarquistas “surtem invertidos”. No caso das ações terroristas na Marinha Grande, “no fundo, era o que os anarquistas gostariam de ter feito e não fizeram”. Relativamente aos comunistas, construíram uma realidade que se adotou ao seu discurso oficial, “riscando do mapa tudo quanto de terrorista haviam feito e chamando a si apenas o que lhe convém”.

O PCP teve ainda o cuidado de responder ao que tinha sido escrito na imprensa, que apelidava de «burguesa».

4.1.3. O Reforço dos Mecanismos de Repressão

Como já foi referido no relato da imprensa, o governo liderado por Salazar tomou uma série de medidas, não só para castigar duramente os participantes mais ativos no 18 de janeiro de 1934⁹⁴, pois aproveitou a ocasião para aperfeiçoar os mecanismos de repressão. O objetivo era claro: prevenir a eclosão de futuras ações insurrecionais e assegurar os valores da pátria. O governo limitou, assim, os direitos e as liberdades individuais dos cidadãos, subordinando-os aos superiores interesses do Estado que se encontravam plasmados na Constituição de 1933. Desde logo, o governo anunciou que os principais responsáveis pelo movimento seguiriam para um campo de concentração na Foz do Cunene, no sul de Angola.

A casa de muitos participantes no 18 de janeiro de 1934 seria, contudo, o Tarrafal⁹⁵.

A criação de prisões e colónias penais, para onde foram enviados muitos dos opositores ao regime, fundamentalmente comunistas, foi um dos mais visíveis mecanismos de repressão. E para além do campo de concentração cabo-verdiano, foram ainda construídas as prisões de Caxias e Peniche.

⁹⁴ Patriarca (2000, p. 482) considera que a ação repressiva do governo decorreu de forma “desigual”, chegando mesmo a “recuar” em vários pontos do país, nomeadamente na greve dos corticeiros do Barreiro.

⁹⁵ Em 18 de outubro de 1936 partiram de Lisboa os primeiros 152 detidos, entre os quais se contavam participantes do 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande. O Campo do Tarrafal, ou Campo de Concentração do Tarrafal, como ficou conhecido, começou a funcionar em 29 de outubro de 1936, com a chegada dos primeiros prisioneiros.

O governo criou ainda a Legião Portuguesa, organização paramilitar para defender o regime e combater o comunismo. A censura à imprensa estendeu-se a outros meios de comunicação, tais como a rádio, o cinema e os livros.

No que concerne à censura literária, de acordo com Pinto (2011, p. 36), a tipologia da censura “pode variar em função do critério” e, por essa razão, para além da forma preventiva prévia ou *a priori*, uma modalidade da vivência diária dos jornalistas, há uma outra “modalidade de censura, aquela que incide sobre elementos já publicados, ou seja, a censura à *posteriori*”, que teve nos editores e nos escritores as principais vítimas.

O autor lembra que, apesar de a Constituição de 1933 garantir “a liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma”, certo é que não foi bem isso que ocorreu, pois a mesma Constituição “encarregava-se de ‘moderar’ tanta liberdade”, através da criação de leis especiais para regular o exercício da liberdade de expressão (Pinto, 2011, p. 71).

O regime criou ainda a polícia política, inicialmente designada de Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), posteriormente substituída pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Esta organização perseguia e reprimia os opositores do regime e controlava a vida dos cidadãos, mantendo informadores em todo o país que denunciavam as atividades consideradas subversivas.

4.2. A Marinha Grande pós-18 de janeiro

O movimento insurrecional levou à detenção, na Marinha Grande, de mais de uma centena de revoltosos, dos quais 45 foram condenados pelo Tribunal Militar Especial com penas de prisão e ao pagamento de multas pesadas. Segundo Patriarca (2000, p. 458), “as três localidades que apresentaram maior número de detidos são Lisboa, Marinha Grande e Coimbra/Anadia, com, respectivamente, 227, 122 e 83 presos”.

Pela participação nos atos, os revoltosos da Marinha Grande receberam castigos «exemplares», nalguns casos duríssimos. António Guerra, por exemplo, foi condenado a “20 anos de degredo e multa de 20 contos” (Nunes, 1997, p. 22). O movimento levou a que o Estado Novo passasse a dispensar “maiores cuidados ao operariado vidreiro, facto que por si só, garantiu à Marinha Grande, uma situação de privilégio a níveis salariais e sociais durante os anos em que vigorou o fascismo português” (Nunes, 1997, p. 7). Face ao exposto, importa perceber as consequências que o 18 de janeiro teve para a Marinha Grande nos domínios político, económico e social.

4.2.1. Consequências Políticas

O balanço do 18 de janeiro, segundo Mónica (1981, p. 557), “não é tarefa fácil”. Se por um lado “os vidreiros insurrectos falharam” uma vez que não concretizaram, de todo, os seus objetivos, por outro foram, pelo menos inicialmente, poupados “ao agravamento brutal das condições de vida verificado noutras indústrias”.

A imagem da Marinha Grande como uma espécie de «barril de pólvora social» acabou, em parte, “por funcionar a seu favor”, pois, para evitar desacatos, “o Estado Novo estava pronto a deixar que, paralelamente a uma especial supervisão e repressão, os patrões lhes concedessem algumas regalias económicas” (Mónica, 1981, p. 557).

No entanto, estes aspetos são mais de natureza laboral ou económica.

No que diz respeito às consequências políticas, face a tudo o que já foi exposto em capítulos anteriores, era previsível, até pela gravidade das ações registadas na Marinha Grande, que o Poder Central tivesse «mão de ferro» com os revoltosos. E teve, como se constata através das perseguições, detenções e condenações verificadas entre os revoltosos da então «capital do vidro».

Não deixa de ser curiosa a realização de uma sessão extraordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande, em 25 de maio de 1934 - pouco mais de quatro meses após o movimento revolucionário - na qual o presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, foi nomeado “Cidadão Honorário da Marinha Grande”.

Além disso, a permanência de Acácio Calazans Duarte⁹⁶ na administração da Fábrica Nacional pode ser vista como um sinal de boa vontade governamental na gestão política das pretensões dos vidreiros marinhenses.

O poder político, em contraponto, não teve a mesma boa vontade para com o sargento Oliveira Pio, comandante do posto da GNR marinhense, que não resistiu após o episódio humilhante de rendição perante os revoltosos, sem que as forças de segurança tivessem disparado um único tiro.

No entendimento de Mendes (1993, p. 191), existia uma certa desconfiança do poder central para com a Marinha Grande, “motivada em grande parte pela recordação das lutas operárias dos anos 1930”.

⁹⁶ Foi nomeado administrador em 1924. Na perspetiva de Nunes (1988, p. 178), “desenvolveu notável actividade ao serviço da comunidade e na recuperação da fábrica, que conheceu momentos de prosperidade durante a sua administração”.

Após o 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande verificaram-se duas alterações na Comissão Administrativa que liderava a Câmara Municipal. Contudo, o presidente, Domingos Silvestre Ferreira, manteve-se até ao final de 1935. As alterações registaram-se nos vereadores. Em fevereiro de 1934, pouco depois do movimento insurrecional, saiu do executivo Joaquim Ferreira Domingues e entrou Carlos Horácio Galo, vogal administrador do concelho. Em agosto de 1934 nova alteração na Comissão Administrativa: manteve-se Domingos Silvestre Ferreira na presidência e Albano Tomé Féteira na vereação, saíram Eduardo dos Santos Catita e Carlos Horácio Galo e entraram José Guilherme Roldão.

4.2.2. Consequências Económicas e Sociais

A vida nunca foi fácil para o operariado marinhense. As inúmeras greves são o exemplo do descontentamento que reinava no setor e o 18 de janeiro de 1934 acabou por ser uma consequência direta dessa insatisfação que se verificava nas fábricas.

Ora se já não era fácil numa conjuntura pacífica mais se agudizou com a revolta ocorrida nos primeiros dias de 1934, sobretudo porque muitos dos que asseguravam o sustento das famílias foram perseguidos, presos, interrogados, condenados e nalguns casos assistiram-se a deportações.

O antigo líder comunista, Álvaro Cunhal, diria várias décadas depois - precisamente em 18 de janeiro de 1975, na Marinha Grande - que a luta dos trabalhadores marinhenses ao longo de 50 anos de fascismo “foi paga com pesadas perdas, com perseguições, torturas, prisões, com o assassinio e a deportação de muitos dos seus filhos”⁹⁷.

Neste mesmo sentido, Patriarca (2000, p. 490) lembra que os custos pessoais e familiares que o movimento teve “são impossíveis de calcular”. Depreende-se, assim, que as consequências sociais do 18 de janeiro de 1934 foram, em geral, duras para o povo da Marinha Grande e duríssimas nalguns casos em concreto.

Mas nem tudo foi negativo. A expansão demográfica na vila é um indicador muito importante para perceber as consequências económicas e sociais do 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande. Na década de 20 residiam na vila vidreira cerca de 7.000 pessoas ao passo que na década seguinte o número de moradores elevou-se para 8.600, um crescimento

⁹⁷ Cf. <http://www.dorl.pcp.pt/index.php/obras-alvaro-cunhal-menumarxismoleninismo-107/3861-lvaro-cunhal-18-de-janeiro-de-1975-comcio-do-pcp-na-marinha-grande>, consultado em 24 de maio de 2012.

superior a 20% (Mendes, 1993, p. 119). Este aumento voltaria a repetir-se na década de 1940, com a população residente a ultrapassar a barreira das 10.000 pessoas, que se fica a dever ao clima de expansão económica que ali se verificava, mercê da situação “privilegiada, estável, sem crises periódicas como outrora, com reformas, subsídios de famílias, salários mínimos” (Barosa, 1993, p. 148).

Contudo, em 1937, três anos após o movimento insurrecional, “garotos com menos de 14 anos ainda continuavam a trabalhar com aprendizes nas fábricas de vidro” (Monteiro, 2012, p. 247). Grave era o facto de, segundo o mesmo autor, por causa das condições a que eram sujeitos nas fábricas, a sua esperança de vida não ultrapassar “a idade dos 60 anos”.

Outro indicador importante nesta análise prende-se com o número de unidades industriais em laboração. Em 1937 existiam, na Marinha Grande, as seguintes fábricas de vidro: Nacional Fábrica de Vidros, com 256 trabalhadores; Fábrica Marquês de Pombal, com 283; Lusitana, onde trabalhavam 214; Companhia Industrial Portuguesa, com 371; J. Ferreira Custódio & C.^a, que empregava 130; Santos Barosa, com 333; Ricardo Santos Gallo, que recorria a 303; Guilherme Pereira Roldão, com 280; Empresa Produtora de Garrafas, onde trabalhavam 140; e Fábrica de Carlos Pereira dos Santos, que, no entanto, estava parada⁹⁸.

Em suma, existiam na Marinha Grande, na década de 1930, dez fábricas de vidro que empregavam cerca de dois mil trabalhadores numa freguesia com cerca de 8.600 habitantes e um concelho de mais de 12.000.

Comparando estes números com os que Mónica (1981, p. 562) apresenta relativamente aos anos de 1917 - 10 fábricas e 1690 operários - e 1930 - 11 fábricas e 1984 operários⁹⁹-, há um evidente aumento do número de trabalhadores, ou seja, o 18 de janeiro acabou por não ter uma consequência direta na redução do número de trabalhadores. Pelo contrário, assistiu-se a alguma estabilidade no número de unidades fabris na área do vidro e um crescimento do emprego, acompanhado por um incremento demográfico. Esta ideia é subscrita por Mendes (1993, p. 72) para quem, apesar das muitas contrariedades, a Marinha Grande continuaria a ter “a maior concentração da indústria vidreira, no País”.

No período compreendido entre 1939 e 1945 o número de fábricas na Marinha Grande elevou-se para vinte, “várias dezenas de oficinas de transformação e muitos os artesãos

⁹⁸ Cf. Monteiro (2012, p. 1937).

⁹⁹ Vasconcelos (2002, p. 86) assegura que no ano de 1930, “o concelho da Marinha Grande contava com 12.258 habitantes, trabalhando 1910 pessoas no sector do vidro”. No total, “ocupavam-se da indústria 5537 pessoas”. O autor revela ainda que das 31 fábricas existentes no país (cerca de 3.000 trabalhadores), “8 funcionavam na Marinha Grande (980 operários)

individuais” (Monteiro, 2012, p. 254), “o que envolvia cerca de 5.000 operários especializados”. Em 1948, acrescenta o autor, das 31 unidades vidreiras existentes no país, “21 (68%) localizavam-se naquele concelho” (Mendes, 1993, p. 68).

Ora, face aos problemas sociais, importa verificar como a Igreja Católica se posicionou neste conflito entre Estado e operariado.

4.3. O Envolvimento da Igreja

A Igreja envolveu-se na questão resultante do movimento insurrecional de 18 de janeiro de 1934, nomeadamente nos meses seguintes, apesar da esmagadora maioria dos revoltosos não terem sido “detidos e criminalmente processados” (Patriarca, 2000, p. 490).

O Bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, intercedeu junto do Presidente da República e do Governo na tentativa de atenuar as penas dos operários da Marinha Grande detidos na sequência do ato insurrecional. Porém, a ação do clero acabou por não ter eco junto das entidades oficiais, que não só não foram sensíveis aos pedidos, como castigaram duramente as ações levadas a cabo na madrugada de 18 de janeiro.

Em 6 de fevereiro de 1935, o Bispo de Leiria escreveu ao Presidente da República, apelando ao “coração magnânimo de Vossa Excelência, pedindo uma ampla anistia para os exilados da Marinha Grande vítimas do gorado movimento revolucionário de Janeiro de 1934”¹⁰⁰.

O líder da Igreja católica no distrito revela na missiva as razões da sua intercessão junto do Poder Central:

“As mães e esposas desses infelizes vieram pedir-me para, em seu nome, expor a Vossa Excelência as circunstâncias angustiosas que atravessam. Os maridos e filhos eram o sustento das suas pobres casas, onde se não havia o conforto, tinham ao menos um bocado de pão. Com o seu exílio a miséria entrou nos seus lares, os filhos choram de fome e frio, agravando-se cada vez mais esta situação crítica”.

O Bispo de Leiria lembrava o Presidente da República que “se os maridos e filhos entraram nesse movimento foi porque os iludiram abusando da sua boa fé e, enquanto os que os aliciaram andam em liberdade, os seus aguentam com o peso das culpas que não tinham”.

Era uma tentativa de a Igreja separar os mentores dos executores. A carta terminava apelando para os operários “voltarem ao seio das suas famílias”¹⁰¹.

¹⁰⁰ A carta foi recebida em 14 de fevereiro de 1935 e registada sob o nº 1917, Livro 7, Folhas nº 275 – Documento consultado na Torre do Tombo em setembro de 2011.

¹⁰¹ O Bispo de Leiria falava, ainda, da bondade do Presidente da República, definindo-o como “o apaziguador das paixões e ódios que fervilham no nosso meio social”.

D. José Alves Correia da Silva escreveu igualmente ao Ministro da Justiça, em 20 de fevereiro de 1935, informando que tinha pedido ao Presidente da República “uma ampla anistia” para os exilados da Marinha Grande.

Os apelos do Bispo de Leiria foram encaminhados para o Ministro do Interior, “por se tratar de assunto desse Ministério”¹⁰².

A reação do Ministério do Interior não tardou. Em 22 de fevereiro de 1935, o capitão Maia Mendes não deixava dúvidas sobre a posição do governo:

“Nada mais humano do que a petição feita pela mulher e pelos filhos. Nada mais comovente do que a interferência do Exmo. Bispo de Leiria, em assunto tão lamentável. Preza a Deus que não haja outra revolta na Marinha Grande, por estes tempos mais próximos, o que a Polícia se tem esforçado por garantir, embora tenha ainda sérias apreensões sobre tal assunto. Estes males, estes cuidados, estes perigos não os atinge, felizmente o Exmo. Bispo, porque a sua altíssima missão e inexcusável bondade tem vastíssimo campo de aplicação, sem se lhes abeirar. Seja-me permitido, ao ambiente de paz, de caridade mesmo, que transpira a mensagem, fazer uma alusão passageira à expressão que refere aqueles que aguentam “com culpas que não tinham”. Bem o sabe o Exmo. Bispo, como é falível a justiça dos homens, ainda quando, como neste caso, se tenham cumprido todas as formalidades da lei, até e durante o julgamento que os condenou. Que não conheça limites a bondade, que se não pese a tolerância, que não se negue a taboia salvadora no mar revolto das paixões. Mas... No campo das realidades, o sentido da oportunidade domina todas as questões; é essa oportunidade que não julgámos chegada ainda”.

O governo dava, assim, uma nega – pelo menos no imediato – ao pedido feito pelo Bispo.

Aliás, era esse o espírito que se podia captar na resposta enviada, no dia 1 de março de 1935, pelo Chefe de Gabinete do Ministro do Interior ao Bispo de Leiria:

“Em referência às petições endereçadas a Suas Excelências os Senhores Presidente da República e Ministro da Justiça, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Interior de informar que o Governo recebeu com a atenção devida a solicitação de V. Exa. Reverendíssima, tendo o maior empenho em que as oportunidades lhe permitam exercer a sua acção de benevolência, sem prejuízo da ordem e da paz social”¹⁰³.

O Bispo de Leiria acusou, “muito penhorado”, o ofício do Ministério do Interior e aproveitou a resposta para reafirmar o pedido de libertação “dos pobres operários da Marinha Grande presos sob a acusação de terem tomado parte no gorado movimento revolucionário de Janeiro do ano passado”.

O membro do clero em Leiria lembrava ao Ministro do Interior que ia “uma grande miséria nas famílias daquela pobre gente” que eram “as principais vítimas”.

¹⁰² Esta comunicação foi feita em 16 de fevereiro de 1935 pelo Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça.

¹⁰³ Ofício nº 222 do Ministério do Interior datado de 1 de março de 1935 e assinado por Gaspar Marques d'Oliveira, Chefe de Gabinete do Ministro do Interior.

Por isso, voltava a sugerir que se o Ministro do Interior “os mandasse regressar à sua terra, embora sob certas condições e até vigilância, tudo aceitariam de bom grado” e despedia-se apelando ao “coração magnânimo de V. Exa. que lhes fará tudo o que puder”¹⁰⁴.

O poder político acabou por se mostrar, pelo menos parcialmente, sensível aos pedidos de clemência e apenas uma pequena parte dos revoltosos da Marinha Grande acabou por ser julgada e condenada.

4.4. O Fim de um Mito?

Segundo Mónica (1986, p. 99), o movimento insurrecional foi “uma data mítica”, afirmação que poderá ter várias interpretações.

Desde logo, tratar-se de uma data lendária para o operariado português, pela positiva mas também pela negativa, mas pode revelar, igualmente, uma forte carga mitológica que importa desfazer.

No entanto, Pacheco Pereira defende que é pouco importante saber o que realmente se passou na madrugada e manhã de 18 de janeiro de 1934 e Patriarca (2000, p. 142) considera que “perguntas do tipo quem e porquê, ou ainda quanto teria durado o soviete na Marinha Grande, eram questões irrelevante e estéreis”. Ou seja, o importante não é tanto saber o que se passou mas o modo como o movimento insurrecional se tornou na memória operária e da esquerda aquilo que simbolicamente é e o modo como esse símbolo se liga com o que aconteceu¹⁰⁵.

Pacheco Pereira defende que o 18 de janeiro não é mais do que uma representação que a esquerda construiu de si mesma com o objetivo de colmatar o que nunca possuía, mas que aspirava. Por outro lado, acrescenta Patriarca (2000, p. 143), tentou “encobrir ou dissimular o que em si, e na sua tradição, de forma mais veemente detestara”.

Esta linha de pensamento de Pacheco Pereira faz algum sentido, pois uma leitura atenta das diferentes visões que foram sendo anunciadas sugerem que o PCP tentou construir, a partir do 18 de janeiro, uma imagem que efetivamente ainda não tinha em Portugal, negando a participação em atos terroristas aparentemente anarco-sindicalistas, mas nos quais teve um papel determinante, a começar pelo descarrilamento de Santa Iria.

¹⁰⁴ Carta enviada ao Ministro do Interior em 6 de março de 1935.

¹⁰⁵ Cf. Patriarca, 2000, p. 143.

O 18 de janeiro de 1934 veio a público, fundamentalmente, através de comunicados oficiais e da imprensa. Segundo Santana (1978, p. 97), “a verdade dos acontecimentos, dos seus objectivos e da sua organização e preparação ficou oculta”. Mais tarde, conclui o autor, “o partido comunista foi insinuando as suas versões [...], apropriando-as com a sua técnica stalinista de história controlada e pré-fabricada ao modo conveniente”.

O PCP deu cobertura, assim, à criação de um mito associado ao 18 de janeiro, melhor dizendo, de um conjunto de mitos que o tempo não só não tem esclarecido como ele próprio, o tempo, o tem feito perdurar. Aliás, fomentou-os.

Sertório (1984, p. 11) fala em “contradições desconcertantes”¹⁰⁶ e Patriarca (2000, p. 475) olha para a revolta como “um intrigante mistério”, repleto de “pistas falsas”. Estas posições têm, para Santana (1978, p. 53), uma explicação: “muita documentação se perdeu com as prisões, buscas e fugas ou esconderijos”.

Por outro lado, acrescenta o autor, “sem dispor no seu activo de qualquer iniciativa revolucionária, o partido comunista apropriou-se do 18 de Janeiro para alardeá-lo como acção sua, e para lhe dar côr e sentido acrescentou-lhe o «soviet» da Marinha Grande”.

Contudo, como escreve Vasconcelos (2002, p. 31), “é com a Revolução de Abril, mais precisamente a partir das comemorações de 1975, que o 18 de Janeiro entra para o terreno da mitificação”.

Segundo Levi-Strauss (1978, p. 10), “a ciência contemporânea está no caminho para superar este fosso [entre a ciência e a mitologia] e os dados dos sentidos estão sendo cada vez mais reintegrados na explicação científica como uma coisa que tem um significado, que tem uma verdade e que pode ser explicada”¹⁰⁷.

No entanto, a História, tal como escreve Vasconcelos (2002, p. 23), “não raras vezes tem sido omitida e, ou falsificada, de acordo com interesses ou conveniências”, isto porque segundo Sertório (1984, p. 12) “a verdade é que nem sequer quanto à Marinha Grande sabemos tudo o que se passou e a forma como se passou”, nem mesmo se a senha “Celeste, espero-te dia 18” teria sido a escolhida pelos revoltosos.

¹⁰⁶ Sertório (1984, p. 11) dá vários exemplos, nomeadamente a Central Eléctrica de Coimbra que “ora surge, na visão geral, como objecto de ataque à bomba ora aparece tomada pelos revolucionários”.

¹⁰⁷ Cf. Levi-Strauss, C. (1978). *Mito e significado*. In http://proferlao.pbworks.com/f/Claude_Levi-Strauss_-_Mito_e_S.pdf, consultado em 23 de maio de 2012.

Conclusão

Finda a exposição sobre os movimentos sociais em geral e o movimento operário em particular, a conjuntura política do primeiro terço do século XX, a génese, os factos e as visões do 18 de janeiro de 1934, sem elidir as consequências e os mitos a ele associados, impõe-se uma conclusão, tão sucinta quanto possível.

A primeira constatação que se poderá tirar desta investigação é que o 18 de janeiro de 1934 que tem sido dado a conhecer aos portugueses, sobretudo desde 1974, não existiu exatamente como aquele que é festejado anualmente na Marinha Grande.

Aliás, pode falar-se de vários 18 de janeiro de 1934, contados de forma distinta não só pelos que viveram o acontecimento na Marinha Grande - entretanto já falecidos -, mas também por muitos que, não o tendo vivido, o estudaram com alguma profundidade. Daí que Patriarca (2000, p. 475) fale, como já foi dito, de um “intrigante mistério”.

Sob a égide do atual Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV), ainda hoje controlado pelo PCP, tal como em 1934, é transmitida, ano após ano, a ideia de que o movimento insurrecional foi um grande feito nacional, nomeadamente dos operários vidreiros, quando a investigação mostrou que não foi assim. Desde logo, porque não é possível transformar uma derrota estrondosa numa grande vitória. E foi isso que o PCP fez - e continua a fazer -, aproveitando-se dos mitos que foram sendo criados, sobretudo pelos próprios comunistas que, para além de apadrinharem o 18 de janeiro como obra sua, aceitaram como verdade o que realmente lhes interessava e refutaram o que não lhes dava jeito assumir, sobretudo as ações mais violentas, atribuindo-as aos anarco-sindicalistas e sobre as quais fizeram cair “silêncios de, por vezes, vários anos” (Sertório, 1984, p. 19).

Relativamente àquilo que é factual, importa começar pelos objetivos do movimento para saber se foram, efetivamente, atingidos.

Ora, os dados recolhidos nesta Dissertação não apontam nesse sentido.

A luta contra a fascização dos sindicatos foi perdida, pois a lei que a determinou foi não só aprovada como aplicada.

A luta contra o regime foi claramente perdida porque o Estado Novo, instituído oficialmente poucos meses antes, através da Constituição de 1933, acabaria por durar cerca de 40 anos. Além disso, a ação insurrecional ocorreu apenas numa dúzia de cidades e vilas densamente industrializadas, mas esteve longe de assumir uma abrangência nacional.

Esteve, igualmente, longe de mobilizar a população portuguesa, que não deu especial importância ao acontecimento. Pelo contrário, a imprensa falou no assunto em boa parte porque interessava ao regime passar a mensagem das perturbações registadas no país.

Nenhum dos objetivos previamente definidos pela Frente Única foi, assim, atingido. Nenhum!

Tratou-se de uma espécie de «fuga para a frente». Não estavam, aliás, reunidas as condições para o sucesso de uma luta radical e revolucionária, fundamentalmente porque o revirralho, por um lado, e os militares republicanos, por outro, estiveram longe de se mobilizar tendo em vista a queda do regime.

Pelas razões elencadas, constata-se que “o 18 de Janeiro está por vencer”, defende Santana (1978, p. 111). Aquele que existiu não passou de uma categórica derrota do movimento operário português.

Gregório (1975, p. 25) é claro ao afirmar que o operariado partiu para a luta “como se então já existissem as condições necessárias para levar a cabo a implantação da ditadura do proletariado”. Mas não só. Acrescenta o antigo militante comunista, “o Partido e o Comité Revolucionário, deixaram-se levar pela ideia feita de que a vitória era certa, que o fascismo seria derrubado sucedendo-lhe um regime de tipo proletário”.

A resposta dos trabalhadores à fascização dos sindicatos não foi, assim, devidamente ponderada, pois terá havido uma maior preocupação com o armamento do que com o esclarecimento e mobilização do operariado e população. Inexistiu, portanto, um esforço concertado de todos os intervenientes para a mobilização das massas operárias, além de alguma vacilação da CIS face às teses de confronto armado defendido pelos anarco-sindicalistas (CGT). Os sucessivos adiamentos da data da greve geral desmobilizaram também os contestatários de Salazar.

Segundo Mónica (1981, p. 558), “a estratégia legalista do PCP não se coadunava com a luta clandestina e violenta que a CGT preferia”. Desta forma, conclui, “aquela organização nunca funcionou bem”. E o que nasce torto...

Era notória, por outro lado, uma grande dificuldade da CGT em comunicar com as suas bases. Aliás, o movimento insurrecional acabou por ser o princípio do fim do movimento anarco-sindicalista em Portugal.

Não faz sentido, por outro lado, circunscrever o 18 de janeiro de 1934 à então vila da Marinha Grande, pois esta posição não corresponde, nem de perto nem de longe, à realidade.

É mesmo injusta para muitos revolucionários que foram para a rua e lutaram em outras localidades que não a vila vidreira.

O movimento estendeu-se efetivamente a outras zonas do país, nuns casos com alguma repercussão, como na Póvoa de Santa Iria, noutros nem tanto, como em Regueira de Pontes, no concelho de Leiria.

A Marinha Grande acabou por ganhar mediatismo devido à ocupação da vila vidreira, que durou cerca de uma hora, mas acabou por não haver greve nem o içar da bandeira vermelha na Câmara, muito menos a constituição do «soviete», pois, de acordo com Patriarca (2000, p. 484), “greve não houve e o soviete não foi mais do que uma invenção póstuma”.

É verdade que na Marinha Grande as ações tiveram visibilidade, nomeadamente o controlo do quartel da GNR, mas não é menos verdade que o facto de a guarda não ter disparado um único tiro em sua defesa é revelador das debilidades que aquela força de segurança dispunha na vila.

Relatos da época, mesmo que seja necessário ter em conta os condicionalismos a que a imprensa estava sujeita, revelam que as forças policiais e militares não tiveram qualquer dificuldade para repor a ordem na vila, ao início da manhã. Este é um sinal claro que também aqui não há grandes louros a atribuir, a não ser uma fuga em massa para a mata nacional em redor da Marinha Grande e para fora das fronteiras do concelho. Aliás, outra coisa não seria de esperar, tal a desigualdade de meios humanos e armas. Não se tratou de cobardia, mas de realismo.

O movimento operário ficaria adormecido ao longo de décadas, acabando por «ressuscitar» a partir de 1974, data histórica que restituiu a liberdade ao povo português após mais de quarenta anos de regime autoritário. E ao ser redescoberto tanto tempo depois acabou por ganhar contornos mitológicos, tantas foram as contradições a seu respeito, com anarquistas e comunistas a olharem para o fenómeno de forma distinta, chamando a si aquilo que de positivo se passou naquela madrugada e manhã de quinta-feira e, nalguns casos, refutando o que correria menos bem.

Afinal, a tendência para enjeitar as culpas próprias tem uma longa história!

A liderança do movimento na Marinha Grande tem sido debatida com alguma veemência. É um facto que a CIS/PCP tinham um peso muito importante no Sindicato dos Vidreiros, mas também é verdade que a CGT teve uma influência marcante no movimento. Aliás, as ações são tipicamente anarquistas.

Não há grandes dúvidas relativamente à preponderância comunista no 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande, pois vários dos seus mais destacados participantes eram afetos ao PCP, tal como José Gregório e António Guerra. Mas Gregório (1975, p. 26) garante que o movimento “também teve a participação dos anarquistas locais”, tanto assim é que as bombas utilizadas naquela madrugada foram enviadas pela CGT, através do Pedro Pereira Mendes, o «Alfaiate Amarante», um dos elementos mais ativos da Marinha Grande que participou nas ações insurrecionais.

Segundo Sertório (1984, p. 19), “a CGT anarquista foi o centro de produção ideológica da jornada insurrecional e a sua maior força mobilizadora à escala nacional”, exceto na Marinha Grande. Contudo, conclui o autor, o PCP acabou por chamar a si a herança do 18 de janeiro de 1934, tornando-se “um herdeiro espúrio”.

É um facto que se formou uma plataforma sindical de entendimento, sem unidade estratégica, escassa organização, desencontros e falhas de articulação.

Também não restam grandes dúvidas relativamente à participação republicana no movimento, ainda que ténue. Patriarca (2000, p. 486) lembra que “a movimentação dos republicanos existiu e foi bem real; a greve geral revolucionária foi, desde a primeira hora, concebida em articulação com aquela”.

Mas será que o movimento insurrecional não teve contornos positivos?

O 18 de janeiro de 1934 poderá ser visto em diversas dimensões, sejam elas de cariz político, económico ou social, em função das quais se poderá categorizar a importância que teve na luta contra a extinção dos sindicatos. Não pode é ser visto como um acontecimento determinante na luta contra o regime, quando na realidade pouco ou nada o beliscou. Pelo contrário, tê-lo-á reforçado e a imprensa foi usada para atingir tal desiderato.

Afastada qualquer possibilidade de ter constituído um êxito contra o regime, que não o foi de todo - as forças leais a Salazar infligiram uma dura derrota aos revoltosos - importa perceber a bravura e coragem dos participantes, nomeadamente na Marinha Grande. E nesta perspetiva há que reconhecer a valentia do operariado, proporcional contudo com alguma ingenuidade voluntarista com que partiram para esta ação de luta. Apesar de derrotados, os operários da Marinha Grande “permanecem heróis, aureolados de uma poderosa carga lendária” (Mónica, 1981, p. 554), mas tal heroicidade pouco ou nenhum sentido faz. Por um lado porque o movimento, para usar uma expressão de Bento Gonçalves, foi «ridículo», além de que acabou por ser “incongruente até ao absurdo” (Patriarca, 2000, p. 486).

Como já foi dito no corpo da Dissertação, Pereira (1999, p. 69) afirma que Bento Gonçalves, em 1941¹⁰⁸, classificou o movimento de «pura anarquizada», atribuindo, assim, o insucesso aos anarco-sindicalistas. Porém, Manta (1975, p. 11) garante que Bento Gonçalves “nunca disse que o movimento de 18 de Janeiro, no seu conjunto, foi uma anarquizada” e muito menos o levantamento da Marinha Grande, “disse apenas que a linha aventureira, anarco-sindicalista, essa sim foi uma pura e simples anarquizada”.

Que sentido faz glorificar os participantes num movimento ridículo, uma anarquizada, que não deveria ter ocorrido devido à sua péssima organização e nenhuma possibilidade de êxito?

Na perspetiva de Santana (1978, p. 53), o 18 de janeiro constituiu-se como uma lenda “que cada um contava à sua maneira” e Sertório (1984, p. 19) apelida-o de “uma verdadeira ilha”, do ponto de vista prático “inteiramente fracassado”, e do ponto de vista teórico “sem a mínima correspondência com qualquer elaboração rigorosa”.

Apresentadas estas considerações, importa agora esboçar uma tentativa de resposta às questões de partida colocadas no início deste trabalho científico, desde logo quem esteve por detrás do 18 de janeiro de 1934.

Neste particular não restam dúvidas que o movimento foi liderado por anarquistas e comunistas através, respetivamente, da CGT e CIS, sindicatos que controlavam. Nuns casos teve mais preponderância anarquista, noutros dos comunistas. Contudo, convém sublinhar que o PCP, em 1934, experimentava grandes dificuldades de controlo sobre a CIS, devido à preponderância política de José de Sousa relativamente a Bento Gonçalves.

Na Marinha Grande os principais dirigentes eram comunistas, mas as ações levadas a cabo, bem como as bombas utilizadas, foram anarquistas. Registe-se que o movimento foi perpetrado por uma Frente Única que reuniu comunistas, anarquistas, socialistas e autónomos, logo é natural que os seguidores destas correntes sindicais tenham participado nas diversas ações, uns mais que outros, em função do número de dirigentes e apoiantes mais ativos que tinham nas diversas localidades onde o movimento eclodiu. Claro que nas localidades onde não se verificaram ações insurrecionais a explicação é simples de encontrar: não existiam aí organizações anarquistas, comunistas, socialistas ou autónomas ou, se existiam, não tiveram condições para aderir ao movimento devido à escassa mobilização do operariado.

¹⁰⁸ Encontrava-se detido no Tarrafal.

Este trabalho académico deu igualmente resposta à questão se o que sucedeu naquela madrugada na Marinha Grande traduziu um ato isolado ou uma ação concertada a nível nacional. Foi, sem margem para dúvidas, uma ação que tinha como objetivo desenrolar-se a nível nacional. O problema é que o balanço acabou por se cingir a revoltas numa dúzia de localidades do país e não teve grande expressão nacional, muito provavelmente porque os políticos e militares republicanos se apresentaram bastante fragilizados, depois de anos de repressão que vinha desde 1926, quando a ditadura militar pôs cobro a dezasseis anos de regime republicano.

Na Marinha Grande o movimento acabou por ter uma maior visibilidade, sobretudo porque o operariado conseguiu desarmar a frágil GNR local e assumir o controlo da vila por um período escasso de tempo, ou seja, não superior a uma hora.

O impacto que o 18 de janeiro de 1934 teve na política do Estado Novo foi evidente. Salazar e os seus ministros intensificaram os mecanismos de repressão, aproveitando a oportunidade para eliminar a corrente anarco-sindicalista, por um lado, e eleger o comunismo como um alvo a abater.

Se a Constituição de 1933 já previa uma série de limitações às liberdades individuais e de reunião, o 18 de janeiro de 1934 acabou por intensificar o regime autoritário liderado por Salazar na sequência das perturbações naquela madrugada e manhã. E o ditador usou essas perturbações a seu favor, estratégia que já tinha usado no passado para conseguir emergir politicamente na Ditadura Militar.

O movimento revolucionário, contudo, acabou por não ser catastrófico para o operariado marinhense, que nesta altura já tinha perdido muitas das regalias que tivera até à I Guerra Mundial.

Na década de 1920 os salários tinham começado a baixar acentuadamente e as greves passaram a fazer parte do dia-a-dia dos vidreiros. 1934 acabou, assim, por ser um ano de má memória para os vidreiros, não só porque o seu sindicato se encontrava encerrado, mas também, porque a situação económica e social do país, em geral, e da Marinha Grande em particular, não era a melhor.

O pós-18 de janeiro acabou por ser marcado na vila por muitas detenções e várias condenações severas, que naturalmente abriram feridas na comunidade. Contudo, desconhecem-se quaisquer iniciativas tendentes a degradar as condições de trabalho nas indústrias transformadoras motivadas pelo movimento insurrecional.

Pelo contrário, as notícias que chegam do período pós-movimento apontam no sentido de a Marinha Grande ter sido vista como um «barril de pólvora», que importava não fazer explodir, e a estratégia terá passado por gerir a situação com «pinças».

Segundo Mónica (1986, p. 104), nas décadas após o 18 de janeiro de 1934 “os vidreiros foram poupados ao agravamento das condições de vida verificadas noutras indústrias”.

Apresentadas as respostas às questões de partida, é tempo de regressar a Levi-Strauss (1978, p. 17), lembrando que “a ciência nunca nos dará todas as respostas”. Contudo, é possível aumentar, lentamente, “o número e a qualidade das respostas” e esta missão é apenas possível “através da ciência”.

Em jeito de síntese e para justificar o mito associado ao 18 de janeiro de 1934 é oportuno recuperar a velha frase que o povo tão bem utiliza - e que o Ministro da Propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, tão bem conhecia - segundo a qual uma mentira repetida diversas vezes converte-se em verdade.

Contudo, ao longo dos anos, algumas destas «verdades» foram sendo desacreditadas, como é o caso do *soviete* da Marinha Grande.

Esta Dissertação tentou aproximar-se o mais possível da realidade, reescrevendo o movimento com base em novos elementos e numa interpretação diferente de outros dados já conhecidos, apesar de muita documentação ter desaparecido e outra ter sido destruída.

Porém, mesmo que sejam verdades objetivas as que aqui foram plasmadas não deixam de ser provisórias pois, como bem defende Popper, virá o dia em que surgirá uma nova versão, mais atual, mas também ela provisória.

Bibliografia

- Araújo, A. (2004). *O conselho político nacional nas origens da constituição de 1933*. Lisboa: Coimbra Editores.
- Bobbio, N. (1987). *Estado, governo, sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bobbio, N. (1995). *Dicionário de política*. Brasília: UnB.
- Boudon, R. (1995). *Movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Caetano, M. (1981). *História breve das Constituições Portuguesas*. Lisboa: Verbo.
- Canotilho, G. (2002). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina.
- Carvalho, M. P. (2010). *Manual de Ciência Política e sistemas políticos e constitucionais*. Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.
- Carvalho, R. (1957). *As campanhas ultramarinas de Gomes da Costa*. Lisboa: Cosmos.
- Castells, M. (2000). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Costa, R. (1979). *Elementos para a história do movimento operário em Portugal 1820-1975*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Cruz, M. B. (1988). *O partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença.
- Fernandes, A. J. (1995). *Introdução à Ciência Política*. Porto: Porto Editora.
- Ferro, A. (1982). *Salazar. O Homem e a Sua Obra*. Lisboa: Fernando Pereira Edições
- Fonseca, C. (1976). *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Georgel, J. (1985). *O Salazarismo*. Lisboa: D. Quixote.

- Gohn, M. G. (1995). *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. São Paulo: Loyola.
- Gonçalves, B. (1971). *Duas palavras*. Lisboa: Edições Cinquentenário.
- Gregório, J. (1975). *Sobre a associação e o movimento do operariado vidreiro*. Lisboa: Seara Vermelha.
- Grossman, E. & Saurugger, S. (2006). S. *Les groupes d'intérêt. Action collective et stratégies de représentation*. Paris: Armand Colin.
- Lancelot, A. (1974). *As atitudes políticas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Leal, C. (1930). *A obra intangível do Dr. Oliveira Salazar*. Lisboa: Edição de autor.
- Lenine, V. (1978). *O Estado e a revolução*. Lisboa: Edições Avante.
- Losurdo, D. (2004). *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Manta, A. (1975). *O 18 de janeiro de 1934*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Marx, K. (1979). *O capital*. S. Paulo: Difel.
- Mata, E. & Valério, N. (2003). *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mendes, J. (1983). *História da Marinha Grande: introdução e perspectivas*. Marinha Grande: Divisão de Acção Social e Cultural.
- Mesquita, A. P. (2007). *Salazar na história política do seu tempo*. Lisboa: Caminho.
- Mónica, M. F. (1981). Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande. *Análise Social*, Vol. XVII (67-68) - 3º-4º, 505-571.
- Mónica, M. F. (1986). *Artesãos e operários*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais.

- Monteiro, A. (2012). *Cronologia geral da Marinha Grande e suas gentes*. Leiria: Folheto.
- Monteiro, L. (2010). *Os últimos 200 anos da nossa economia e os próximos 30*. Lisboa: Deplano Network.
- Moreira, A. (2001). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2005). *Notas do tempo perdido*. Coimbra: ISCSP.
- Nogueira, F. (1977). *Salazar: os tempos áureos (1928-1936)*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Nunes, H. (1988). *Augusto Costa: um vidreiro no Tarrafal*. Marinha Grande: Edição de autor.
- Nunes, H. (1997). *18 de Janeiro de 1934... Rostos*. Marinha Grande: Edição de autor.
- Nunes, H. (1999). *Alvorada de esperança*. Marinha Grande: Edição de autor.
- Nunes, H. (2006). *Antecedentes sociais do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande*. Marinha Grande: Edição de autor.
- Parreira, A., Caldeira, A., Maurício, C., Cabral, J. & Pisco, J. (1982). O I Congresso da União Nacional. In *O fascismo em Portugal* (pp. 207-228). Colóquio na Faculdade de Letras. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pasquino, G. (1992). *Dicionário de Política*. Brasília: Edição UnB.
- Pasquino, G. (1994). *Movimentos sociais*. Brasília: Edição UnB.
- Patriarca, F. (2000). *Sindicatos contra Salazar. A revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Pereira, P. (1971). *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Portucalense Editora.

- Pereira, P. (1981). Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1921-26). *Análise Social*, Vol. XVII, n.ºs 67-68, pp. 696-699.
- Pereira, P. (1982). Problemas da História do PCP. In *O fascismo em Portugal* (pp. 269-285). Colóquio na Faculdade de Letras. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pereira, P. (1984). *Estudos sobre o comunismo*. Porto: s.n.
- Pereira, P. (1999). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Pinto, J. F. (2009). *Estratégias da ou para a lusofonia? O futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- Pinto, J. F. (2010). *O Ultramar secreto e confidencial*. Lisboa: Almedina
- Pinto (2011). *Segredos do império da ilusitânia: a censura na metrópole e em Angola*. Lisboa: Almedina.
- Rodrigues, E. (1981). *A resistência anarco sindicalista à ditadura*. Lisboa: Editora Sementeira.
- Rosas, F. (1994). *História de Portugal – Volume 7*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Salazar, A. (1937). *Discursos e notas políticas*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Santana, E., Aquino, A., Martins, A, Costa, C., Francisco, J. & Mesquita, M. (1978). *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Santana, E. (1985). *Memórias de um militante anarco-sindicalista*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.

Sertório, M. (1984). Em torno do 18 de Janeiro. In *Estudos Sobre o Comunismo, n.º 2, Janeiro a Abril*, pp. 5-10.

Sherer-Warren, I. (1995). *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

Tarrow, S., McAdam, D. & Tilly, C. (1996). Para Mapear o Confronto Político. *Revista Lua Nova*, p. 76.

Tilly, C. & Wood, L. (2009). *Social Movements, 1768-2008*. Boulder: Paradigm Publishers

Touraine, A. (1970). *A sociedade post-industrial*. Lisboa: Moraes Editores.

Touraine, A. (1984). *O retorno do actor. Ensaio sobre Sociologia*. Lisboa: Edições Piaget.

Touraine, A. (1995). *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

Touraine, A. (2007). *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes.

Tarrow, S. (1994). *Power in movement*. Cambridge: Un. Press.

Vasconcelos, J. (2002). O 18 de Janeiro de 1934 - História e mitificação. Dissertação apresentada à Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, orientada pelo Prof. Doutor António Ventura.

Vieira, J. (1999). *Portugal século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Publicações Periódicas

O Pensamento Social, nº 32, 1872.

A Batalha, edição de 17 de julho de 1921.

O Seculo, edições de 18 a 26 de janeiro de 1934.

Diário de Notícias, edições de 19, 20 e 21 de janeiro de 1934.

O Proletário, Edição de abril de 1934, Ano IV, Série Ilegal, nº 2, pp. 3-4.

Linha Geral, edição de 8 de fevereiro de 1975, nº 24, Ano 1º.

Fontes Primárias

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo [ANTT]. *Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro*, «Correspondência recebida», maços 458 a 471

Webgrafia

www.18janeiro1934.blogspot.com

www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223999946F4nQG1vI7Ag84WY2.pdf

www.caminhosdamemoria.wordpress.com

www.digitarq.dgarq.gov.pt

www.forum-global.de

www.marxists.org

www.naoapaguemamemoria2.blogspot.com

www.parlamento.pt

www.pcp.pt

www.presidencia.pt

www.pt.wikipedia.org

www.sindicatovidreiro.com

Anexo 1

Manuscrito de Pedro “Amarante” Mendes, datado de 20 de maio de 1936, encontrado no espólio do PCP, denominado «Os dias da tomada da Marinha Grande»¹⁰⁹

“Pela uma hora da madrugada do dia 18 de Janeiro de 1934 reuniram-se os membros Comité Local em conjunto com os componentes de todas as células ao todo 9 e cada uma composta de 9 camaradas que tinham sido já previamente preparados. Esta reunião efectuou-se num local próximo desta Vila, num casão. Todos os trabalhadores se faziam acompanhar de ferramentas diversas para ser empregadas consoante as necessidades. Apresentado o plano pelo Comité Local de autoria do camarada Alfaia, Secretário de organização, todos os camaradas o aprovaram e prometeram o seu integral apoio para o seu cumprimento como era necessário e nomeando para seu executor o mesmo camarada, para isso juraram obedecer às suas ordens. Após esta reunião que terminou às 2 horas começaram a partir as brigadas armadas de espingardas caçadeiras e machados estes últimos para ser utilizados na obstrução das linhas e estradas, as primeiras a partir, dirigiram-se para os pontos considerados estratégicos das estradas de acesso às terras circunvizinhas, as últimas para locais estratégicos da Vila aguardando o sinal da luta! Eram 3 horas da madrugada, soou o primeiro tiro! Sinal da luta... 4 brigadas atacam simultaneamente o posto da Guarda Nacional Republicana e a estação dos correios e telégrafos, esta foi tomada sem resistência, o que não aconteceu com o posto da guarda este encontrava-se de prevenção com todas as praças e o seu comandante os quais não consentiram o assalto fomos obrigados a recuar perante uma dura resistência mas apesar de frustrado o assalto à primeira tentativa, nem um só camarada desfaleceu, melhor coordenadas as nossas forças cercámos o posto.

Antes de fazer novo ataque o chefe do movimento enviou um ultimato para a sua rendição no prazo de 15 minutos tendo o seu comandante respondido negativamente. Apesar da nossa inferioridade de material pois só dispúnhamos de armas caçadeiras carregadas com tiros zagalotes e algumas bombas de choque todos deliberaram lançarem-se na luta até caírem inanimados! Ou desistirem os defensores dos Salazaristas!

Todos como um só sob uma voz camarada se lançaram de novo ao ataque na ânsia de quebrar as algemas salazaristas.

¹⁰⁹ O texto encontra-se integralmente publicado no sítio eletrónico do Partido Comunista Português - <http://www.pcp.pt>, consultado em 15 de maio de 2012

Decorrido um hora sem que houvesse baixas a registar, uma brigada em último recurso escala o telhado duma fábrica fronteiriça ao posto dos canalhas; utilizando para este serviço algum material dos bombeiros, dum terraço desta foi alvejado com êxito o posto, gritando logo alguns guardas por socorro que acabavam de ser feridos. Foi então que o comandante nesta altura pediu para ir ao telefone o chefe do movimento.

O nosso camarada Alfaia vai ao telefone e mais uma vez lhe impõe a imediata rendição, este declara estar na disposição de se render mas um dos cabos não queria em virtude de recear represálias da parte dos revolucionários. Este canalha agora lembra-se das patifarias pois era um dos que mais se evidenciava na repressão das greves. O comandante pedia como condição para a rendição apenas que fossem poupados ele e todos os seus subordinados o que se lhe afigura quase impossível julgando os revolucionários indisciplinados!... Ou tratar-se de revolucionários do seu quilate!

O chefe do movimento tomou a inteira responsabilidade das suas vidas e para lhes provar que se tratava de revolucionários com ânsia de liberdade e de paz gritou mandando suspender o fogo essa voz foi por todos acatada, como talvez não fosse um comandante dum regimento. Perante esta demonstração de ordem os guardas acompanhados do seu comandante abandonaram o posto deixando todo o material. Este foi imediatamente ocupado por os operários na melhor ordem tendo sido as armas distribuídas por camaradas aptos. Os guardas a seu próprio pedido ficaram detidos pois que receavam coacções do povo.

Eram 6 horas da manhã todos os postos de comando se encontravam em poder do comité revolucionário; esta vitória deve-se em parte a grande disciplina que todos deram provas, obedecendo inteiramente às ordens dum chefe que lutou ao lado de todos e sempre na vanguarda. Agora as massas em número mais numeroso vitoriam a ditadura do proletariado e pedem ao mesmo tempo que se faça justiça aos verdugos. A pedido destas o camarada Alfaia chefe do movimento improvisa um pequeno auditório e em seguida pede para o acompanharem ao sindicato dos trabalhadores vidreiros para assistirem à sua abertura o qual se encontrava fechado há 5 meses. Fazendo de novo uso da palavra exortou à união de todos os trabalhadores demonstrando que sempre que se unem saem triunfantes a recente vitória era uma prova bem visível e concludente, no final foi delirantemente aplaudido.

Às 8 horas da manhã devido à falta de alimentação as massas começam as desfalecer e alguns vão às suas casas confortar o estômago. Em face disto o comité cria imediatamente um comissariado de alimentação concedendo a este a liberdade de mobilizar tudo que fosse necessário.

Porém este não chegou a prestar serviços em virtude de sermos neste momento vítimas de novo ataque agora era uma força de polícia e de guarda republicana já de Leiria, para reprimir o movimento estes traziam ordens para não fazer prisões nem feridos!

Aproximação destes deve-se ao abandono dum dos postos mais estratégicos na estrada que liga com Leiria esta brigada abandonou o seu lugar sem consultar o comité facilitando involuntariamente a passagem às forças as quais nos surpreenderam já dentro da Vila e por pouco não fomos todos fuzilados.

Graças à intensa força de vontade e apesar de o número neste momento ser reduzido ainda nos foi possível afastar o inimigo para 1.500 metros deixando estes 5 feridos no solo. Do nosso lado também registamos 2 feridos que foram imediatamente pensados no posto de socorros que já tinha sido organizado por um médico e um farmacêutico «simpatizantes».

A falta de alimentação acentua-se mas devido ao reduzido número de revolucionários e ao intenso ataque do inimigo não nos é possível sem remediar esta falta. O inimigo volta ao ataque agora mais impetuoso dispondo já de artilharia pesada, mas as nossas carabinas soam a 1.500 metros por isso ainda não lhes é possível romper.

Fogo nutrido de metralha e à vista a cavalaria e infantaria, perante esta força bruta; e a nossa fadiga duma noite completa de luta recuamos em direcção das matas, onde ainda pretendemos defender os pontos com tantos sacrificios conquistados mas tudo debalde, ao meio da tarde chegam os jornais de Lisboa anunciando o fracasso do movimento nos outros pontos do país então resolvemos refugiar-nos no interior das matas, aqui permanecemos 2 dias mas neste momento último dia dos jornais anunciam uma batida às matas para prender a maioria dos revolucionários que ainda pretendiam resistir e o governo já tinha ordenado que seguissem mais tropas para esse fim estávamos irremediavelmente batidos, deliberamos dividir-nos em pequenos grupos e procurar escapas às garras da canalha.

Mas em breve começaram as prisões em massa e levados todos os presos para Leiria pois aqui a canalha podia exercer à vontade as patifarias. Os nossos camaradas são barbaramente espancados pelos canalhas da informação e do sr. chefe da polícia, não escapando às suas garras menores ou tuberculosos e assim estes vampiros liquidaram o nosso camarada Manuel Esteves de Carvalho o qual já se encontrava tuberculizado desde há 2 anos devido aos maus tratos que lhe infligiram após o 7 de Fevereiro”.

Anexo 2

Entrevista a um dirigente do PCP e do Sindicato Vermelho da Marinha Grande publicada em abril de 1934 pelo jornal *O Proletário*¹¹⁰. O nome do entrevistado não foi revelado.

“Porque tomaram, desde logo, um carácter insurreccional, os acontecimentos da Marinha Grande?”

Em primeiro lugar porque o proletariado da Marinha Grande, mercê das formidáveis lutas que vinha conduzindo contra o patronato e Estado ocupava realmente um lugar de vanguarda, em relação ao grosso do proletariado português sob a direcção do Partido e do Sindicato Vermelho Vidreiro, ele tinha forçado, os patrões, não só a satisfazer importantes reivindicações económicas, como impôr o reconhecimento dos seus comités de fábrica, comités que o patronato era forçado a consultar em todos os casos relacionados com o pessoal.

Em segundo lugar o agravamento da crise, as violentas medidas de repressão, da ditadura (o sindicato estava encerrado e muitos militantes presos e perseguidos), a desilusão do «revirinho», dos chefes republicanos e anarco-sindicalistas, o exemplo de Cuba, os sucessos políticos e económicos do proletariado da União Soviética, tudo isto contribuía para dar, á luta contra a fascização dos sindicatos, na Marinha Grande, um carácter mais amplo, mais profundo. Tudo isto indicava que a greve de massas, na Marinha Grande, tomaria o aspecto de levantamento armado.

O nosso Partido e o Sindicato Vermelho, dando carácter organizado a esta explosão da indignação das massas, cumpriram o seu dever revolucionário.

Podes dizer-nos algo sobre as condições em que se desenrolaram os acontecimentos?

Mas evidentemente. Pelas 0 horas do dia 18 fizemos a distribuição das nossas forças de choque. Tudo se fez de uma maneira organizada. Os nossos camaradas distinguiram-se por uma braçadeira vermelha com a foice e o martelo. Um grupo numeroso seguiu a cortar as comunicações. Ao mesmo tempo três outros grupos marchavam a ocupar, simultaneamente, os Paços do Concelho, a Estação Telegráfica e o Quartel da GNR. As armas eram apenas o que se tinha podido arranjar; algumas espingardas caçadeiras, duas pistolas e umas cinco bombas. Os Paços do Concelho e a Estação Telegráfica foram ocupadas sem resistência...

¹¹⁰ Ano IV, Série Illegal, nº 2, pp. 3-4

Porém o chefe da estação conseguiu iludi-los...

Desminto. Esse «parvajola» não nos podia iludir, nem, como dizem os jornais, comunicar com Leiria, pela razão simples de que, quando ocupámos a estação, já as linhas de comunicação com Leiria estavam cortadas. O seu «heróico» papel limitou-se a ensinar, um nosso camarada, a trabalhar com a central telefónica da vila porque assim lho exigimos!

E a guarda?

Aí concentrou a resistência. Porém já todos os pontos estratégicos, da vila, se encontravam nas nossas mãos. Por outro lado já toda a massa operária, da Marinha Grande estava na rua, apoiando os poucos homens armados que possuíamos. O quartel ficou completamente bloqueado e foram dados quinze minutos, à força (GNR), para se render. Recusou. Desencadeou-se o ataque.

Duas horas de tiroteio e veio a rendição. A força foi desarmada e o comandante solicitou-nos que impedíssemos possíveis vinganças. Lembra-se que dezenas das suas vítimas andavam pelas ruas... Concordámos em que o melhor meio de os salvar, contra isso, seria conservá-los prisioneiros, sob a guarda de camaradas de confiança. Por isso os conduzimos para uma fábrica de vidros. Mas repara: apenas os que temiam represálias para ali foram. Dois, por exemplo, não temeram represálias, seguiram para suas casas e ninguém lhes fez mal.

Cessou então toda a resistência?

Sim. Às cinco horas da manhã toda a Marinha Grande estava nas mãos do proletariado e milhares de trabalhadores percorriam a vila vitoriando o nosso Partido.

Quando começou o ataque das forças do governo?

Próximo das seis horas. Na pior ocasião. Os serviços de abastecimento não tinham sido assegurados. A inexperiência levou, a maioria dos camaradas a ir a suas casas, extenuados, comer qualquer coisa depois da rendição da GNR.

Quando, cerca das seis horas, se ouviram os primeiros tiros das forças que avançavam sobre a Marinha Grande, só a muito custo, conseguimos reunir uns dez camaradas que armados com as carabinas apreendidas à GNR marcharam a ocupar a estrada que liga esta vila a Leiria. O nevoeiro era cerrado. Não se via um palmo à frente do nariz.

A pouca distância da Marinha Grande ouvimos passos de muita gente próximo de nós. À pergunta de quem vem lá? Respondeu-nos um arrogante «forças do governo!» e uma

descarga. Caiu um camarada ferido. Ripostámos e durante alguns minutos se estabeleceu nutrido tiroteio. Sentimos que a força atacante se afastava. Avançámos.

Tinham abandonado dois feridos, na estrada.

Mas entretanto entrava a artilharia em acção...

Sim. Os «heróicos construtores do Estado Novo» bombardeavam a vila para submeter duas escassas dezenas de homens armados!

O cerco apertava-se. Até às nove da manhã resistimos. Já umas duas centenas de camaradas nos ajudavam e encorajavam... mas sem armas de fogo... e as munições esgotavam-se... Era loucura prolongar a resistência. Possuíamos pouco mais de vinte armas de fogo. O Governo opunha-nos a artilharia, cavalaria, infantaria, metralhadoras... e até um avião que já voava sobre a vila, para regular o tiro da artilharia!

Retirámos portanto, em boa ordem, para o pinhal. Porém só cerca das doze horas os «heróicos» mantenedores da ordem entraram na Marinha Grande. Decidimos dividir-nos em pequenos grupos de quatro a cinco e abandonar a luta procurando iludir o cerco. Ainda isto se fez de um modo organizado. Os camaradas que têm dinheiro dividem-no pelos que o não têm. Há gestos admiráveis de camaradagem. Um camarada que possuía 600 escudos fica apenas com setenta, dividindo o resto pelos camaradas! Abraços... Comoção e separámo-nos... Aí tens os detalhes dos acontecimentos.

Mas então os actos terroristas e os actos repugnantes praticados pelos «díscolos» a que se referem os jornais?

Essa é a nossa coroa de glória. Há sim, actos repugnantes mas praticados pelas forças da «ordem». As prisões, os espancamentos, as torturas, as prisões de mulheres e crianças para denunciarem os maridos e os pais; tudo isto são manifestações da «ordem» burguesa que se seguem á ocupação da vila. Antes, foi a população na rua em regozijo. Alegria nos rostos... e nem uma só vingança!

O que te vou contar dá bem a ideia da mentalidade geral. O Comandante da GNR, um miserável que, ainda dias antes, tinha procurado exercer uma pressão ignóbil sobre um camarada que andava fugido, por intermédio de uma inocente filhinha deste camarada; este cavalheiro, quando caiu em nosso poder, lembrou-se que também tinha família. Esboçou uma pergunta, a medo, não ficou pouco surpreendido quando nos ouviu responder-lhe: «Sua família foi conduzida a uma pensão onde se encontra em perfeita segurança.

Somos revolucionários e não miseráveis. Isso de maltratar as mulheres e crianças para torturar seus maridos e pais, é coisa que só vocês sabem praticar. Se quiser podemos mandar conduzir a sua família para aqui».

O homenzinho baixou os olhos envergonhado, agradeceu-nos e afirmou ficar completamente descansado, quanto á sua família.

Aí tens uma demonstração do «bárbaro» procedimento dos «díscolos». Podia citar-te muitos casos idênticos mas para quê? Quem pode, ainda, acreditar no «camaleão» e no órgão da moagem [mongem]?

Diz-me ainda; a imprensa burguesa procura fazer acreditar que a maioria da população se manteve hostil ao movimento que «foi obra de algumas dezenas de desordeiros»...

Isso não tem a mais ligeira consistência. A população da Marinha Grande é constituída na sua esmagadora maioria, por operários vidreiros. Como se explica então que, apesar da repressão e ocupação militar da vila, a greve se mantivesse geral durante dois dias e só ao terceiro dia comesasse a fraquejar?

Para finalizar, camarada, diz-nos: Que lições sacas do movimento?

Oh! Muitas! Compreendes porém que seria difícil enumerá-las todas numa simples entrevista... Citarei algumas que reputo importantes, a saber:

Em primeiro lugar o movimento demonstrou que o proletariado, apesar dos erros e vacilações do nosso jovem Partido, se mostra já, nitidamente, como a única força capaz de derrubar a ditadura e abordar as tarefas fundamentais da revolução tipo democrático burguês que ficaram por realizar em 1910.

Em segundo lugar o nosso movimento ensinou-nos que o problema da mobilização das nossas reservas toma uma acuidade cada vez maior. Se, na Marinha Grande, temos cuidado sériamente este problema; se não temos descurado, quase completamente, o trabalho entre os camponeses que constituem as camadas decisivas de toda a região de Leiria o nosso movimento sustentar-se-ia, não durante quatro horas mas durante quatro dias, durante quatro semanas e com todas as probabilidades de se estender...

Em terceiro lugar o nosso (movimento) indicou-nos que, quando o problema de um levantamento armado se coloca, não devemos pensar apenas no armamento dos combatentes; é preciso pensar também na sua barriga. Não se combate com a barriga vazia. Esta questão, aparentemente comezinha, é muito importante e nós, por inexperiência descuramo-la.

A isto se deva uma certa confusão nas nossas fileiras, quando do ataque das forças governamentais, e do que elas, naturalmente, procuraram sacar partido.

E agora, camarada?

Agora? Ao trabalho!

Aproveitar bem as lições recebidas, reagrupar as forças à base dessas lições e a caminho de novos combates... até à luta final!

Um apertado abraço, e o nosso camarada segue à sua missão revolucionária...”

Índice Onomástico¹¹¹

A

Almeida, António José - 28

Araújo, António - 37

B

Baridó, Manuel - 59, 61, 64

Beires, Sarmento - 58, 80

Bobbio, Norberto - 17, 37

Boudon, Raymond - 16

C

Cabeçadas, Mendes - 29, 30

Caetano, Marcelo - 36, 41

Camacho, Manuel Brito - 28

Camino, Leôncio - 17, 18

Canotilho, Gomes - 37, 40

Carmona, Óscar - 29, 30, 32, 33, 34, 35

Carvalho, Manuel Esteves - 61, 71, 83

Carvalho, Manuel Proença - 37

Carvalho, Ribeiro - 30

Castelhano, Mário - 57, 58, 59

Castells, Manuel - 16

Catita, Eduardo dos Santos - 90

Cordes, Sinel - 30

Costa, Afonso - 28

Costa, Augusto - 83

Costa, Gomes - 29, 30

Costa, Ramiro - 31

Cruz, Francisco - 83

Cruz, Manuel Braga - 40

Cunhal, Álvaro - 11, 90

¹¹¹ Não integra os Anexos

D

Domingues, Joaquim Ferreira - 90

Duarte, Acácio Calazans - 89

Durkheim, Émile - 16

F

Fernandes, António José - 20

Fernandes, Florestan - 22

Ferreira, Domingues Silvestre - 90

Ferro, António - 36

Fêteira, Albano Tomé - 90

Fonseca, Carlos - 15

G

Galo, Carlos Horácio - 90

Galo, Emílio - 62, 63

Georgel, Jacques - 41

Goebbels, Joseph - 102

Gohn, Maria da Graça - 17, 18

Gonçalves, Bento - 5, 6, 7, 29, 51, 53, 56, 57, 58, 80, 85, 99, 100

Gregório, José - 10, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 79, 97, 99

Grossman, Emiliano - 21, 22, 23

Guerra, António - 59, 61, 64, 83, 88, 99

H

Henrique, Miguel - 61

J

Jubileu, Manuel - 66

L

Lancelot, Alain - 78, 82

Leal, Cunha - 31

Leal, Manuel - 63

Leite, Costa - 78

Lenine, Vladimir - 24, 52

Losurdo, Domenico - 23

M

Machado, Bernardino - 29

Manta, Afonso - 51, 52, 61, 63, 64, 85, 100

Martins, Teotónio - 61

Marx, Karl – 2, 13, 16, 24

Mata, Eugénia - 48, 49, 50

McAdam, Doug - 16

Mendes, José Amado - 89, 91, 92

Mendes, Pedro Pereira - 9, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 77, 80, 99

Mendes, Maia - 93

Mesquita, António Pedro - 42

Mónica, Maria Filomena - 50, 51, 52, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 72, 79, 82, 89, 91, 94, 97, 99, 102

Monteiro, Abel - 51, 61, 66, 71, 91, 92

Monteiro, Luís - 47, 48, 49

Montes, João - 75

Moreira, Adriano - 20, 37

N

Nogueira, Franco - 78

Nunes, Hermínio de Freitas - 13, 52, 53, 54, 55, 79, 83, 88, 89

P

Pais, Carlos - 61

Parreira, Anabela - 33, 39

Pasquino, Gianfranco - 16, 18

Patriarca, Fátima - 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 72, 80, 81, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 96, 98, 99

Pereira, Gomes - 73

Pereira, José Pacheco - 27, 45, 46, 57, 85, 94, 100

Pinto, José Filipe - 4, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 32, 37, 41, 50, 83, 88

Pio, Oliveira - 63, 89

Preto, Rolão - 33, 42

R

Rodrigues, Edgar - 57, 59

Roldão, José Guilherme - 90

Rosas, Fernando - 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 49, 50, 53, 56, 60, 64, 65, 78, 79, 83, 84

S

Salazar, António Oliveira - 5, 6, 7, 10, 11, 14, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 55, 58, 59, 61, 77, 78, 83, 84, 87, 89, 97, 99, 101

Santana, Emídio - 58, 59, 62, 63, 66, 71, 81, 86, 95, 97, 100

Santos, Carlos Pereira - 91

Saurugger, Sabine - 21, 22, 23

Scherer-Waren, Ilse - 17

Sertório, Manuel - 47, 53, 56, 57, 60, 80, 95, 96, 99, 100

Silva, José Alves Correia - 92, 93

Sousa, José - 56

T

Tarrow, Sidney - 16

Tilly, Charles - 15, 16

Touraine, Alain - 17, 19

V

Valério, Nuno - 48, 49, 50

Vasconcelos, João - 56, 91, 95

Vieira, Joaquim - 36, 38, 40, 42, 43, 45

Vilhena, Carlos - 59

W

Weber, Max - 16

Wood, Lesley - 15